



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEDU**

MAHALIA GOMES DE CARVALHO AQUINO

**“APRENDER A SER ATINGIDO”:
EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS DIANTE DO ROMPIMENTO DA
BARRAGEM DE FUNDÃO (MARIANA – MG) NO RIO DOCE E AFLUENTES**

**RIO DE JANEIRO
2018**

MAHALIA GOMES DE CARVALHO AQUINO

**“APRENDER A SER ATINGIDO”:
EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS DIANTE DO ROMPIMENTO DA
BARRAGEM DE FUNDÃO (MARIANA – MG) NO RIO DOCE E AFLUENTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR CELSO SÁNCHEZ PEREIRA.

RIO DE JANEIRO
2018

MAHALIA GOMES DE CARVALHO AQUINO

**“APRENDER A SER ATINGIDO”:
EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS DIANTE DO ROMPIMENTO DA BARRA-
GEM DE FUNDÃO (MARIANA – MG) NO RIO DOCE E AFLUENTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

Professor Dr. Celso Sánchez Pereira – Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Dr^a. Angélica Cosenza Rodrigues – Examinadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro – Examinador
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Dr^a. Guaracira Gouvêa de Sousa – Examinadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Isaura e Rogério, pelo apoio incondicional e pelo exemplo de dedicação aos estudos. Minha mãe, uma mulher excepcional, que - com uma intensa jornada de trabalho de professora, mãe, esposa, filha e dona de casa - se tornou uma profissional maravilhosa. Ao meu pai, pela admiração que tenho por sua personalidade, inteligência; por ser um bom profissional, além das boas lembranças que tenho de você, em todas as manhãs, levando-me para a escola. A vocês, todo meu amor e agradecimento. Minha “dívida é eterna”.

Ao meu avô, Joaquim, meu segundo pai e amigo.

À Bianca... Minha parceira de vida, irmã de alma e amiga-confidente. Cat, amo muito e verdadeiramente você! Obrigada por esses muitos anos de amizade!

À Raquel, presente mais alegre que ganhei na faculdade e que, desde então, tem sido fundamental na minha vida. Migs, te amo!

Vitor, por todo apoio e carinho. Conte sempre comigo!

À #GEOESQUERDA, companheiras e companheiros da Geografia, da militância e da vida. A Alice, Aline, Amanda, Janaína, Raquel, Verônica, Daniel (Dani), Daniel, Diego, Guilherme (Guizão), Guilherme, Jader, João Gabriel, João Luiz, Lucas (Lucão) e Vitor, que sempre estiveram dispostos(as) a me ajudar nessa (árdua) passagem pelo mestrado. Sinto pelas minhas ausências nos nossos encontros. Tenho saudades todos os dias, mas é sempre uma felicidade subir a serra para ver vocês!

Às(os) atingidas(os) da bacia do Rio Doce, em especial aos moradores de Mascarenhas (Baixo Guandu – ES) e Maria Ortiz (Colatina – ES). Obrigada pela recepção e participação na pesquisa.

Ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), pela abertura para o diálogo e pelos aprendizados fundamentais para a construção desse trabalho. Muita luta, companheirada!

A todo GEASur - UNIRIO, pelas trocas, diálogos, pelo apoio e experiências compartilhados nessa caminhada do mestrado.

Ao orientador, Celso Sanchez, pela oportunidade do mestrado, todo o diálogo, experiências e aprendizados.

Ao GEA – UFJF, em especial à Prof^a. Angélica e ao Prof. Vicente; grupo que me apresentou e me inseriu no universo da Educação Ambiental. Agradeço por todos os conhecimentos e experiências trocadas desde a graduação.

Aos professores Bruno Milanez (UFJF), Bruno Muniz (C.A. João XXIII), Carlos Frederico Loureiro (UFRJ), Elias Lopes (UFJF), Miguel Felipe (UFJF) e Rafael Gonçalves (PUC-RJ), os quais fizeram parte do meu crescimento pessoal ao longo do mestrado. Obrigada pela sempre pronta ajuda!

Ao movimento estudantil, principalmente ao DA Geo/UFJF e a EREG-SE (Entidade Regional de Estudantes de Geografia do Sudeste), pela oportunidade de participação no movimento de área, de conhecer pessoas maravilhosas e de organizar coletivamente o XX EREGEO-SE em Juiz de Fora. Obrigada a todas e todos que partilharam desses bons momentos comigo, pela minha formação crítica e organizativa/coletiva!

À escola pública, pela experiência docente, pela vontade de voltar neste espaço, fazer mais e diferente.

Para as trabalhadoras e trabalhadores, o meu muito obrigado. A universidade pública existe pela força de seus trabalhos diários e me proporcionou esse privilégio de ter um ensino superior de qualidade e gratuito. Tenho um compromisso com vocês. Uni-vos!

A todas as minorias sociais, pelos aprendizados a partir da luta, da resistência.

*O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.*

*Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!*

*A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.*

*Quantas toneladas exportamos
de ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
sem berro?*

*“Lira Itabirana”
Carlos Drummond de Andrade (1984).*

RESUMO

O presente trabalho se debruça sobre a problemática instaurada na bacia do Rio Doce após o rompimento da barragem de rejeito de Fundão (Mariana – MG) em 2015, nos municípios de Maria Ortiz (Colatina – ES) e Mascarenhas (Baixo Guandu –ES) no que tange às ações e atividades lideradas pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) junto aos atingidos da região. Partindo dessa realidade, busca-se compreender as práticas e processos pedagógicos emergentes das lutas socioambientais, ao entender que essas manifestações sociais educam e fomentam a criticidade e a autonomia desses sujeitos pela formação política e socioambiental. Para isso, inicia-se pelo debate teórico e conjuntural das dinâmicas econômicas do capital e de como elas vão intervir e transformar o território e a educação. Nesse sentido, propõe-se discutir criticamente a construção das novas pedagogias de resistência que se constituem como formas de enfrentamento e da construção de uma educação ambiental que vise se opor às opressões, apropriações e expropriações provocadas pelo capitalismo em associação direta com o Estado.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Movimentos sociais. Educação ambiental crítica.

ABSTRACT

The present work focuses on the problematic established at the Rio Doce basin after the disruption of the Fundão reject dam (Mariana - MG) in 2015, in the municipalities of Maria Ortiz (Colatina - ES) and Mascarenhas (Baixo Guandu - ES). The actions and activities led by the MAB (Movement of Affected by Dams) with those affected in the region will be discussed. Based on this reality, this work will explore the pedagogical practices and processes emerging from social and environmental struggles, seeing that these manifestations educate and foment the criticality and autonomy of these subjects through political and socio-environmental formation. For this, the work begins with a theoretical and conjunctural debate of the capital economic dynamics, understanding how they will intervene and transform the territory and education. In this sense, a critical debate about the construction of the new resistance pedagogies that constitute as forms of confrontation will be explored, as well as the construction of an environmental education that aims to oppose the oppressions, appropriations and expropriations provoked by capitalism in direct association with the state.

Key words: Education. Job. Social movements. Critical environmental education.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa divisão regional do Espírito Santo	26
Imagem 2 - Mapa de localização de Maria Ortiz em relação a Colatina (ES)	27
Imagem 3 - Mapa de localização de Mascarenhas em relação a Baixo Guandu (ES)	27
Imagem 4 – Tabela I – “Total de conflitos e pessoas envolvidas”	54
Imagem 5 - Tabela II - "Os minérios e as empresas no Brasil"	68
Imagem 6 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio Doce - caminho dos rejeitos	71
Imagem 7 - Gráfico com o número de conflitos pela água 2002-2016 – Brasil	72
Imagem 8 - Mapa do percurso da lama da Samarco de Bento Rodrigues (Mariana – MG) a Linhares (ES).....	75
Imagem 9 - Mapa de localização de Mascarenhas	93
Imagem 10 - Localização de Maria Ortiz (Colatina - ES).....	94

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Prédio parcial da escola de Bento Rodrigues (Mariana – MG)	77
Fotografia 2 – Segundo andar da Escola Municipal de Paracatu de Baixo (Mariana – MG) ..	78
Fotografia 3 - Paredes do segundo andar da escola de Paracatu de Baixo (Mariana - MG)	79
Fotografia 4 - Vista sobre o vale do Rio Gualaxo Bento Rodrigues (Mariana - MG) - Dique S4 e Igreja São Bento.....	80
Fotografia 5- EFVM em Mascarenhas (à esquerda) e Maria Ortiz (à direita)	91
Fotografia 6 - UHE Mascarenhas	92
Fotografia 7 - Rua principal de Maria Ortiz (Colatina - ES) - Casas e Rio Doce, à esquerda .	94
Fotografia 8 - Unidade de tratamento de esgoto inutilizada em Mascarenhas (Baixo Guandu)	95
Fotografia 9 - Ato do MAB contra a privatização da barragem de Miranda - Indianópolis (MG)	103
Fotografia 10 - Um dos atos realizados pelo MAB e apoiadores (05/10/2017), na Av. Presidente Vargas - RJ, durante o 8º Encontro Nacional	104
Fotografia 11 - Vista do quintal de Emiliano (Maria Ortiz - Colatina, ES)	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	20
CAPÍTULO II: APORTES TEÓRICOS PARA PENSAR UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA AO TERRITÓRIO	30
2.1 “Quem perde o bonde do progresso, não terá espaço aqui”: a geopolítica do capital.....	30
2.2 O território em disputa: O conflito entre sociedade, ambiente e o capital.....	37
2.3 Educação na conjuntura neoliberal: o desafio para a construção da criticidade	43
2.3.1 “Educação das massas”: ações dos movimentos sociais na construção da educação ambiental crítica	54
CAPÍTULO III: “DA LAMA AO CAOS”: ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NA BACIA DO RIO DOCE INSTAURADA APÓS O ROMPIMENTO DE FUNDÃO (MARIANA-MG).....	66
3.1 A relação trabalho e educação na Bacia do Rio Doce: O que emerge desse território atingido?	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
ANEXOS	107
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

Entre a trajetória de vida e fazeres acadêmicos inicia-se uma fase que impinge fugas com as frases de inspiração de conhecidos autores da área da educação, pois o que deu materialidade a este trabalho foram pessoas que estão fora da academia. Esse início justifica, de antemão, a escolha de uma escrita coletiva, a qual busca o envolvimento direto com leitores desta dissertação, pois este trabalho foi feito com e para os sujeitos atingidos pela mineração. Todo o seu desenvolvimento advém de trocas de conhecimentos, diálogos e aprendizados. Construída sob uma base participativa¹, algo que também foi fundamental para a formação pessoal e acadêmica da pesquisadora que, por ora apresenta os resultados do trabalho de investigação e de análise, com o objetivo de defendê-lo para obtenção do título de mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Essas palavras têm como propósito mostrar o desafio da pesquisadora sob um novo olhar e abordagem na área da educação, especificamente da educação ambiental, mas que, até a escrita deste trabalho, não sabia o quão imersa na temática já estava. A região onde a pesquisadora viveu boa parte de sua vida não possui histórico e nem problemas recentes ligados à mineração. Reconhecendo a posição de pesquisadora, cabe um exercício constante, essencial e cuidadoso de colocar sempre as(os) atingidas(os) pela mineração na centralidade deste trabalho como os reais produtores do conhecimento, pois nada do que está escrito e descrito nas páginas seguintes foi uma construção individual. Contudo, antes de prosseguir a caminho da problemática, faz-se necessário contextualizar a trajetória acadêmica da pesquisadora e por que o tema se relaciona diretamente com a sua experiência até os dias atuais.

A educação ambiental (EA) se apresentou como objeto de estudo no final do 5º período do curso, como bolsista de iniciação científica (BIC – UFJF) no projeto “Educação ambiental no processo de licenciamento: construção metodológica”². Assim, foi

¹Entendo essa perspectiva de pesquisa pela fala de Freire (2014, p. 166) como uma metodologia de construção coletiva, em que a “educação parte da convicção de que não se pode sequer presentear o seu programa [ou, no caso, a pesquisa], mas tem de buscá-lo ideologicamente com o povo (...), de cuja a elaboração deve ele participar” e intervir coletivamente com a/o pesquisadora/o.

²Para o edital Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Aneel, para Furnas e demais empresas sobre a EA no processo de licenciamento de empreendimentos ligados ao setor de energia. O empreendimento selecionado foi a “Linha de Transmissão Ouro Preto II (MG) – Vitória (ES)” abarcando município de pequeno, médio e grande porte. No projeto, a equipe da UFJF, coordenada pelo Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto, ficou responsável pelo trecho I (Barra Longa - MG, mas abarcando, eventualmente, Mariana, Ponte Nova e Ucrânia – MG nas entrevistas preliminares).

marcada a primeira aproximação sobre o estudo da temática – ou universo – da EA, nesse caso específico, voltado à prática não formal para o licenciamento³; o que mais tarde viabilizou o ingresso como estagiária em uma empresa privada de consultoria ambiental propiciando uma imersão na prática mercadológica da educação ambiental. A atividade desenvolvida era dotada de ausência de criticidade nas ações com os afetados (diretos e indiretamente) e realizava minimamente uma pedagogia que priorizava o consenso e informação básica sobre o empreendimento, sem considerar efetivamente os impactos desse processo com a população local.

Concomitante ao desenvolvimento das pesquisas na EA, ocorreu a inserção e militância no movimento estudantil, o que proporcionou uma transformação política e teórica e, concomitantemente, histórica da pesquisadora, enquanto sujeito individual e coletivo. O aprendizado foi crescente no caminho trilhado desde a participação no movimento estudantil durante a graduação. O pertencimento ao coletivo ensinou o que é militância, a luta por uma educação de qualidade, crítica e o efetivo exercício político-participativo, acadêmico e social, em sala de aula e nas ruas. Tais experiências direcionaram posicionamentos⁴ políticos significativos.

Fora das paredes das salas de aula e dos muros da universidade, a aprendizagem política está pautada em uma diversidade de realidades vividas e de reflexões que dela decorrem. Os atores sociais – de forma orgânica – que constroem essas ações e práticas educativas partem de demandas reais do seu grupo social/estrutura social⁵ na busca ou construção de uma educação autônoma e de base popular, proporcionando um aprendizado que fortalecerá o seu reconhecimento enquanto ser no mundo, sujeito de direitos, que mobiliza, questiona, modifica e se posiciona, ao reconhecer o potencial de transformação da condição de oprimido e de construção de uma nova sociedade a partir do aprendizado pautado na relação comunitária/coletividade.

³ Toda a atividade com alto potencial de poluição é obrigada, por lei, a passar por um Estudo de Impactos Ambientais (EIA), no qual serão levantados, por uma equipe multidisciplinar, os aspectos físicos, humanos, econômicos, políticos e afins, no que tange às ações/impactos da empresa, tendo um acompanhamento permanente desde a sua implementação até o seu pós-fechamento.

⁴ Cabe afirmar que nada nesse trabalho é neutro. Existe uma diferença entre as afirmações acima (a retirada enquanto pesquisadora da centralidade do trabalho) para a neutralidade no que diz respeito ao posicionamento da escrita.

⁵ Nesse sentido, entende-se que esses grupos podem ou não estar em diálogo direto. Dada à divergência política, de pautas de luta, distância geográfica (que, por vezes, pode dificultar as ações mais diretas) fatores que ocasionalmente podem acontecer dada a multiplicidade de conflitos que vão se instaurar em decorrência dessa sociedade capitalista e de Estado neoliberal. Mas também há aqueles que conseguem atuar, se articular e promover ações em âmbito regional, nacional e internacional.

Essas demandas sociais emergem para a educação como um desafio. De que forma articular a prática docente, comunidade, escola e/ou território para formar uma base pedagógica que dê suporte às ações dos movimentos sociais? E de como esses próprios movimentos vêm construindo suas práticas de interlocução e formas do fazer político? A formação, enquanto geógrafa, da investigadora possibilitou perceber contradições do espaço a partir da categoria de totalidade dos múltiplos fatores que ali interferem, enquanto a militância estudantil ensinou como as formas de articulação podem intervir nesse espaço e reconhecer a importância do retorno social da formação profissional. Nesse processo, os estudantes articulados enquanto sujeitos históricos de direitos têm protagonismo definido e reconhecido na sociedade.

Foi como atuante e participante do Diretório Acadêmico (DA) de Geografia da UFJF (DAGEO)⁶, de 2013 a 2016, que a formação política foi iniciada junto aos demais integrantes; e formou a base crítica necessária para a compreensão do compromisso pedagógico e pessoal com a escrita deste trabalho e com aqueles que dela participaram. No DA, espaço físico de poucos metros quadrados e de paredes desenhadas, construído na coletividade e horizontalidade, evidenciou-se que o ato de ouvir é mais importante do que o de falar. Nos termos de Freire (2011), ouvir o outro é dar oportunidade para que as experiências pessoais sejam trocadas com todo o grupo. É da fusão entre as questões subjetivas e objetivas, das relações pessoais, que são construídas a base para o diálogo, as trocas, o reconhecer no outro a possibilidade de mudança (como sujeito coletivo), a construção da solidariedade e a busca pela emancipação (pela ótica da luta de classes sociais).

Nos movimentos construídos ao longo da graduação, emergiram amizades e companheirismos de lutas, presentes tanto na vida pessoal quanto na construção de toda essa pesquisa. Os interesses comuns fizeram a unidade nesse caso. Mesmo ao nível local, regional e nacional⁷, era possível uma integração de questões a serem reivindicadas para atender aos objetivos comuns⁸. Não há como mensurar e descrever o quanto nossas discussões foram libertadoras e transformaram a percepção pessoal, enquanto mulher e professora; a partir do olhar do outro, aprendendo com o outro (FREIRE, 2011).

⁶ Para minhas amigas e amigos do DA, todo o meu amor e agradecimento.

⁷ No qual fiz parte do Diretório Acadêmico de Geografia da UFJF (DAGEO), Executiva Regional de Estudantes de Geografia do Sudeste (EREG-SE) e Confederação Nacional de Entidades de Estudantes de Geografia (CO-NEEG), respectivamente.

⁸ Pautas coletivas como: universidade pública mais democrática e de qualidade, questões de gênero, raça, sexualidade entre outros.

Hoje, como professora de Geografia, é necessário encarar a docência como um ato político e de resistência. A atuação em sala de aula⁹ foi capaz de potencializar o interesse sobre a construção social (coletiva) de novas práticas educativas relacionadas à questão socioambiental. O que foi determinante para a entrada no Mestrado em Educação¹⁰ e almejar outra relação entre a forma de aprender e ensinar. Essa etapa acadêmica, juntamente com a participação no Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur – UNIRIO), em que o desenvolvimento de atividades junto a movimentos sociais – principalmente da região metropolitana do Rio de Janeiro –, fez com que o foco de discussão do grupo se voltasse para as pedagogias que emergem dessas lutas.

Nesse sentido, estabeleceu-se um diálogo direto com a América Latina para compreender a educação e a educação ambiental pelo olhar daqueles em condição de subalternidade do sul global, das atingidas e dos atingidos socioambientais, grupos oprimidos, dos povos tradicionais e outros mais que se somam à luta. Para isso, há uma busca coletiva para integrar as relações de classe, gênero, raça e sexualidade nas pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do GEASur. Ocorre uma tentativa de unir a universidade – que historicamente se constitui como um espaço elitizado, branco e masculino do conhecimento e que desconsidera os saberes populares –, ao povo. São essas pessoas que sustentam nossas pesquisas através do esforço diário do trabalho e se tornam excluídas desse privilégio de ocupar tal espaço que é público e pertencente a elas por direito.

Todas essas experiências, traçadas desde a graduação até hoje, sobre a EA, despertou o interesse de compreender a dinâmica existente do aprendizado a partir da militância e/ou a militância a partir do aprendizado. Na verdade, a construção desta pesquisa está diretamente ligada à experiência formativa da pesquisadora no movimento estudantil, mas agora esse olhar está voltado para esse processo formativo nos movimentos sociais. Atualmente, em contínua formação, ocorre a necessidade de voltar à atuação profissional para esses coletivos militantes extramuros da academia; na busca de uma relação mais orgânica entre a academia e os saberes, ensinamentos e conhecimentos produzidos fora dela.

Dessa maneira, durante a disciplina Tópicos Especiais em Estudos Sócio-Ambientais: Perspectivas geográficas sobre a tragédia do Rio Doce, cursada no Programa de

⁹ Atuando como substituta por contrato na rede Estadual de Minas Gerais e no Município de Juiz de Fora. Como professora/bolsista no cursinho popular da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). E, recentemente, no estágio docente na Graduação em Pedagogia na disciplina de “Educação e Ciências II”.

¹⁰ Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2016.

Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGEO – UFJF) e ministrada pelos professores doutores Bruno Milanez e Miguel Fernandes Felipe, abordava os fatores físicos, sociais, políticos e econômicos diante dos impactos desencadeados após a tragédia¹¹ ocorrida no Rio Doce, capaz de destruir o ecossistema da bacia e quebrar todas as relações existentes entre a população, o rio e o seu território. Nesse sentido, após o contato com essa discussão, a pesquisa foi delimitada espacialmente para compreender a problemática que envolve os atingidos no Rio Doce em relação à educação ambiental. No intuito de assimilar as ações das mobilizações locais com a educação, iniciava-se, nesse momento, uma apresentação das dinâmicas socioambientais que serão abordadas neste trabalho e de como a pesquisa está organizada para responder às indagações aqui explanadas.

Na tarde do dia 05 de novembro de 2015, rompia um dos diques da barragem de rejeitos de Fundão, de responsabilidade da empresa Samarco Mineração S.A.¹², fazendo suas primeiras vítimas no distrito de Bento Rodrigues – pertencente ao município de Mariana (MG) – e deixando 19 mortos e um aborto forçado pela lama, de acordo com o relatório gerado pela Justiça Global (2016) e relatos dos atingidos. Essa tragédia,¹³ em larga escala e amplamente notificada pela mídia, afetou direta e indiretamente 3,2 milhões¹⁴ de pessoas ao longo do trajeto da lama no Rio Doce e afluentes¹⁵ até a sua foz no encontro com o mar em Regência (Linhares – ES), no dia 22 de novembro de 2015. Desde então, uma série de impactos aprofundou os conflitos socioambientais na região.

Sendo assim, o “Seminário: balanço de um ano do rompimento da barragem de Fundão”, em Ouro Preto (MG), nos dias 04, 05 e 06 de novembro de 2016 – como parte do campo da disciplina do PPGEO –, foi fundamental para compreender o que estava ocorrendo na região após a tragédia, pela perspectiva dos (as) atingidos (as), dos

¹¹ Justifica-se o uso do termo “tragédia” baseado nas informações fornecidas pelos atingidos envolvidos na pesquisa, de que parte-se do princípio que a empresa ainda não foi julgada pelo ocorrido, ou seja, o que ainda (por enquanto) não faz dela uma criminoso. Como lidamos com questões delicadas e que exige uma exposição muito grande dos atingidos, buscou-se evitar qualquer tipo de dano ou motivo para que esse trabalho seja contestado pela empresa e que isso de alguma forma provoque consequências a esses sujeitos que estão diariamente na luta contra a Samarco.

¹² Fundada em 1977, controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton (anglo-australiana). Atualmente suas atividades estão suspensas desde novembro de 2015. Mais informações < <http://www.samarco.com/a-samarco/>>.

¹³ A critério de esclarecimento, a empresa passa por um processo na justiça sobre a acusação.

¹⁴ Além de 9 milhões de toneladas de peixes mortos. Fonte: Justiça Global. *Vale de Lama: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão*. 2016. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/01/Vale-de-Lama-Justic%CC%A7a-Global.pdf>>.

¹⁵ O Rio Gualaxo do Norte afluente do Rio do Carmo que deságua no Rio Doce. Os demais foram afetados pelo refluxo da lama. (FELIPPE, 2016). Retirado das notas de aula de *Tópicos Especiais em Estudos Sócio-Ambientais: Perspectivas geográficas sobre a tragédia do Rio Doce* do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE – UFJF).

movimentos sociais¹⁶ e dos moradores locais. Ao acompanhar as ações de enfrentamento e as discussões sobre o tema pela voz desses sujeitos afetados pela lama, nosso grupo¹⁷ esteve exatamente um ano após o ocorrido em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (ambos distritos de Mariana – MG).

Nessa mesma visita a campo, o grupo teve acesso ao jornal “A Sirene”¹⁸, importante meio informativo alternativo para os atingidos. A edição 07 – Outubro 2016 (p. 08 e 09) trouxe a reflexão sobre “aprender a ser atingido” pelo olhar das crianças das localidades afetadas. Desde então, passou a ser um dos pilares desta investigação pois, além de fazer parte do título desse trabalho, desencadeou todo o direcionamento da pesquisa ao partir da perspectiva do atingido e do potencial organizativo desse coletivo através dos movimentos sociais. Por exemplo, a própria iniciativa da construção coletiva do jornal como um ato de resistência dos afetados e de articulação social de luta a partir da informação demonstra a importância da comunicação e aprendizado para a mobilização.

Sendo assim, o objeto da pesquisa delinea-se no que tange às pedagogias emergentes das lutas socioambientais diante do cenário trágico estabelecido após o rompimento da Barragem de Fundão (Mariana – MG), buscando responder a seguinte indagação: De que forma, a partir da apropriação social da educação, os movimentos sociais constroem a formação crítica para a luta coletiva pela emancipação diante de um processo de opressão ambiental?

Os movimentos sociais buscam esse caráter emancipatório. Nessa perspectiva, Ribeiro (2012) traz uma importante leitura de autores que abordam esses conceitos e que dialogam diretamente com o posicionamento teórico da pesquisa, em que

[...] para o educador brasileiro Paulo Freire (1978 e 2003), a libertação não se dá como uma tomada de consciência isolada da injustiça que marca as relações sociais na sociedade capitalista, mas, essencialmente, numa práxis datada e situada, que tem por sujeitos os povos oprimidos. Dussel, Rebellato e Freire pensam a emancipação como projeto e ação coletivos das vítimas, dos excluídos, dos desumanizados. Já Marx e Engels têm a classe revolucionária como autora de tal projeto e ação: para além da liberdade e da autonomia individuais implícitas na cidadania, a classe revolucionária, no seu processo de construção, coloca como horizonte a emancipação de toda a humanidade, uma emancipação social, portanto [...] (RIBEIRO, 2012, p.304).

¹⁶ No mesmo dia também acontecia à marcha do MAB pelo Rio Doce e seus afluentes.

¹⁷ Acompanhado juntamente por moradores de Bento, do GESTA-UFOP (Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade Federal de Ouro Preto) e de integrantes do ORGANON (Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais).

¹⁸ Edição 07 – Outubro 2016 páginas 08 e 09. Mais informações e edições do jornal disponível em: <<https://jornalasirene.wordpress.com>>.

As organizações sociais são indispensáveis nesse processo e precisam alcançar a autonomia e emancipação necessária para romper com a atual lógica estabelecida de uma educação enquanto instrumento de repressão e de caráter mercadológico. Ribeiro (2012, p. 304) ainda completa que a “[...] emancipação da sociedade deduz-se da possibilidade de se romper a relação contraditória entre o trabalho alienado e a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência”.

Sendo assim, entende-se que é a partir de um processo educativo crítico e libertário que alternativas são criadas para a busca da emancipação e por outra realidade local. Nesse caso, aponta-se para a necessidade de enxergar a educação como ferramenta de luta na busca pelo reconhecimento dos direitos dos sujeitos afetados que do movimento participa. Muito além da análise acadêmica sobre o caso, essas discussões têm por finalidade apoiar e buscar potencializar o debate sobre as ações feitas pelo movimento, na tentativa de se obter ainda mais visibilidade dos atores sociais a partir da socialização da pesquisa e do retorno desse material para uso desses coletivos locais, além de ressaltar a importância da luta e da mobilização social, política e acadêmica desde o processo educativo desenvolvido pelos atingidos.

Objetiva-se, com esse estudo, compreender as práticas e processos pedagógicos das lutas socioambientais sob influência do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Sendo os objetivos:

- Compreender a importância da construção crítica a partir da educação e da educação ambiental para os(as) atingidos(as) na busca pela participação social diante do conflito socioambiental, no cenário pós-rompimento de Fundão (2015);
- Apontar e analisar criticamente as ações e atividades executadas pelo MAB para a formação sociopolítica do(a) atingido(a);
- Compreender o caráter educativo das ações do MAB junto aos moradores atingidos de Mascarenhas (Baixo Guandu – ES) e Maria Ortiz (Colatina – ES);

Sendo assim, justifica-se a importância desta pesquisa a fim de ressaltar a educação enquanto um instrumento transformador da realidade, sendo capaz de unir território e movimentos sociais para elaboração de uma pedagogia própria que vise ampliar e potencializar as lutas populares; uma educação que transcende a escola e que é concebida a partir da busca pela emancipação e por direitos ao ampliar o debate pela formação coletiva, autônoma e contra hegemônica.

O texto encontra-se dividido em três capítulos, em que o primeiro explicita o caminho metodológico do método crítico-dialético que “suleou” a organização do trabalho, na busca da compreensão crítica sobre a realidade imposta aos atingidos após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão e das ações do MAB e demais movimentos que visam se opor à sua atual condição de oprimido. Desse modo, organizou-se o pensamento para abordar os impactos da atuação sem fronteiras do capital global e de que forma isso irá recair sobre os territórios locais.

Nesse sentido, o Capítulo II traz reflexões teóricas sobre as ações do capital ao nível global se apropriando, explorando e destruindo territórios sempre com o propósito de ampliar seus domínios através das necessidades do mercado, fazendo emergir cada vez mais os conflitos socioambientais que ameaçam/destroem as particularidades locais. Fez-se também uma problematização no que tange à educação em meio ao contexto do capital neoliberal e globalizado, considerando como essa apropriação retira dos sujeitos a capacidade de compreensão crítica da realidade o que, conseqüentemente, dificulta a construção da autonomia e o potencial de transformação dos grupos atingidos pelos danos subsequentes da produção capitalista.

No capítulo III, são apresentadas as análises referentes à compreensão da realidade enfrentada pelos atingidos desde o rompimento da barragem, apoiando-se no que foi observado nas visitas aos campos em Mariana - Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (MG - 04, 05 e 06 nov. 2016) -, Mascarenhas (Baixo Guandu - ES) e Maria Ortiz (Colatina - ES) - 11, 12 e 13 jun. 2017). Os dois últimos distritos participaram diretamente das entrevistas e os entrevistados contribuíram para a discussão e reflexões sobre as apreensões feitas em relação à educação e o papel dos movimentos na construção de uma educação de base popular e emancipatória. O que é o “aprender a ser atingido”? Como se dá esse reconhecimento dos sujeitos?

Por fim, as considerações finais deste trabalho apontam para algumas conclusões sobre pontos que foram apresentados ao longo da dissertação e propõe perspectivas futuras e desdobramentos para a continuidade da pesquisa em outro momento acadêmico.

CAPÍTULO I: ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A pesquisa se encontra organizada sob uma base qualitativa, utilizando-se da observação participante para a inserção no campo, em contato direto e trocas de experiências com os sujeitos que integram esse trabalho. Para as informações e coleta de dados, usou-se, como recurso técnico, entrevista semiestruturada, gravação de áudios e fotografias. Todos os dados utilizados passaram pela autorização dos entrevistados (em anexo).

Para a construção metodológica deste trabalho, houve uma dedicação na questão espacial, na tentativa de compreender um pouco mais sobre as questões ambientais e educacionais em diálogo direto com grupos/movimentos sociais atingidos ou oprimidos, ou seja, a pesquisa parte – como premissa básica –, das demandas/necessidades que se apresentam na atual conjuntura ou que estão emergindo da sociedade. Todavia, para que se dê essa compreensão, torna-se necessário fazer um esforço teórico-metodológico para analisar, mais profundamente, uma totalidade de fatores que (imbricados e em constante construção e desconstrução) influenciaram e ainda influenciam diretamente na “estrutura social” (FREIRE, 2016), sobretudo na forma como ela se constitui no cenário presente.

Ocorre, então, a necessidade de buscar historicamente a origem de certos acontecimentos, ações e relações que fazem com que o meio social se constitua enquanto tal. Esse retorno às questões passadas auxilia em uma análise mais ampla e fundamentada nos acontecimentos e na complexidade de fatores, fomenta o debate sobre as contradições manifestadas não só nas nossas relações subjetivas (“espiritual¹⁹”), mas também no âmbito objetivo (material) com a natureza e o território.

Basear-se no imediatismo das relações humanas (com o olhar voltado para o cotidiano e de forma abstrata) pode ocasionar em uma análise parcial e descontextualizada da “real” realidade (o pleonasma aqui é necessário) que se apresenta para o pesquisador diante do contato com o seu objeto/sujeito(os) de pesquisa. O homem/ a mulher são, de fato, produtos/manifestações de suas relações históricas – dos aprendizados construídos a partir do outro, da sua realização pelo trabalho, cultura, tradições –, mas são, principalmente, produtos/manifestação de um todo mais amplo – político, cultural, econômico e ideológico – que interferem diretamente e historicamente nas dinâmicas sociais.

Nesse sentido, para o pesquisador “[...] parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são condição prévia e efetiva. [...] O concreto é concreto por ser a

¹⁹ cf. IANNI (1988).

síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade.” (MARX, 1983, p. 218). Eis o rompimento da perspectiva de Marx sobre a compreensão de Hegel sobre a forma que se concebe a realidade, o concreto – o homem visto sobre uma base determinada pelo pensamento, oriunda de uma abstração. O método dialético proposto por Hegel não é capaz de superar essa abstração, ocasionando uma interpretação idealista do real. O real não deve ser visto como um produto do pensamento, mas sim um processo inverso²⁰.

O ponto de partida são as bases concretas para pensar de que forma se dá a organização social (assimetrias, contradições, transformações, relações) que se estabelece com todo o meio (espaço para a reprodução do modo de vida social), e os processos que interferem na formação dos sujeitos, isto é, a manifestação no real nas relações sociais que são historicamente construídas.

Contudo isso não significa que o ser humano também não seja constituído pelo pensamento. Marx (1983) não considera que a subjetividade humana deva ser ignorada do processo de apropriação social da realidade. Na verdade, propõe imbricações entre a subjetividade (imaterial, do ser) e a objetividade (material) na interpretação que o homem tem de si e de si para com o mundo (sociedade, natureza, território), sua capacidade de perceber sua própria realidade.

O que o método propõe é pensar a partir de categorias que vão permitir uma análise mais ampla – uma totalidade de determinações – que fazem parte da sociedade, que é burguesa. Um produto da abstração (pensamento) que, na verdade, é oriunda da concepção sobre a realidade observada pelo pesquisador. Marx (1982) aponta que, para entender a complexidade de fatores que interferem na estrutura de uma sociedade de classes, é fundamental fazer uma reflexão sobre a historicidade deixadas pelos sujeitos, formando uma base para a compreensão de elementos que nos direcionam (ou condicionam) a realidade social enfrentada no momento presente.

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura, permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas^[21], sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda não apagados [historicidade dos sujeitos], continuam a subsistir nela, e de que certos signos simples, desenvolvendo-se nela, se enriqueceram de toda sua significação (MARX, 1982, p.223).

²⁰ “[...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX E ENGELS, 1977, apud IANNI, 1988, p.48).

²¹ Interpreto como sociedades apagadas ou incorporadas as dinâmicas do capital industrial que, trazendo para o plano atual, ainda se vê diversas sociedades (grupos, comunidades), que encontram-se em risco pelo processo de dominação territorial do capital (ver o capítulo II, item 2.2. Território em disputa: Sociedade, natureza e capital).

O ser humano construiu, e se constituiu tal como é, ao longo da história, reproduzindo-se socialmente no espaço – junto à natureza – através do tempo, sempre em constante processo de criação de instrumentos e ferramentas, transformações, modificações que são necessárias para atender às suas necessidades da “vida material”, mas sempre com o “pé” no passado; ou seja, fatores que influenciaram diretamente na sua constituição enquanto indivíduo e de todo o grupo social ao qual pertence.

As relações de poder, políticas, econômicas, tradicionais e culturais (na promoção de saberes, conhecimentos, aprendizados) se perpetuam de geração em geração e também, em um processo de territorialização²² dessas relações, os formam como sujeitos historicamente concebidos.

Essa apropriação sobre as atividades desenvolvidas pelo ser humano no sistema capitalista ameaça e priva os sujeitos da autonomia de criar sua própria realidade, condicionando-os a adotar elementos na vida social que contribuem para o desenvolvimento das forças produtivas.

Do mesmo modo que em toda a ciência histórica ou social em geral, é preciso nunca esquecer, a propósito da evolução das categorias econômicas, que o objeto, neste caso a sociedade burguesa moderna, é dado, tanto na realidade como no cérebro; não esquecer que as categorias exprimem portanto formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares dessa sociedade determinada, deste objeto [sujeito] [...] (MARX, 1982, p. 224).

As categorias representam especificidades sociais que auxiliam na compreensão das manifestações que ocorrem entre sociedade, capital e Estado – conflitos, disputas, assimetrias e crises.

Sendo assim, o método utilizado para a coleta dos dados e análise, tanto das entrevistas quanto das visitas aos campos, é o materialista, histórico e dialético. O método crítico-dialético²³ viabiliza a compreensão do real, do material, do concreto e de como vão se manifestar as contradições inerentes à sociedade capitalista até o campo da pesquisa (MARX, 1983). O que torna necessária a apreensão de uma perspectiva macro de atuação da sociedade, contextualizada às dinâmicas locais e a como esses sujeitos se percebem, se mobilizam, realizam ações, atividades e constroem posicionamentos contrários

²² Ação do processo de territorialidade (vide capítulo II - item 2.2 Território).

²³ Compreendendo toda a ampla abordagem do materialismo histórico-dialético, que se constitui enquanto uma guisa teórico-metodológica e, mais que isso, uma ideologia e uma visão de mundo.

à hegemonia do capital. Parte-se do princípio de que a opressão infringida pela sociedade do capital recai sobre o meio sócio territorial e socioambiental, transformando-os de acordo com seus interesses, ao ignorar as particularidades e as populações que ocupam essas localidades. Sendo assim, a análise perpassa pela historicidade – determinações anteriores das estruturas sociais –, e pela totalidade para compreender as dinâmicas a nível local – articulando totalidade com particularidade no capitalismo atual, com a lógica evidenciada pela sociedade de classes que é

[...] permeada por estruturas e mecanismos econômicos e políticos formais, mas também pelas matrizes essenciais de conformação do modo de vida, como família, a vizinhança, os espaços de lazer. [...] é preciso dar atenção à cultura como produtora de categorias de pensar, sentir, agir e expressar de determinado grupo, classe ou segmento. Nela se articulam concessões, conflitos, subordinação e resistências. Ela é o espaço de expressão da subjetividade e, também, um lugar objetivo com a espessura do cotidiano por onde passam e ganham cor processos políticos e econômicos, sistemas simbólicos e o imaginário social. (MINAYO, 2008, p. 130 e 131).

Por isso a análise territorial se torna essencial para a composição deste trabalho, pois é desse campo social que vão emergir as questões contraditórias e a própria dimensão de luta social. Desse modo, faz-se necessária uma compreensão ampla, para além do recorte classista, mas ressaltando como estão colocadas na realidade local as relações gênero, questões raciais, culturais e tradicionais envolvidas na dinâmica social local.

A partir do real e da história, a direção política e ideológica da reflexão é direcionada criticamente para a análise de duas categorias fundamentais apreendidas da realidade concreta: trabalho e educação. Estas categorias são analisadas no capítulo II.

A pesquisa qualitativa, para além do âmbito acadêmico, está diretamente relacionada às práticas sociais; o que se torna um desafio pois, a partir do momento em que o pesquisador se propõe a estudar, conhecer e até intervir no meio social, está automaticamente adquirindo um compromisso com os sujeitos e com as práticas sociais. São esses sujeitos que dão o caráter existencial à prática, forjada a partir do coletivo, de caráter político e cultural (MARTINELLI, 1999).

Por isso, “[...] quanto mais o profissional estiver capacitado para explicitar o componente político dessa prática, maior será a efetividade que ela terá.” (MARTINELLI, 1999, p. 12). Aqui está a importância de captar a realidade do campo e dos sujeitos pesquisados, considerando suas particularidades e as informações necessárias que vão contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais. A construção da pesquisa está intimamente

ligada à “[...] demanda [que emerge] da sociedade hoje, aquilo que ela busca como resposta aos problemas que incidem na área social.” (MARTINELLI, 1999, p. 16) e ao território, encarando a pesquisa como “[...] uma mediação fundamental da prática social.” (MARTINELLI, 1999, p. 16).

Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa permite trabalhar com a investigação vista sob o ângulo da subjetividade e objetividade dos sujeitos, que consiste da análise do conjunto das relações humanas expressas na realidade vivida do indivíduo e compartilhada com seu grupo social. A pesquisa, metodologicamente direcionada, fornecerá determinantes fundamentais para a análise, reflexão e compreensão dos dados empíricos coletados e contribuirá para a compreensão da particularidade estudada e determinada enquanto objeto de estudo proposto.

Nesse sentido, a interlocução entre os conhecimentos teóricos e empíricos podem construir as bases necessárias para o diálogo entre as especificidades da pesquisa e sujeitos envolvidos promovendo, assim, “[...] um envolvimento – e comprometimento – pessoal entre o pesquisador [a] e aquilo²⁴, ou aquele que ele [ela] investiga.” (BRANDÃO, 1984, p. 8).

A pesquisa tem como propósito fazer emergir o caráter pedagógico das lutas dos movimentos sociais, por meio do contato direto com pessoas pertencentes a eles. Sendo assim, reitera-se essa reflexão ao elaborar os materiais metodológicos necessários para que a proposta almejada seja alcançada, e que essa relação seja de fato mútua, estabelecendo uma “[...] conduta participante [...], [em que] a pesquisa é um processo de formação e ação [...]” (CHIZZOTTI, 1995, p. 82 e 83) para todos que participam da elaboração deste trabalho.

Técnicas para o campo, para a investigação e levantamento de dados constituíram a pesquisa num primeiro momento, sob a base teórica oriunda de pesquisa bibliográfica e análise documental, utilizando-se de textos disponíveis em sítios online, jornais, revistas e textos de gênero acadêmico. Para a imersão no campo, realizou-se outro estudo para levantamento de dados sobre as cidades e comunidades afetadas ao longo do Rio Doce e afluentes. Além disso, foi realizada uma análise prévia dessas publicações feitas por coletivos e grupos de pesquisa, informações dos relatórios e expedições/caravanas que continham informações sobre as localidades, os afetados e impactos decorrentes do rompimento de Fundão. Coletivos como o MAB e a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale; produções de grupos de pesquisa como o ORGANON – UFES (Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais), PoEMAS – UFJF (Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade) e o GESTA

²⁴ Aquilo enquanto temática pesquisada.

– UFMG (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais). Como as expedições realizadas e documentadas por grupos de pesquisa²⁵, organizações como o Justiça Global; jornais e revistas, como a Revista Poli – saúde, educação e trabalho (ano XIII – nº. 45 – mai./jun. 2016).

Tais informações contribuíram para a seleção das comunidades para os possíveis campos da pesquisa, atendendo aos seguintes requisitos: I. Uma localidade com pouca aglomeração populacional; II. Se há, atualmente, movimento(s) social(ais) de base popular ligado(s) aos acontecimentos da tragédia; III. A existência de relação(ões) socioambiental (is) conflituosas que antecedem à contaminação do Rio Doce; IV. Localidades que tivessem ligações histórico-tradicionais e de dependência de atividades econômicas relacionadas ao Rio Doce.

Para o item I, a ideia primária consistia em encontrar uma localidade que não tivesse um núcleo urbano com grandes e médias aglomerações de pessoas, para que a imersão e o contato (direto) com os afetados pela lama se desse com maior facilidade, com o objetivo de possibilitar o acesso às lideranças desse movimento e demais componentes dessa localidade, entendendo essa mobilização como forma de resistência comunitária. Além disso, foi se suma importância a construção de práticas solidárias e coletivas, que promovessem e articulassem ações contrárias às opressões inerentes ao capital.

Os itens II e III partem da necessidade de verificar, nos territórios afetados pelas problemáticas socioambientais pós-desastre, a existência de movimentos sociais voltados para a formação de base sociopolítica. À luz dessas ideias, esses movimentos são entendidos como coletivos de indivíduos afetados que constroem suas próprias metodologias de trabalho, agem em prol da resolução de problemas, atuam junto aos demais atingidos, buscam a centralidade desses sujeitos e executam ações que visam a atender suas demandas, partindo da construção autônoma da luta. Esse é o momento em que os sujeitos alcançam o que é necessário para se engajarem na luta, se tornam cientes de seus direitos e cidadania e almejam a transformação social oriunda da mobilização dos demais que se encontram na mesma situação. São aqueles que se reconhecem no outro e buscam, a partir dessa unidade social, a ajuda e emancipação coletiva. Tais atores sociais entendem, ainda, como ocorrem as ações pedagógicas e compreendem suas ações e protagonismo na luta e possíveis componentes que podem auxiliar na autonomia do grupo atingido.

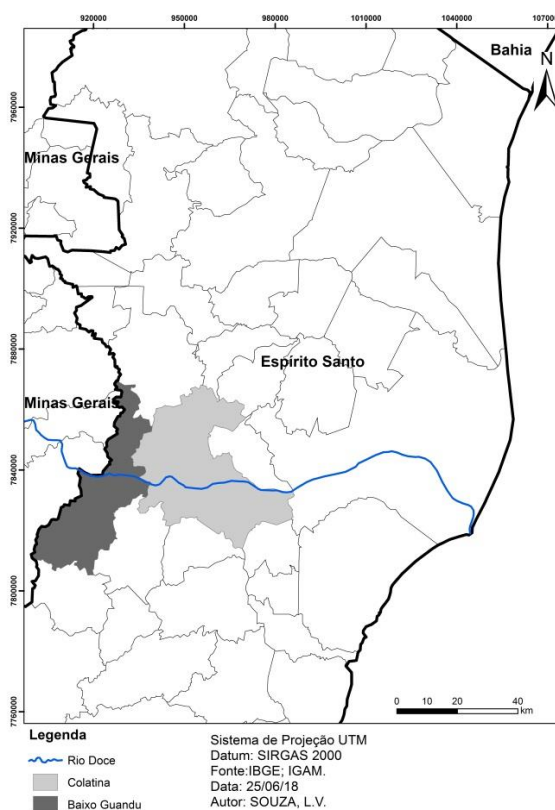
O item IV torna importante o entendimento sobre a intensidade dos conflitos e dos impactos decorrentes de Fundão em comunidades que possuem tradições ligadas ao Rio Doce

²⁵ Por exemplo: ORGANON, Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. Impactos socioambientais da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco no Espírito Santo - Relatório preliminar. Novembro / Dezembro. Mimeo (2015).

(macroescala) ao evidenciar a problemática que afeta diretamente a dimensão cultural (micro-escala de análise). Nesse sentido, essa realidade compromete os aprendizados passados às gerações futuras, a própria relação, unidade e identidade comunitária do grupo observado.

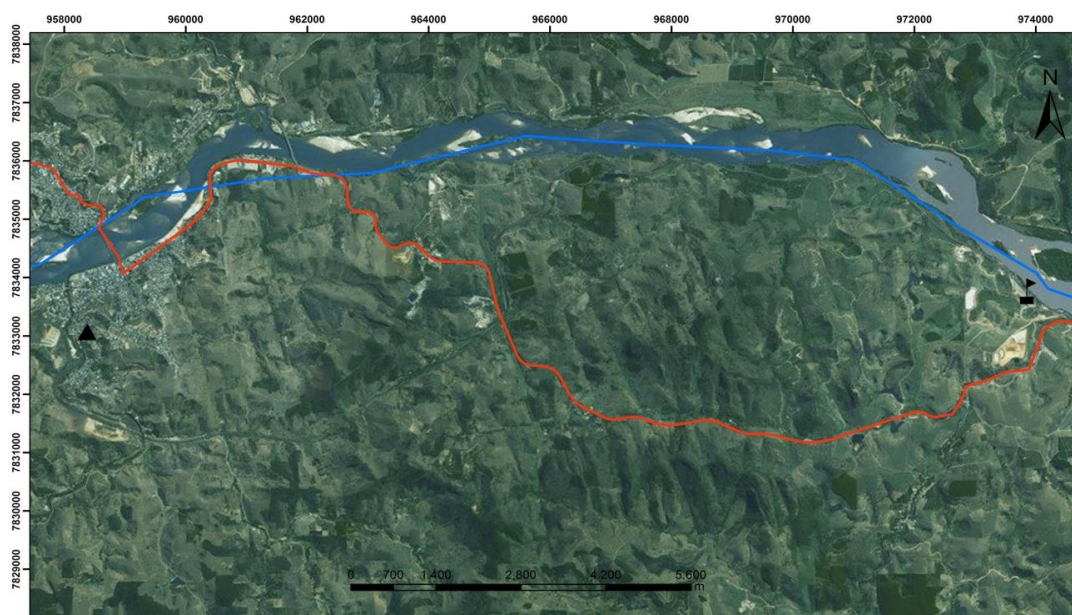
Sendo assim, para uma construção do objeto de estudo a partir da concepção teórica descrita neste trabalho, a experiência de campo é capaz de apontar para as “[...] manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos.” (NETO, 2001, p. 54), assim como para a produção coletiva desse estudo. Essa interação é necessária para a aproximação da realidade local e do olhar do sujeito pesquisado sobre sua própria condição de atingido, o qual, ao final de todo esse processo, possa se sentir representado pelo que aqui foi escrito. O recorte espacial da pesquisa apontou para as particularidades enfrentadas pelos distritos de Maria Ortiz (Colatina – ES, v. mapa 02) e Mascarenhas (Baixo Guandu – ES, v. mapa 03) – na região centro-oeste do estado (v. mapa 03). Ambas as localidades estão interligadas pelo Rio Doce e pela Estrada de Ferro de Vitória a Minas. Os moradores, em sua maioria pescadores, enfrentam problemas com a empresa e lutam pelo direito de serem reconhecidos enquanto atingidos (as).

Imagem 1 - Mapa divisão regional do Espírito Santo



Fonte: (SOUZA, 2018).

Imagem 2 - Mapa de localização de Maria Ortiz em relação a Colatina (ES)



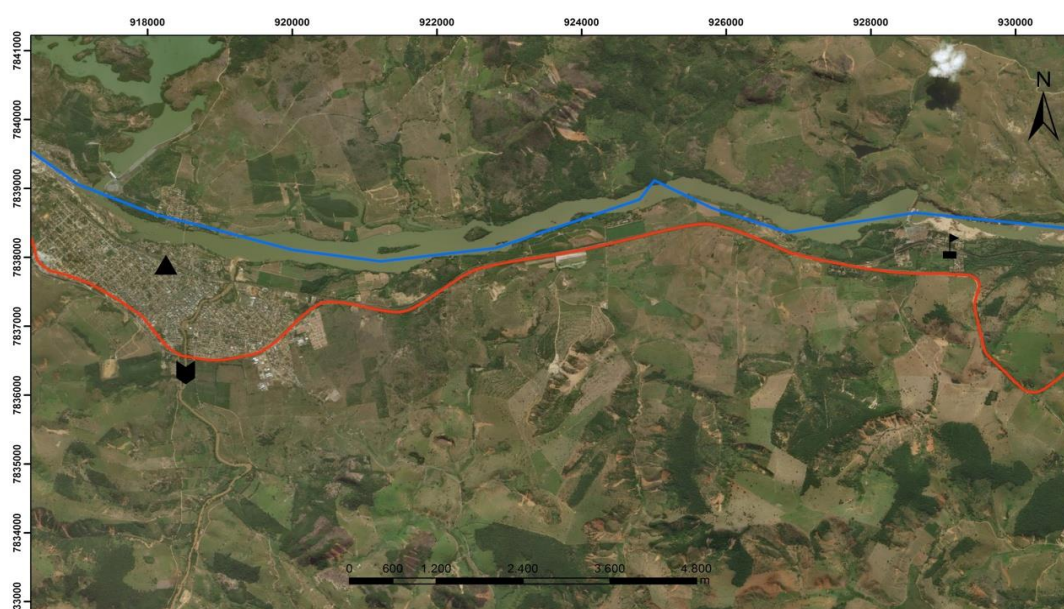
Sistema de Projeção UTM
 Datum: SIRGAS 2000
 Fonte: Google Earth
 Data: 02/07/17
 Autor: SOUZA, L.V.

Legenda

- ▲ Colatina (ES) 🏠 Maria Ortiz
- Rio Doce
- BR 259

Fonte: (SOUZA, 2017).

Imagem 3 - Mapa de localização de Mascarenhas em relação a Baixo Guandu (ES)



Sistema de Projeção UTM
 Datum: SIRGAS 2000
 Fonte: Google Earth
 Data: 02/07/17
 Autor: SOUZA, L.V.

Legenda

- ▲ Baixo Guandu (ES) 🏠 Rio Guandu
- BR 259
- Rio Doce
- 🏠 Mascarenhas

Fonte: (SOUZA, 2017).

Para a imersão, foi realizado o primeiro contato com o entrevistado Ernesto – representante do MAB no Espírito Santo (ES) – na região onde a pesquisa foi apresentada e, em seguida, solicitada indicações de pessoas para a entrevista. A visita foi agendada entre os dias de 11 a 13 de junho de 2017. Desde o início, a distância geográfica do campo seria o principal desafio da pesquisa, dificultando o deslocamento com mais frequência. Todo o trajeto – ida em 11 horas, volta em 12 horas e a visita a duas localidades –, foi feito de carro, com saída do Rio de Janeiro até Juiz de Fora (10/06) pela Rodovia BR – 040. No dia 11 de junho, seguimos ²⁶ para o norte do Espírito Santo, pelas rodovias MG – 267, BR – 116, BR – 356, BR – 484, ES – 297, BR – 101 e BR – 259.

No campo, fez-se uso da observação participante: técnica que tem como premissa o “[...] contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados.” (NETO, 2001, p. 59). A sistematização das informações adquiridas das experiências no campo perpassa pela “[...] observação compreensiva dos participantes” (CHIZZOTTI, 1995, p. 90), na qual ocorre a troca de experiências entre a pesquisadora e sujeito pesquisado, e pela compreensão da realidade advinda dos atores sociais, assim como as dinâmicas que emergem das suas vivências, das questões particulares de seus territórios e dos conflitos internos e externos.

A técnica metodológica utilizada no campo contou com entrevista semiestruturada de dois moradores de Maria Ortiz, duas de Mascarenhas e do representante MAB-ES²⁷ - todos/todas foram aqui identificados por nomes fictícios a fim de evitar a exposição em demorado desses sujeitos. Segue uma breve descrição dos atingidos entrevistados.

- Ernesto: Representante e militante do MAB no Espírito Santo. Atingido por barragem hídrica na sua região de origem – reassentado após a inundação. Migrou para participar das atividades do movimento no Rio Doce após o desastre em 2016. É biólogo/professor.
- Berta: Pescadora residente em Mascarenhas desde que nasceu. Mãe de família. Militante atuante no MAB. Atingida por barragem (UHE – Mascarenhas).

²⁶ Novamente, agradecimentos ao Albert e Daniel – amigos de graduação, que embarcaram rumo ao levantamento de dados e contribuíram com a pesquisadora no campo e na divisão da responsabilidade do volante. Agradecimentos também ao avô Joaquim, pelo carro emprestado, e à Isaura (mãe), pelos lanches e pelo apoio.

²⁷ Que reside em outra localidade próxima.

- Rosa: Dona de casa e mãe de família, residente em Mascarenhas. Exerce atividades ligadas a pesca auxiliando o marido, que é pescador. Faz parte do MAB, mas não se envolve diretamente/ativamente nas ações do movimento. Atingida por barragem (UHE – Mascarenhas).
- Simone: Pescadora e membro participativo na Colônia de Pescadores de Colatina. Residente em Maria Ortiz. Mãe de família. Militante atuante no MAB.
- Sr. Emiliano: Pescador e membro participativo na Colônia de Pescadores de Colatina. Pai de Simone e residente de Maria Ortiz. Militante atuante no MAB.

Para a coleta dos dados, usou-se a gravação de áudio e registro fotográfico. Tal processo, bem como uso dos dados e informações, passaram pela autorização por escrito nos termos de consentimento, pelos sujeitos que estão representados por nomes fictícios, os quais serão informados ao longo do texto quando forem objeto de análise. Além disso, gênero e função (trabalho) também estão demarcados.

CAPÍTULO II: APORTES TEÓRICOS PARA PENSAR UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA AO TERRITÓRIO

Neste capítulo, inicia-se um debate sobre as principais bases teóricas que sustentam esse trabalho, de forma a construir um posicionamento diante das problemáticas que envolvem o objeto de estudo e as dinâmicas nas quais os sujeitos estão envolvidos. Nesse sentido, houve um exercício de tentar compreender a totalidade das questões que envolvem os principais aspectos que emergiram na região após o rompimento de fundão. Buscou-se elencar a conjuntura estrutural inerente às ações do capital e do Estado sobre os movimentos sociais que buscam alternativas possíveis diante do conflito instaurado.

Sendo assim, classificou-se em quatro grandes grupos: a) uma análise do capital ao nível global até o local, ou seja, de que forma o mercado globalizado intervém nas dinâmicas de vida localmente? Que influência produtiva hegemônica é essa capaz de destruir tudo aquilo onde se insere? b) abordar essa discussão pautada no território, entendendo que essas disputas vão acontecer em espaços onde já há uma historicidade social constituída – como o território vai responder a essas disputas? c) compreender de que forma os sujeitos impactados/atingidos/oprimidos, a partir da educação e da educação ambiental, vão criar mecanismos para a tentativa de superação desse processo conflituoso e, ainda, como a educação pode servir de instrumento para a construção da criticidade dos movimentos sociais?

2.1 “Quem perde o bonde do progresso, não terá espaço aqui”²⁸: a geopolítica do capital

Desde o período em que o Brasil era colônia portuguesa, a mineração²⁹ possui grande representatividade econômica. Torna-se importante contextualizar como fatores históricos fazem, ainda hoje, parte da realidade da região estudada – de onde se inicia o percurso da lama de Fundão (Mariana – MG) em direção à foz do Rio Doce (Linhares – ES). Um importante aspecto que direcionou os estudos para a pesquisa é o fato de o Brasil, e toda a América Latina, ingressarem na divisão internacional do trabalho enquanto produtores (colônias) de recursos primários para suprirem as demandas dos países tidos como

²⁸ Trecho retirado da música “Ciranda” da banda El Efecto.

²⁹ Nos dois primeiros séculos, o fornecimento era basicamente da extração de madeira e pau-brasil, em que as primeiras ocupações se dão ao longo da costa litorânea. Posteriormente, inicia-se o plantio de cana de açúcar em larga escala. O oposto acontece com a América espanhola, onde a exploração do ouro e da prata se deu concomitantemente à ocupação hispânica (GALEANO, 2015).

desenvolvidos na lógica econômica (as metrópoles). “Teríamos, assim, um processo com tendência a formar uma sociedade e, por que não, um território-mundo, sobretudo em razão da rede capitalista que se difunde pelos quatro cantos do planeta, e que ao mesmo tempo se fragmenta em novos territórios [...]” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 10).

“É a América Latina, a região das veias abertas” (GALEANO, 2016, p. 18), concebida desta maneira desde sua apropriação colonial até o atual século XXI. Um salto histórico necessário para compreender o quão imersa (ou à margem) a América Latina está das dinâmicas econômicas do mercado externo. O período da modernidade³⁰ tem muito a contribuir para remontar a opressão vinda dos países dominantes.

Dussel (1993, p. 8) afirma que o ano de 1492 marcou o início de um longo período de expansão geográfica da Europa e de afirmação do “ego descobridor”, que culminou na dominação de outros territórios – que já eram ocupados por sujeitos nativos. Nasce, assim, a disputa pela ocupação espacial e, com ela, emerge a necessidade do encobrimento e negação desses grupos sociais; fato que contribuiu para formar os primeiros conjuntos de excluídos e subalternos no sul global³¹.

A modernidade já se inicia sobre a base do controle, da assimetria norte-sul, da exploração³², marcada pela violência e total aniquilação do outro – leia-se esse outro como aqueles indivíduos que tiveram seus territórios transformados em mercadorias e suas relações socioculturais quase extintas. Nessa análise, ainda preliminar, já é possível afirmar que o globo divide-se em duas partes: aqueles que exploram e aqueles que sofrem as consequências dessa exploração (GALEANO, 2015). Essa nova divisão é pautada no “[...] pensamento moderno europeu [que] coloca-se a si próprio como um saber superior no mesmo movimento que qualifica todos os outros saberes como locais, regionais ou provincianos” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.218). O reducionismo das particularidades³³ se fundamentou na perspectiva da centralidade (autointitulada) da Europa, fazendo com que a América Latina se transformasse na primeira periferia do sistema mundo moderno-colonial (DUSSEL, 1993).

³⁰ Origem nas cidades europeias.

³¹ América Latina e África.

³² Da mão de obra escrava (negra e indígena), dos recursos naturais e da terra.

³³ Imposições a todo o momento, a padrões econômicos, políticos, comportamentais, religiosos (cristãos) e culturais externos. Nossas particularidades somem quando ampliamos a escala de influência e atuação do capital.

Nesse ínterim, inicia-se o primeiro projeto de globalização mercadológica pautada na relação colônia-metrópole com acumulação primitiva³⁴ de capitais. Tal modelo pautava-se na autonomia limitada das colônias, trabalho não assalariado e na produção de *commodities*. Tais fatores foram de encontro às concepções do recente capitalismo do norte global em considerar a competitividade³⁵ do livre comércio, da liberdade produtiva e da mão de obra assalariada para o estímulo ao consumo.

Conforme Harvey (2005), com a ampliação e as transformações econômicas e produtivas ao longo dos séculos, de acordo com as fases do capitalismo – mercantil, industrial, financeiro, tecnológico –, as crises cíclicas, consequentes das próprias contradições internas do capitalismo, tendem a aparecer como resposta ao grande acúmulo de excedentes de capitais (sobreacumulação). Tal acúmulo exige a absorção desses excedentes em outras localidades geográficas, rompendo as barreiras fronteiriças dos Estados-nacionais, em nome do livre comércio (produção-consumo) de “cooperação” global. A partir desse ponto, ocorre a necessidade de considerar o Estado como suporte à lógica burguesa desse sistema.

Na verdade, o capitalismo apenas reinventou a marcada dependência histórica dos países do “terceiro mundo”. Dessa maneira, manteve-se o ritmo produtivo pautado em *commodities* e na interferência direta do capital externo em investimentos internos aos níveis local, regional e nacional. Na atualidade, a sociedade capitalista está tão imersa na conjuntura do imperialismo, quanto antes³⁶. Desse modo, este cenário, nos termos de Harvey (2003), se trata do “imperialismo capitalista” voltado a atender a lógica capitalista que consegue abarcar, ao mesmo tempo, o Estado e o projeto de “império”, no que diz respeito à relação de poder político e de dominação sobre o território. Além disso, abrange, automaticamente, os sujeitos e a natureza, em prol da questão econômica. São estratégias que visam à expansão do poder de dominação “político-econômica” que se tornam especializadas na retirada da autonomia dos lugares. É ser absorvido pelo sistema

³⁴ Acumulação primitiva para Marx (1998) é o marco zero da acumulação de capital, quando os camponeses perdem os meios de produção (a terra) e são obrigados, como única forma de sobrevivência, vender força de trabalho nas então recentes indústrias. “O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. [...] O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados ou produtores diretos.” (MARX, 1998, p. 828).

³⁵ Competitividade já se subentende a disputa em que, a todo o momento, alguém quer ganhar, mas para isso alguém tem que sair perdendo.

³⁶ Períodos históricos como, por exemplo: a reocupação do continente africano pelo neocolonialismo europeu e norte americano, no período que antecede a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

sem que haja consentimento daqueles que habitam esses lugares. Uma opressão silenciosa e que quer continuar aprofundando, cada vez mais, esse silenciamento.

Segundo Carlos (2011), as transformações nos territórios, a partir dos interesses do capital, adquiriram muitas facetas, mas mantêm o fator primordial: a produção das desigualdades socioespaciais. Essas desigualdades fundamentam os diferentes níveis de acessos aos bens que são produzidos, ao poder de consumo e ao próprio território que, pela lógica capitalista, concebe o espaço enquanto mercadoria, onde seu uso possui valor de troca. A ocupação desses espaços pelo capital destituiu a vivência/pertencimento pelos processos de hierarquização e segregação socioespacial, principalmente nos centros urbanos.

A produção e o consumo foram facilmente absorvidos na dinâmica da sociedade moderna. Todos são, diariamente, bombardeados por informações, comportamentos, padrões e posicionamentos que visam sempre a fortalecer a relação fundamental para a manutenção do capital. Porém, para fazer as engrenagens capitalistas girarem e se multiplicarem, os trabalhadores, enquanto classe social, são cada vez mais explorados. Para tudo que se pretende produzir, há por trás um território sendo apropriado e explorado pelo sistema. Território no sentido amplo, enquanto um espaço que é capaz de unir concomitantemente o meio social e natural.

Em concordância com Harvey (2003), essas combinações de fatores fundamentam a afirmação da égide de algo que não pertence aos trabalhadores, à sociedade em geral. A dinâmica da sociedade capitalista reforça, em cada uma de suas fases, o quanto o trabalhador é essencial para a reprodução do capital e superação dessas inúmeras crises. As relações sociais capitalistas estão presentes em todas as dimensões da vida social e privada. Modifica e mercantiliza tudo com o intuito de acumular capital e potencializar lucros.

O capital é a definição mais explícita do individualismo e da efemeridade, característica do período da modernidade atualmente. O que antes era o foco de investimentos de determinados grupos econômicos, pode migrar facilmente para outras áreas e absorver outros sujeitos³⁷ (HARVEY, 2003). A ilusão é de que todos estão incluídos na dinâmica produtiva desse meio, e estão. Incluídos como mão de obra, exército industrial de reserva e reprodutores de um discurso alienante e alienado que sustenta toda uma lógica cíclica de consumo e produção como bases para a manutenção desse sistema.

³⁷ Para o trabalho/mão de obra, por exemplo.

Os rearranjos territoriais da hegemonia global que se fundamentam “[...] à acumulação interminável do capital, tem de buscar sem cessar, estender, expandir e intensificar seu poder” (HARVEY, 2003, p. 37), ou seja, uma hegemonia que transcende o poderio político do Estado apropriado pela nova organização global do capitalismo.

Para Acselrad (2009), a inclusão da exclusão ocorre de forma sutil e injusta. A sociedade capitalista adquiriu posturas de forma verticalizada que não favorecem vantagens à classe trabalhadora e que concentram os impactos e problemas decorrentes da sempre crescente necessidade exploratória e produtiva do capital em uma parcela específica da população.

A sociedade vive sob os auspícios dos fantasmas constantes da crise³⁸. Esses fantasmas estão para além do plano subjetivo. Agora, ele está materializado. Para vê-los, basta olhar e escutar de forma atenta o território e os sujeitos que o ocupam, que gritam: “Nossa sociedade está dividida em todos os âmbitos, seja o econômico, o político, o epistemológico, o socioambiental e outros”. Cada área, à sua maneira, se preocupa em resolver ou achar meios de superar a crise e os impactos inerentes a ela. O pensar dentro das suas próprias caixas, metaforicamente falando, impede a concepção de totalidade das problemáticas atuais e faz, invariavelmente, com que pesquisadores e analistas sociais caiam em um pensamento fragmentado.

Do ponto de vista epistemológico, quando a academia procura por outras abordagens científicas, com vistas à inserção de forma mais coerente na realidade e nas dinâmicas socioterritoriais das pesquisas como, por exemplo, o que faz o Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur – UNIRIO)³⁹, almeja-se a análise da crise de caráter civilizatório. Conforme Guimarães (2002, p. 22) aponta, isso se trata de uma crise que envolve o “[...] modelo de sociedade e seu modo de produção [...]” capitalista. As questões socioambientais e o interesse das pesquisas acadêmicas nascem junto à lógica neoliberal e com o processo de globalização, os quais tomam a natureza a partir de projetos sociais em disputa, envolvendo interesses diversos na sociedade do capital (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Não obstante, a questão ambiental é hoje, sem sombras de dúvidas, um dos melhores indicadores para compreender o potencial devastador que o capital infringe so-

³⁸ Antes fosse o fantasma do comunismo como apontou Marx e Engels na obra do “Manifesto Comunista” no século XVIII.

³⁹ Mais informações: <<https://geasur.wordpress.com/author/geasur/>>

bre o território e a sociedade. É responsável por questionar o modelo produtivo, pois materializa no território os impactos e problemas decorrentes da exploração, colocando para a sociedade a necessidade de “[...] desconstrução do paradigma econômico da modernidade e a construção de uma nova realidade produtiva, fundada nos limites da lei da natureza [...]” (LEFF, 2009, p.136).

Segundo Porto-Gonçalves (2013), natureza sempre foi objeto de investigação para o capital. Sempre será de seu interesse a criação de técnicas que visem o domínio do meio ambiente para a garantia do modo de produção capitalista. Principalmente entre as décadas de 1960 e 1970⁴⁰, o debate sobre o meio ambiente emerge sob o discurso da preservação e da necessidade de repensar a relação que a sociedade contemporânea estabelece com a natureza.

Sendo assim, de acordo com Porto-Gonçalves (2013), esse novo desafio socioambiental se apresenta no mesmo período econômico em que se tinha como premissa a busca pelo progresso e desenvolvimento. A perspectiva adotada pelo capital, nesse caso, pode ser resumida de forma simples: o desenvolvimento é a base para aqueles países que pretendem se inserir na lógica do mercado globalizado e neoliberal.

O desenvolvimento é parte fundamental do projeto de civilização liberal e neoliberal, que emerge como “nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 62). Cabe, pois, estudar e analisar o projeto de desenvolvimento com olhos críticos.

O próprio desafio ambiental levantado e questionado pelo ambientalismo e pela sociedade é parte do rearranjo hegemônico para que o projeto civilizatório capitalista seja implementado e imerso nas muitas “[...] contradições do mundo moderno-colonial [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 61). Nesse sentido, assinala-se que o primeiro ponto de divergência é conceber, em uma mesma lógica, desenvolvimento e natureza. O segundo ponto é a interferência do mercado global/externo nas questões socioambientais e socioterritoriais locais.

⁴⁰ Período em que a poluição industrial se tornou um problema social e político. Para melhor compreensão desse período histórico e do movimento ambientalista, ler mais em “O movimento ambientalista e o pensamento crítico: Uma abordagem política” de Carlos Frederico Loureiro, 2006.

A sociedade capitalista, na atualidade, dissemina a ideia de que expandir fronteiras produtivas é algo benéfico e que as incluirá nas dinâmicas do mercado global, alcançando o nível (inalcançável) dos países europeus e EUA⁴¹. O termo “desenvolver” está inserido não só no vocabulário diário, mas nas perspectivas do que se almeja enquanto sociedade e daquilo que se espera do país, que cabe ao Estado à promoção da lógica desenvolvimentista no território e as interferências e investimentos do capital nessas localidades.

A quem interessa esse desenvolvimento? A sociedade esteve, está e estará sempre em busca de algo que dificilmente incluir-se-á na dinâmica global e agregar-se-á a todos aqueles sujeitos condicionados à lógica desenvolvimentista neoliberal. Trata-se de uma “pseudo” participação social em um processo que já nasce em um ideal injusto, capitalista, mercadológico, que depende dos arranjos e ajudas mútuas entre o Estado e o capital para existir. É como se, alegoricamente falando, os sujeitos participassem do processo de construção e elaboração de um grande bolo. Nesse processo, cada um possui uma função social⁴², mas no momento final, as fatias serão distribuídas com tamanhos e sabores diferentes. É necessário dizer quem são aqueles que ficarão com o primeiro, maior e mais saboroso pedaço?

Se há uma distribuição desigual em tudo de que o capital se apropria, há também a necessidade de problematizar questões que estão diretamente relacionadas ao que acontece com essa dinâmica produtiva. O desenvolvimento não é para todos. Na “[...] própria ideia de subdesenvolvimento já está embutida o que seria a sua superação: o desenvolvimento.” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 63). Os danos e problemas ambientais são apenas “[...] o preço que se paga pelo progresso.” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 63). Entretanto é interessante para o capital que os indivíduos se sintam pertencentes a algo que não lhes pertence.

Dentre todas essas pontuações, para a sua manutenção e expansão produtiva, o ser humano e a natureza tornaram-se quantificáveis; lógica que encaixa e molda a classe trabalhadora conforme as necessidades do mercado.

De acordo com Porto-Gonçalves (2013), em um mundo globalizado, o espaço se torna fundamental para a expansão e dominação de novos territórios, e na inclusão ou exclusão de outros na lógica da produção e do consumo de mercadorias. Nesse cenário,

⁴¹ Tema que será abordado na parte de geopolítica mundial.

⁴² Desde o plantio do trigo, elaborar a receita, incluir os ingredientes, bater a massa e, finalmente, assá-lo.

vê-se emergir as contradições e imposições espaciais àqueles que habitam e se reproduzem socialmente no território onde os impactos e conflitos inerentes ao modo de produção capitalista irão variar, em grau e intensidade, de acordo com a classe social, raça, etnia, gênero, sexualidade; e na localização que esses sujeitos ocupam no espaço.

A perversidade⁴³ do mercado e do sistema mundo-colonial é cruel ao ponto de impedir que as lutas socioambientais tomem um caráter combativo diante das contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista. O que ocorre é que “[...] confunde-se a luta contra a injustiça social com uma luta pela igualdade conforme uma visão eurocêntrica” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 64). A militância é invisibilizada dentro das próprias pautas e demandas de lutas. Essa seria “[...] a doutrina de que a mão invisível do mercado automaticamente harmoniza interesses conflitantes e refreia o egoísmo individual em benefício de todos, [buscando sempre] restaurar a estabilidade social e rechaçar as crises do capitalismo.” (HARVEY, 2005, p. 109)⁴⁴.

Foi durante o século XX que a geopolítica ganhou espaço no período pré e pós Segunda Guerra Mundial; estimulou a corrida por novos territórios utilizada para a busca e compreensão do equilíbrio do espaço mundial, tornando o Estado (Estado-nação) uma potência política e econômica ao otimizar o espaço mundial como fonte de novos recursos produtivos. O estudo possibilitou explicar a importância da estratégia no controle e ampliação territorial, buscando sempre a hegemonia do Estado ou das superpotências.

2.2 O território em disputa: O conflito entre sociedade, ambiente e o capital

Desde sempre, a sociedade está permeada por relações construídas cotidianamente e historicamente, que estão intimamente ligadas aos fatores tempo e espaço. A cada ciclo temporal e a cada modificação espacial, vê-se emergir particularidades que fazem parte, ainda hoje, da nossa constante construção social. Como já se sabe, o tempo e o espaço não são elementos estáticos. Aliás, nada no mundo é estático.

Como o próprio Marx (1998) aponta, o ser humano é demarcado por agentes do passado que vão influenciar e atuar diretamente no presente. Os sujeitos são constituídos a partir da história e é necessário compreender que as dinâmicas relacionais são pau-

⁴³ Partindo do posicionamento de Santos (2010), sobre a perversidade da globalização.

⁴⁴ O autor traz nesse debate as visões de Hegel, Von Thünen e Marx sobre o ajuste espacial do capital no mundo moderno colonial, mas ainda persistente nos dias atuais.

tadas em construções históricas pré-estabelecidas. Logicamente, sem esbarrar em um pensamento determinista, essa afirmação significa que os sujeitos são capazes de atingir a transformação e até mesmo a superação das problemáticas passadas, ainda que tão atuais.

Mas o que o espaço tem a ver com todo esse processo? Como já dito, existem fatores que influenciam e direcionam posicionamentos na sociedade, sejam eles políticos – na própria inserção, participação e “liberdade⁴⁵” da sociedade assegurada pelo modelo democrático –; econômicos – pela atuação direta do capital na absorção e inclusão social como força de trabalho –; ambientais – na própria relação ser humano-natureza –; culturais – tradições afirmadas e mantidas por sujeitos no presente –; e outros. Cada um desses pontos abordados se encontram unidos/ligados não só pela questão social⁴⁶, mas também pelo caráter territorial.

Nesse momento entende-se que, a partir dessas construções, somos capazes de perceber o espaço de outra maneira, percebendo-o como palco das materializações sociais e, com ela, todas as relações e contradições encontradas no meio socioambiental, sociopolítico, socioeconômico e sociocultural. A partir desse olhar socioterritorial, é possível analisar as origens das disputas internas e externas que emergem quando vários componentes disputam e ocupam – concomitantemente – o mesmo lócus espacial.

Sendo assim, o debate consiste em contextualizar a sociedade diante das inúmeras disputas pautadas no território. O termo “sócio”, antes de todos os conceitos acima, remete e reforça a necessidade de trabalhar essas materializações sob o olhar das dinâmicas sociais e de como esta responde às imposições verticais infringidas na macro e micro escala espacial de análise.

Inicia-se, então, essa discussão pelo viés do modelo econômico capitalista tomado (ou imposto) como um projeto para a sociedade. O capital infringe, desde a sua consolidação, a necessidade produtiva voltada para o mercado de consumo. Tais ações estão sempre voltadas para sua manutenção, ampliação, reprodução e dominação. Ao longo de sua existência e da superação de crises, uma coisa fica clara: a relação íntima entre o meio social, territorial e ambiental como elementos que, ao mesmo tempo em que auxiliam para o seu poderio de dominação, também obrigam a sua transformação e adaptação diante dos desafios inerentes à sobrevivência. O capitalismo é imerso em contradições, o que torna necessário explicar como vão se materializar essas contradições.

⁴⁵ Ponto a ser discutido mais à frente.

⁴⁶ Todos os pontos listados partem da perspectiva social.

A classe trabalhadora é imprescindível ao capital, principalmente como mão de obra produtora de valor e como mercado consumidor; concebida sob a influência direta da lógica social burguesa⁴⁷ (que ainda hoje é mantida), e entendida como “uma produção de indivíduos socialmente determinada. “[...] o indivíduo aparece isolado dos laços naturais que fazem dele, em épocas históricas anteriores, um elemento de um conglomerado humano determinado e delimitado.” (MARX, 1983, p. 201), ou seja, retira-se da sociedade a objetividade coletiva – intimamente ligada à identidade e de ver o outro (coletivo) como a continuação de suas particularidades culturais –, de enxergar a natureza como um elo fundante para sua existência e do território enquanto espaço de vivência, trocas e dos aprendizados e ensinamentos coletivos⁴⁸. Dessa forma, ocorre a quebra da unidade social e, conseqüentemente, a perda do potencial de mobilização e articulação coletiva evitando, possivelmente, a tomada de uma postura e/ou ação contrária ao sistema. Nessa perspectiva, tem-se um modelo voltado para “[...] a produção de indivíduos vivendo em sociedade.” (MARX, 1983, p. 203). Inicia-se, então, a construção de uma sociedade alienada⁴⁹, que deve se manter alheia à dominação perversa do capitalismo.

Os sujeitos se tornam aglomerados dissociados do senso de coletividade e totalmente dependentes do sistema. O capital transformou a sociedade e suas relações de forma profunda, tornando-as capazes de romperem laços socioterritoriais e socioambientais a partir do momento em que se apropriam das dinâmicas que se especializam nos territórios e exaltam o seu retorno positivo, o qual passa a ideia inicial de liberdade e autonomia na vida cotidiana. Tal ilusão é afirmada pelo viés do poder de consumo e do acesso à propriedade privada que se transforma na afirmação de uma relação assimétrica entre sujeitos sobre o acesso ao território, garantida pelo Estado através de leis e da polícia⁵⁰ enquanto seu instrumento repressor (MARX, 1983). A produção passou a incluir a terra como objeto de troca, quantificada em valores e destinada àqueles que possuem capital monetário para adquiri-la. A mesma coisa acontece com a natureza, vista enquanto recurso, tanto para o capital, quanto pela sociedade.

O que ocorre é o aprofundamento das desigualdades na sociedade. O que se vê, de forma concreta, é a inexistência de equidade distributiva e de acessibilidade. São determinações que insistem em reforçar a sociedade em classes as quais acirram disputas

⁴⁷ Iniciada no século XVI e consolidada no século XVIII.

⁴⁸ Como das próprias questões inerentes a identidade e cultura.

⁴⁹ Ampliando a concepção da alienação do trabalhador na produção.

⁵⁰ Centralização do Estado jurídico.

entre os próprios sujeitos. Dentro dessa separação, as mulheres, homossexuais, negros e negras, dentre outros segmentos, compõem o grupo dos invisibilizados. Porém, mesmo com toda essa arquitetura projetada à sociedade, as resistências se mantêm.

Nesse sentido, torna-se importante analisar e compreender o debate acerca do território como base para a materialização das relações, opressões e contradições encontradas no espaço. A partir desse olhar espacial, é possível analisar as origens das disputas internas que emergem em face das relações sociais conflituosas e contraditórias manifestas de forma desigual e/ou hegemônica. Nesse sentido, entende-se que, se há um conflito instaurado, há luta social envolvida, demonstrando a inexistência de uma passividade diante das ações do capital e também de seu colaborador direto: o Estado.

Assim, nota-se que o território se encontra permeado por relações de poder. Desse modo, Raffestin (1993) aponta que

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p.143).

A concepção de território parte essencialmente da construção e participação humana, sendo dotada de sentidos e de materialização da ação desses sujeitos. Já o espaço deve ser compreendido como um local pré-estabelecido no âmbito do real e que existe independentemente das ações sociais, semelhante a “uma matéria-prima. [...] pré-existente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O território, portanto, é uma derivação do espaço. Uma continuação espacial dotada de conhecimento – oriunda das práticas e atividades sociais – enquanto ferramenta desenvolvida para a objetificação e transformação do espaço.

Dessa forma, a dimensão territorial inclui todos os fatores inerentes à sociedade: política, economia, meio ambiente, comportamentos, cultura, etc. Esses fatores, como já colocados anteriormente, estão permeados por disputas e conflitos decorrentes de uma relação de

poder que se instaura nas relações humanas e se manifestam no território, “ou seja, toda construção da realidade é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem.” (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

Esses instrumentos criados servem, principalmente, para desenvolver a capacidade de compreensão, transformação e dominação do território pelos sujeitos sociais. A cartografia moderna – datada do mesmo período de surgimento dos Estados nacionais modernos –, por exemplo, torna-se um importante recurso para a manifestação “de poder e do ‘Poder’” (RAFFESTIN, 1993, p. 145). Sendo assim, o território é fruto da capacidade de transformação humana (o “poder” social) e do Estado (o “Poder” estatal), e pode ser visto através das representações das subjetividades e objetividades inerentes à sociedade.

Essas representações são dotadas de sentidos dos atores que ali atuam e servem como ferramenta para compreender esse território a partir de uma “imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 147). Nesse sentido, entende-se que ninguém é capaz de infringir transformações espaciais enquanto indivíduo, mas sim enquanto grupo socialmente constituído. A cartografia, portanto, é capaz de acompanhar as incessantes modificações e mobilidades da sociedade ao longo do tempo, pois planifica as suas relações de poder entre sujeitos, conflitos, problemas, recursos, dimensões de atuação, ações, tornando-se uma técnica social para o uso e aprimoramento territorial. Há de se deixar claro que esse “uso” pode atender a diferentes níveis de interesses e, conseqüentemente, atender às diferentes escalas de poder que se estabelecem na relação sociedade-natureza-capital.

Sendo assim, para compreender essa organização espacial do capital, é necessário perceber como os fatores da “geografia histórica” adquiriram um importante papel na distributividade das ações do sistema, ou seja, na forma como os territórios são apropriados e expropriados na dinâmica produtiva, mercadológica e de consumo. Por isso, Harvey (2005) afirma que exercer uma análise do espaço sob a ótica das suas múltiplas formas, sentidos e relações adquiridas ao longo do tempo se torna fundamental para seu processo de ocupação, pois

[...] encontramos uma grande variedade de ambientes físicos e bióticos, muitos dos quais modificados significativamente pela ação humana ao longo dos séculos. A diversidade dessa ação produziu uma paisagem geográfica variada, em que diferenças culturais e socioestruturais se enraizaram profundamente. Essa diferença geográfica específica pode ser abrangida, mas não subjugada inteiramente pelo peso homogeneizador da circulação do capital (HARVEY, 2005, p. 144 e 145).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a expansão territorial é solução para o domínio, ampliação e reprodução do capital, ela se torna um desafio dado à diversidade de fatores que ocupam esses territórios. Fatores ambientais (ser humano-natureza), fatores geo-históricos de uso e manifestações sociais e temporais fazem parte desse todo na complexidade espacial que para o capital é vista “[...] como mera inconveniência, uma barreira a ser superada” (HARVEY, 2005, p. 145).

Na sociedade regida pelo sistema capitalista – diante das constantes reafirmações de assimetrias das classes sociais, permeadas por opressões verticais vindas do Estado e da atual burguesia-empresarial –, as relações humanas tornam-se ainda mais próximas e ligadas às relações de poder. Passíveis de serem visualizadas desde a microescala, até a macro escala – relações de classes sociais (opressor e oprimido), relações de gênero e sexualidade, nas relações raciais, religiosas e culturais.

Porto-Gonçalves (2011) discorre acerca dos múltiplos significados que o território representa para os grupos sociais, e de como essas relações vêm sendo ameaçadas desde que a missão civilizatória do capitalismo passou a agir territorialmente nos locais “não civilizados”, em uma tentativa de apagar qualquer registro daqueles que não aceitavam os costumes, tradições, impostas; por exemplo, a religião cristã. Para esses povos, os ônus da civilização recaíram com maior voracidade.

Esse mesmo processo a todo o momento quer afastar – em pleno século XXI – povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos/pescadores do direito à manutenção de seu modo de vida e de suas relações comunitárias locais. Assim, certifica-se de que esse “encobrimento do outro” (DUSSEL, 1993) se torna persistente em meio a jogos de poder que visam à dominação socioterritorial via capital.

Essa transformação do território em territorialidade é definida por Little (2004) como

[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland (cf. Sack, 1986:19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (LITTLE, 2004, p.253 e 254).

A construção social do território é manifestada diretamente pela territorialidade, pela intenção dos sujeitos de imprimir nesses espaços suas vivências, suas histórias e resistências. A esse particularismo, durante o processo de ocupação (em uma sociedade com tantas diversidades, nem todos os grupos irão partilhar da mesma concepção de uso e simbologia do território), Little (2004, apud Little, 2001) acrescenta o conceito de “cosmografia” como

[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2004, apud LITTLE, 2001, p. 254).

É da relação direta dos sujeitos com seu território que vão emergir possíveis ações e soluções diante dos problemas e conflitos que ocorrem nesses locais, haja vista que o território é o reflexo da sociedade no tempo e espaço de análise. Desse modo, entende-se que “[...] todo o território é uma criação [...] histórica que, como tal, traz dentro de si os processos e sujeitos que protagonizam sua instituição.” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 14). Os sujeitos manifestaram ali os mais diversos tipos de relação (comunitária, cultural e socioambiental) na produção de aprendizados e conhecimentos que visam a reprodução, manutenção ou transformação social no espaço.

Nesse sentido, afirma-se que há a construção de um processo educativo de cunho popular que envolve os saberes do local, baseados na ancestralidade, conhecimento da terra, natureza, e no outro para a organização comunitária... Tais fatores somados adquirem a concepção do território como algo “nosso”, próprio, particular, diverso e que só faz sentido quando há o reconhecimento de que todas as ações externas visam a desarticular o grupo em questão.

Sendo assim, há de ser considerado o debate acerca da educação ambiental, que tem como palco de atuação esses territórios constantemente ameaçados e que buscam, na interação popular, a chave para a tentativa de ruptura com o sistema opressor do capital e do Estado.

2.3. Educação na conjuntura neoliberal: o desafio para a construção da criticidade

A sociedade burguesa iniciada no século XVIII, e que persiste até hoje, nasce sob a ótica da disputa interna de classes. Fatores políticos e econômicos liderados pelo Estado e o capital partem de uma visão única: garantir a influência hegemônica do sistema capitalista. Tais ações

vão se materializar na forma como são concebidas as relações de poder, sociais, de trabalho, produção de mercadorias e consumo na modernidade, pois são ações necessárias para criar (sempre) alternativas para as múltiplas crises estruturais do sistema de acumulação (NEVES & SANT'ANNA, 2005).

Essas investidas se utilizam do território como base para dominação e absorção de tudo que é passível de se transformar em valor de troca e/ou lucro. O intuito é sempre avançar, desenvolver a fim de obter progresso a partir da competitividade, do individualismo e da alienação; um projeto que desenvolve estratégias de sociedade voltadas para a sustentação do capital sobre as bases sociais. Entretanto, o território também é um elemento fundamental à reprodução e manutenção (sobrevivência) dos grupos sociais, em uma diferenciação de concepções sobre o uso territorial e de tudo que nele está agregado⁵¹.

Em consonância com Neves e Sant'Anna (2005, p. 20), as “[...] relações de poder e as próprias tentativas, por um lado, de legitimação desse poder pelas classes dominantes e, por outro lado, das lutas travadas pelas classes dominadas, no sentido de uma relação radical dessas relações [...]” indicam disputas que avançam espacialmente e historicamente sempre reinventadas e aprofundadas. À medida que há ausência de limites para a necessidade de crescimento do capital, surge um movimento contrário, em que a classe trabalhadora busca alternativas efetivas para conter a destruição de suas relações, conhecimentos, cultura... Tais alternativas são intrínsecas aos seus mecanismos de resistência, às investidas externas e também como espaço compartilhado com todo grupo que forma a base para suas vivências. O território é, ao mesmo tempo, instrumento de dominação e alternativa de superação das opressões via capital e Estado.

O período pós II Guerra Mundial deu início ao Estado de bem-estar social – visando uma equidade dos serviços públicos à população em geral, mas também com o objetivo de conter os avanços do bloco socialista –que coexistiu até a década de 1960 com o liberalismo que, segundo Lopes e Caprio (s/d, p. 02) se entende como um conjunto de ideias políticas e econômicas com o objetivo de defender a ótica capitalista e a ausência do Estado no setor da economia. Portanto,

[...] uma tradição heterogênea, organizada, no entanto, em dois aspectos que lhe garantem unidade interna: o primeiro é construir uma corrente de pensamento organizada em torno dos interesses de classe da burguesia; em segundo lugar, consiste numa tradição centrada no conceito de liberdade. Ou seja, a ordem burguesa e a garantia de liberdades (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 49).

⁵¹ Discutido inicialmente no subcapítulo “2.2. O território em disputa: O conflito entre sociedade, ambiente e o capital”.

O que inicialmente parece pôr em risco a centralidade do Estado nas ações e decisões sociopolíticas que impactam todos os demais setores da sociedade – economia – mostrou ser o principal mediador (sociedade e capital) para que o projeto se mantenha vigente até hoje. Em momentos de crises econômicas, inerentes às crises cíclicas do capital (MANDEL, 1982), vê-se que Estado intervém na economia e toma as medidas políticas necessárias para, não só a superação da crise, como a manutenção, ampliação e reprodução do capital.

Com o neoliberalismo (versão liberal pós II Grande Guerra, que ganha força no início dos anos de 1980, com Margareth Thatcher e Ronald Regan), ocorre o abandono do Estado no subsídio dos equipamentos sociais e políticas públicas, recursos e ações públicas e sociais. A classe trabalhadora foi a mais atingida por essa nova dinâmica, uma vez que a burguesia pode pagar por serviços privados de educação, saúde, segurança, etc. Essa ausência significa colocar muitos grupos sociais em condição de maior subalternidade e vulnerabilidade territorial (enquanto transformação social do espaço – ameaçando a cultura, relação trabalho e educação) e ambiental (relação ser humano e natureza). Ao negar acesso igualitário ao que deveria ser público, o Estado priva direitos e ameaça o meio socioambiental no qual esses sujeitos ocupam.

Em contrapartida, o setor privado toma para si e assume o discurso social, ambiental e territorial ao reconhecer que estes também são espaços geradores de mercadorias. Dessa forma, apropria-se das reivindicações e resistências dos trabalhadores que ocupam seus territórios. Para o social, essa relação ausente do Estado abre margem para que o “discurso empresarial”⁵² seja facilmente incorporado, naturalizando essa estratégia de gestão – antes mais restrita à economia – transformando-se em mais um mecanismo de controle espacial via capital. As ONGs surgem, nessa conjuntura, como forma indireta de se inserir nas camadas sociais que mais dependiam diretamente do Estado. A “responsabilidade social” da empresa auxilia a minimizar possíveis conflitos que possam emergir durante o projeto exploratório. A sociedade, em geral, assume, assim, responsabilidades do Estado.

A maior dificuldade enfrentada para essa atividade é a do próprio setor social (comunidades tradicionais, trabalhadores, movimentos sociais e outros) que se mobiliza diante da ameaça ou destruição de seus territórios. O capital busca sempre desarticular as resistências ao oferecer serviços básicos à sociedade (educação e saúde, principalmente),

⁵² Palestra de Henri Acselrad, na aula inaugural PPGEIO – UFF (Niterói), em maio/2017.

a partir de projetos empresariais, evitando qualquer ação que vá de encontro ao processo de dominação, e mantendo a maior parcela da população estática e distante das discussões críticas feitas nas mobilizações sociais.

Esse mesmo período também representou intensas modificações na geopolítica mundial que influenciaram em inúmeras alterações nas dinâmicas políticas, sociais e econômicas dos países. Tal cenário se exemplifica pela Guerra Fria e os demais conflitos associados⁵³; nova divisão internacional do trabalho; ampliação do mercado financeiro, globalizado e tecnológico; processos emancipatórios e guerras civis nos países africanos; primavera árabe, etc.

A América Latina, que passou longas décadas sob os regimes militares totalitários, que, mesmo antes da reestruturação democrática, já vinha passando pela efervescência dos movimentos sociais, principalmente camponeses que, além de enfrentarem um conflito territorial – na luta pela afirmação de sua identidade cultural com a terra –, eram diretamente afetados pela nova reestruturação econômica que o capital infringiu sobre o meio ambiente, dada a demanda sempre crescente de matéria e energia; elementos fundamentais para a cadeia produtiva.

Essa necessidade – somada à constante expansão das fronteiras pelo viés econômico, político-ideológico e cultural-hegemônico do capital –instaura uma crise socioambiental como resposta aos impactos e danos ambientais gerados pela exploração da natureza e também do ser humano (pelo trabalho) oriundo, principalmente, das indústrias, no grande boom das multinacionais instaladas nos países de terceiro mundo. Desse modo, o desenvolvimento de políticas públicas, em conjunto com a formação de uma nova consciência ambiental, se tornou necessário como tentativa de conter os danos causados ao meio socioambiental.

Tal processo foi acompanhado pela grande movimentação civil em prol da questão ambiental, em que surgiram as primeiras ações internacionais pela criação de organizações ambientalistas – como o WWF (*World Wildlife Fund*) em 1961 –; a denúncia feita após o lançamento do livro “Primavera Silenciosa”⁵⁴ da americana Rachel Carson em 1962; e os movimentos sociais de enfrentamento e pacifistas, de contracultura e

⁵³ Entre eles: Guerra da Coreia (1950-1953), Guerra do Vietnã (1959-1975) e Crise dos Mísseis de Cuba (1961-1962).

⁵⁴ Livro que denunciava o uso excessivo de substâncias químicas (DDT) para a produção agrária de alimentos nos EUA e a contaminação deste produto nos Grandes Lagos, prejudicando não só a saúde humana, como a fauna e flora terrestre e aquática (ZACARIAS, 2002).

hippie “[...] como resposta ao *establishment* político norte-americano, autoritário e belicista, e a um estilo de vida pautado no consumo de supérfluos” (LOUREIRO, 2006, p. 25) Além disso, houve a crescente onda do ambientalismo e suas correntes⁵⁵.

A forte pressão internacional, no decorrer das próximas décadas, com conferências⁵⁶ e a criação de inúmeras políticas restritivas aos possíveis danos decorrentes da exploração da natureza nestes países, ocasionou, também, um reflexo de mobilização social e política em prol da normatização ambiental e da, então recente, educação ambiental.

O desenvolvimento da educação ambiental institucional estava diretamente relacionado ao desenvolvimento dos grupos sociais que emergiram nesse mesmo período. Nesse momento, a EA passa a ser incluída nas agendas dos países em suas discussões mundiais, como uma importante alternativa para se atingir uma equidade ambiental, através da formação pedagógica dos sujeitos. Esses foram os primeiros processos em torno de uma prática educativa ambiental, na tentativa de passar novos conhecimentos e de construir uma nova racionalidade em torno desse problema global que se apresentava (ZACARIAS, 2002).

Mas com a ampliação do projeto neoliberal (após a crise do Estado do bem-estar), a educação perdeu o foco na formação humana (individual e também de todo o grupo social), ao ceder espaço para as competências que visam suprir a lógica da formação intelectual, voltada para as demandas do mercado, que estimula a competitividade e a busca individual. Esse viés, adquirido pela educação, busca a massificação do discurso alienante do capital através da conscientização, a partir dos processos educativos que não almejam a construção da criticidade (FREIRE, 2016), o que contribui para pacifismo social – mantendo todos ‘sob controle’ e evitando mobilizações contrárias às ações verticalizadas do capital e do Estado neoliberal. Essa educação, de fato, não visa ser uma prática libertadora.

Essa interferência se configura como um desafio aos grupos sociais, pois coloca em risco a identidade do indivíduo – não só do seu reconhecimento individual, mas também do reconhecimento comunitário que envolve esses sujeitos, – porque deixa de

⁵⁵ Citando de forma breve: a) anos 1950 marcados pelo ambientalismo científico; b) anos 1960 as organizações sociais ambientais (foco de interesse nesse trabalho); c) anos 1970 com o ambientalismo de cunho político-profissional e; d) 1980 e 1990 com o ambientalismo empresarial, de educadores, governamentais, etc. (LOUREIRO, 2006).

⁵⁶ Exemplos a) Encontro Internacional sobre Educação Ambiental (1975) em Belgrado promovido pela UNESCO que resultou de uma formulação de princípios de um programa internacional de EA; b) Primeira Conferência sobre Educação Ambiental (1977) em Tbilisi (Geórgia), abordando o conteúdo e a prática da EA (ZACARIAS, 2002).

incluir as vivências e aprendizados socioterritoriais e culturais, pelas quais deveria ocorrer a formação do conhecimento crítico, construído socialmente nas relações sociais que ali se estabelecem e que visam atender às demandas objetivas e subjetivas que emergem da realidade enfrentada pelo grupo. A educação, junto à identidade comunitária, contribui sobremaneira para a unidade social como forma de resistência a esses processos de opressão territorial do capital⁵⁷.

No caso do Brasil, há muitas políticas públicas que visam atender às demandas sociais, ambientais, culturais, mas sua efetivação não se dá de forma plena, democrática e não contempla os interesses da classe trabalhadora (do campo ou da cidade), haja vista que toda a sociedade é um campo de tensão e de lutas, pois tem projetos sociais diferenciados e antagônicos. Nesse processo, a educação é associada ao desenvolvimento econômico, desigual, com disparidade econômica e política, concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos e a destinação dos problemas para os mais pobres; ou seja, no antagonismo entre as classes sociais, a educação tem lado. Entretanto, oferece também espaços de resistências e lutas.

Como reação a esse processo, emergem movimentos sociais⁵⁸ que tomam frente dos espaços de discussão ao pautar sobre as alterações negativas causadas no ambiente, e o reflexo disso para a sociedade atingida pelo desenfreado ritmo exploratório do capital, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que emerge no final da década de 1970 – fonte de pesquisa desta dissertação. De acordo com o movimento,

[...] o período foi marcado por uma grave crise energética a nível mundial, com a primeira grande crise do petróleo. Isso fez com que os países centrais fossem em busca de novas formas de gerar energia já pensando em como substituir a falta de petróleo. Com isso, os países com potencial em outras fontes começaram a ser alvo de estudos e implementação de formas “renováveis” de geração de energia. (...) Grandes empresas eletrointensivas (alumínio, ferro-liga, etc.) estavam se instalando no país e exigiam as condições de infraestrutura, nesse caso em especial, energia elétrica (MAB, 2011).

⁵⁷ Abordado no item 2.2 Território deste trabalho.

⁵⁸ Para não deixar de citar que o Movimento Sem Terras (MST) também data do mesmo período. Mesmo que não tenha relação imediata com a questão ambiental, são diretamente afetados pelo modo de produção agroindustrial, criado para suprir as demandas e estimulado em larga escala pelo capital. O acesso à terra e à melhoria da condição de vida do pequeno produtor rural são apenas duas das inúmeras pautas de luta do movimento, merecendo destaque pela sua representatividade civil e contrariedade ao sistema.

A busca por novas fontes de energia e novos territórios de exploração marcou as décadas de 1960 a 1990 no Brasil. A postura governamental⁵⁹ da época reforçava o ritmo exploratório e nada fez sobre os impactos à sociedade e ao meio ambiente. Aos poucos os movimentos foram ganhando mais adeptos e cada vez mais representatividade no campo político. Não se pode deixar de falar, por exemplo, de Chico Mendes. Militante, representante civil e político⁶⁰, assassinado em dezembro de 1988, em decorrência da sua forte participação no sindicato dos trabalhadores rurais do Acre e do embate sangrento com os grandes fazendeiros da região, pela manutenção do modo de vida dos seringueiros e da integridade da floresta amazônica.

Partindo, então, para a análise institucional, desde sua consolidação no Brasil no início da década de 1980, a educação ambiental assume um caráter político-organizacional que consiste em seu espaço ocupado nos órgãos que executam as políticas ambientais (QUINTAS, 2009).

A representatividade da EA é oriunda de um processo de formulações políticas para suprir o déficit da preservação e de promover a consciência ambiental na sociedade. Com a sua institucionalização e a consolidação do Sistema Nacional de Meio Ambiente, a EA foi incorporada no processo do licenciamento em atividades poluidoras. Apesar de ser um importante avanço, essa educação ainda se mostra insuficiente para o processo educativo e o envolvimento populacional na luta socioambiental. (QUINTAS, 2009).

Nesse sentido, Mészáros (2008) acrescenta que a educação objetiva corrigir as imperfeições do sistema estabelecido, mas sem alterar as estruturas da sociedade que mantêm e asseguram a hegemonia do capital e o Estado neoliberal. A questão estrutural de uma sociedade dividida em classes é o ponto fundamental que impede o desenvolvimento de uma prática educacional verdadeiramente crítica e emancipatória.

Foi o que ocorreu inicialmente com a educação ambiental que tomou para si o discurso conservacionista que visa a “sensibilidade ecológica⁶¹” dos sujeitos, o que nada

⁵⁹ Exemplo: as obras, conhecidas como faraônicas, pelas suas grandes magnitudes territoriais. Medida de unificação econômica do país e de atração de investimentos internacionais.

⁶⁰ Foi vereador eleito pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) partido que, até então (1964 – 1980), era caracterizado por sua multiplicidade de ideologias e teve seu maior período de crescimento durante o Governo Geisel. Em 1980, foi substituído pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), responsável, apoiador e maior beneficiário do golpe a democracia durante o pedido de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

⁶¹ Para Loureiro (2006, p. 12), a “sensibilidade ecológica” nada mais é do que um “ilusório consenso ecológico” como se, ao expor esse contexto de ambiente como exclusivamente natural e a importância de preservá-lo, fosse capaz de superar todas as contradições existentes na sociedade.

mais é do que um “ilusório consenso ecológico” que coloca o ambiente como algo exclusivamente natural (fauna e flora), e a importância de preservá-lo biologicamente fosse capaz de superar todas as contradições, existentes na sociedade, intrínsecas à atual estrutura econômica. Ainda se acredita na possibilidade de desenvolver uma sociedade moderna, capitalista e globalizada que possa conviver de modo sustentável com o ambiente, explorando-o sem que haja discussões sobre os ônus desse processo.

Para o capital, uma das formas mais funcionais de transmitir sua ideologia é através escola. Portanto, esse ambiente passou a ser controlado de forma estratégica a garantir sua manutenção e expansão. Exemplo desse processo foi a aproximação do Banco Mundial na década de 1990, no cenário educacional nos países de terceiro mundo, inclusive o Brasil, levando seu pacote de reformas que traria desenvolvimento ao país. Nesse momento de crise e em meio a processos de privatização, a abertura econômica para o capital internacional visava, sobretudo, o ajuste econômico e a regulação da economia nacional. Tal atitude demonstra a aproximação entre entidades privadas e o Estado, quase sempre na tentativa de aumentar o seu exército de alienados pelo uso indiscriminado da educação e da educação ambiental como mercadoria no contexto neoliberal contemporâneo.

Mas quando não há investimento na educação, mais especificamente em escolas públicas (e na orientação sociopolítica das escolas públicas e, também, das privadas), reduz-se a possibilidade da educação abarcar a todos igualmente ao adotar propostas curriculares que não consideram a diversidade e impedem que o aluno perceba as contradições atuais da nossa sociedade. Para os parâmetros atuais de mercado, uma escola boa é aquela que forma o indivíduo para o mercado de trabalho. Todavia há de se questionar esses valores e apreciar a escola que consegue preparar o indivíduo para viver em sociedade criticamente e com vistas à emancipação humana.

Para tanto, é no espaço escolar que essas disputas ideológicas ocorrem. Dessa forma, os profissionais de ensino devem estar preparados para confrontar seus alunos e demais sujeitos que compartilham o mesmo espaço territorial e político da escola, diante das contradições vivenciadas mundialmente. Cabe, pois, formar cidadãos que saibam viver em sociedade, contribuir para que esta se desenvolva, e que saibam exigir seus direitos perante o Estado, resistindo às opressões impostas pela sociedade capitalista.

Discute-se sobre a crise na educação, mas não há uma ação efetiva para corrigir seus problemas como: alunos que não correspondem ao perfil desejado pelo mercado, e professores que não cumprem as metas estipuladas pelo Estado. A escola é um

espaço socialmente construído. Quando não há liberdade de atuação para uma ação conjunta, não há outra atitude se não se opor ao sistema imposto.

A Educação Popular surge em contrapartida a esse modelo de educação neoliberal; fundamentando-se nos princípios de uma educação emancipatória e humanizadora, em que a razão de ser do ato de educar não é apenas capacitar os indivíduos (por meio de transferência de conhecimentos) a viverem e se adaptarem ao mundo em que vivem, mas de torná-los conscientes (GIRON, 2008, p. 25).

Sendo assim, pode-se inferir que a educação tem possibilidades de contribuir diretamente para a resistência social contra o sistema hegemônico atual, em uma investida contra hegemônica. A atuação do professor na formação crítica e reflexiva é fundamental. As instituições são dotadas de intencionalidades que contam com o apoio do Estado para atuarem junto à sociedade, alienando-a e conduzindo suas atitudes para o que interessa ao mercado neoliberal. O maior desafio se encontra na formação de uma nova educação, na qual o professor e o aluno são objetos de transformação.

São pequenos passos que motivam o professor a ir além das informações e ações que são meramente apresentadas, e os fazem buscar novas alternativas para os demais desafios que possam aparecer no futuro. Educar não é transferir conhecimento, é criar ações e possibilidades que tornem o sujeito ou o seu grupo social independente metodologicamente para agirem em prol da superação das assimetrias afirmadas pelo capital. O que se busca é a construção de uma sociedade mais participativa e intervencionista que, com uma nova consciência crítica, possa construir um futuro a partir da construção de outro presente.

Assim, devem-se compreender, na relação da educação, as espacialidades das disputas que irão ocorrer entre o poder hegemônico e os sujeitos. Apresentam-se os dois principais: a escola, no caso da educação formal e os territórios; na educação não formal, em que os grupos sociais vão se reproduzir historicamente. Ambos são importantes instrumentos de reprodução do capital que, em parceria com o Estado (na grande maioria fornece a educação gratuita e universal), utiliza-se desses meios para a sua manutenção.

Esses apontamentos mostram como a educação, quando apropriada pelo Estado neoliberal e pelo próprio capital, destitui de sentido e de criticidade o processo de aprendizado. O intuito de formar sujeitos para o trabalho resiste e, mesmo com todas as transformações educacionais no século XX e XXI, vê-se esse propósito ainda latente na

educação. A sociedade contemporânea, por essência, se desdobrou no capitalismo direcionando a educação para outros fins distantes de uma prática libertadora, isto é, em que o aluno, na sua condição de ser humano, possa se posicionar diante do mundo de forma autônoma.

Mas, mesmo sofrendo com as investidas do capital – que vê a educação como uma oportunidade de adentrar as estruturas formativas da sociedade, que se configura como ferramenta para ampliação de seu projeto hegemônico –, ela também pode contribuir para o processo de construção social da emancipação, sendo instrumento importante para a autonomia e criticidade daqueles que almejam a resistência, buscando modificar tal paradigma de dominação sobre esses povos.

De certo modo, as disputas e conflitos podem apontar para uma tentativa de reação e possível superação da opressão via capital e Estado, das relações dicotômicas infringidas a esses grupos, pois “[...] somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor” (FREIRE, 2014, p. 72). Ou seja, se há luta, há ou houve um processo de formação política e de construção mecanismos coletivos de resistência.

Como medida para superar esse discurso voltado para a conservação natural que não abarcava o âmbito social e territorial, ocorre a necessidade de uma EA que rompa com esse pacifismo socioambiental. Emerge, então, a vertente crítica, corrente que se posiciona contra o princípio básico colocado pelo capital: a lógica de acumulação dada de forma destrutiva e exploratória, tanto dos meios naturais, quanto pelo trabalho humano, buscando a construção de uma ordem alternativa que vai contra as necessidades alienantes colocadas pelo capital (LAYRARGUES e LIMA, 2011).

Infelizmente a educação ambiental ainda possui um caráter conservacionista nas ações político-pedagógicas da lei e nas atuações dos profissionais. A EA ainda é praticada sobre o meio ambiente natural e o meio biológico, sendo ainda distante de uma abordagem socioambiental. Layrargues (2000, p. 109) aponta que a EA vem passando por um “[...] descrédito [...], [tanto] pela ausência de resultados concretos, quanto pela fragilidade metodológica de sua prática”. Isso ocorre na visão dos conservadores e empiristas que procuram por resultados imediatos.

As políticas pedagógicas se mostram importantes para a construção, de forma coletiva, da participação popular nos processos educativos e na intervenção nas políticas

com o reconhecimento de seus direitos⁶². Mas a coletividade não ocorre de maneira homogênea como se espera. Devido aos mais diferentes interesses e ao fato de a sociedade ser distribuída de forma desigual, o processo político-ambiental pode ocorrer de forma conflituosa (QUINTAS 2009). A partir disso, a evolução da educação ambiental pode ser relacionada com o que tem ocorrido no setor ambiental, nos conflitos de interesses e nas relações que ocorrem em diversos grupos dentro de um mesmo espaço em disputa.

Ou seja, entende-se por conflito quando

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas que adotam de apropriação do meio ameaçada pelos impactos indesejáveis decorrentes das práticas de outros grupos. [...] O tipo de conflito que aqui identificamos tem por arena uma mesma unidade territorial compartilhada por um conjunto de atividades cujo acordo simbiótico é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis que a atividade de um dos agentes produz sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2003, p.03).

Os conflitos ambientais emergem, portanto, do acirramento direto entre as demandas dos grupos sociais⁶³, das políticas e da própria economia, sob um determinado recurso natural e pelas alterações causadas pela exploração de matérias primas, pondo em risco as condições socioambientais de um determinado território. Por sua vez, esse espaço desenvolve os problemas ambientais que impactam diretamente os grupos ou indivíduos que se encontram em uma condição de vulnerabilidade, já que esses se encontram excluídos do modelo exploratório⁶⁴.

O funcionamento de um ciclo entre conflito, problema e vulnerabilidade é um dos grandes desafios da educação ambiental. O Estado é omissivo no cumprimento da lei, o capital reforça diariamente as dicotomias estruturais da sociedade e os movimentos sociais encontram dificuldades de mobilização. Nos termos de Loureiro (2006),

O sentido de consenso prévio e de harmonia apresentado por setores dominantes para a sociedade está pautado em modelos de gestão ambiental e de padrões comportamentais de grupos e elites hegemônicas, desconsiderando os conflitos e contradições inerentes a problemática ambiental, em suas diferentes construções, [...] e a impossibilidade de se assegurar a sustentabilidade em um quadro estrutural de relações desiguais (LOUREIRO, 2006, p.13).

⁶² Um exemplo é a PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental) construída com bases pedagógicas e metodológicas garante que a prática da educação ambiental contribua para a intervenção no plano socioambiental, fazendo os sujeitos interagirem com o meio natural em conjunto com as ações do Estado, para adquirirem um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

⁶³ Como já colocado acima no caso do MAB e de Chico Mendes.

⁶⁴ Fora da relação de trabalho e a margem do sistema, por exemplo.

Vê-se, a partir da tabela I, aumentar o número de conflitos⁶⁵ ano a ano, o que remete às ações cada vez mais violentas do capital e de seus representantes, com o respaldo jurídico do Estado na coerção social via poder de polícia e na repressão pela supressão dos direitos sociais. Nesse ponto, é necessário debater de que forma o Estado também auxilia para a construção da pedagogia hegemônica no controle social voltado para a manutenção capitalista.

Imagem 4 – Tabela I – “Total de conflitos e pessoas envolvidas”

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	1295	686735
Trabalho	69	753
Água	172	222355
Total Brasil	1536	909843

Fonte: CPC (2016, p. 74)

Volta-se, então, ao ponto em que Estado e capital, associados, transformam a educação em instrumento de controle e dominação. As atividades exploratórias do meio natural impactam diretamente o território, destituindo as relações sociais previamente estabelecidas. De que maneira a educação ambiental seria capaz de entender o grau de vulnerabilidade de um sujeito ou grupo social sobre o território explorado, e como esses conflitos irão reagir aos avanços das forças produtivas do capital?

2.3.1 “Educação das massas”⁶⁶: ações dos movimentos sociais na construção da educação ambiental crítica

Este subitem traz, no título, uma reflexão de Freire (2016, p. 48) sobre a educação oriunda das “massas populares” que almejam participar mais ativamente na sociedade “[...] e descubrem que a educação lhes abre uma perspectiva”. Inicia-se a busca co-

⁶⁵ Como exemplo, no relatório de Conflitos no Campo da CPT (2016, p. 30) sobre o número registrado de conflitos no campo no qual “cabe sempre reconhecer que a maioria dos crimes fica impune, seja pelas longas distâncias a serem percorridas pelos averiguadores, seja pela coligação existente entre latifundiários, juízes, delegados e policiais. Milhares de pessoas estiveram envolvidas: em 2007 eram 795.341 e houve uma escala ascendente acima de 800.000 até chegar em 2016 a 909.843 pessoas”.

⁶⁶ (FREIRE, 2016, p.48).

letiva pela participação popular no poder, questionando a sua condição enquanto excluído/atingido pelo sistema, ao construir alternativas para transformação social através da educação.

Faz-se, então, apontamentos sobre a complexidade de discussões e abordagens sobre a educação para os grupos/movimentos sociais que estão imersos nas questões socioambientais. Para tanto, parte-se do princípio de que a educação é uma importante ferramenta de mobilização, reconhecimento e transformação social enquanto “ser no mundo” (FREIRE, 2011). Nesse sentido, discute-se acerca da capacidade da educação em contribuir para o rompimento da lógica pré-estabelecida pelo Estado burguês e de sua associação direta com o capital.

Nesse sentido, reflete-se acerca de uma educação que busque a participação popular, em relação orgânica entre escola e comunidade. Os movimentos sociais a denominam “formação política para luta”⁶⁷. Aquela que compreende, ao mesmo tempo, o saber teórico e prático, o saber e realidade local, que busca a participação e interação dos sujeitos e, principalmente, forma essas pessoas para a militância e atuação social na busca pelos direitos dos atingidos, oprimidos, excluídos, a saber, todos os invisíveis e subalternizados que, diariamente, são suprimidos/reprimidos na sociedade.

Nessa perspectiva, ocorre, então, um rompimento de paradigmas na educação. De fato, os espaços formais conhecidos no senso comum como produtores das teorias educacionais – escolas e universidades, por exemplo – se encontram em uma situação de distanciamento de suas práticas. Compreender as ações pedagógicas na teoria e aplicá-las na prática possui um distanciamento e/ou uma lacuna a ser preenchida.

Pensar a educação como um processo restrito ao espaço escolar, que compete à atuação do professor, é deixar de considerar sua infinita pluralidade que a faz ser sempre presente em todas as sociedades. Segundo Brandão (1985), a educação é a fração do modo de vida de grupos sociais que são criadas e recriadas a partir de suas culturas, de trocas com a natureza, de geração em geração, com o objetivo de estar sempre se reinventando e colocando-se em movimento. Em suas palavras,

[...] a educação existe onde não há escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado (BRANDÃO, 1985, p. 13).

⁶⁷ Fala do entrevistado A1, sobre o trabalho que MAB vem desenvolvendo junto à população de Colatina e Baixo Guandu (ES).

É clara a potência da relação escola-comunidade para o envolvimento dos atores sociais, mas devemos pensar para além de um processo educativo restrito ao ambiente escolar e considerar como base fundamental para a concretização do processo educativo a participação popular. Ao compreender a própria participação nos movimentos sociais, os sujeitos podem vislumbrar perspectivas diferenciadas que superem a realidade experimentada no cotidiano de seus espaços de vivência e de interação.

Gohn (2012) faz uma discussão pautada nas ações que são construídas pelos atores sociais coletivamente e que estão relacionadas diretamente à consolidação do capitalismo. Para a autora, há uma relação intrínseca entre as lutas sociais e a educação de modo que a luta mostra-se como uma reação aos desafios impostos pelo capital, que é oriunda do desejo de mudança e que a educação transforma-se em ferramenta de controle social pelas classes que dominam o sistema.

Compartilhando da ideia de Gohn (1997), entende-se que os

[...] movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil (GOHN, 1997, p.251).

As organizações sociais são indispensáveis nesse processo e precisam alcançar a autonomia e emancipação necessária para romper a atual lógica estabelecida, com uma educação enquanto um instrumento de repressão e de caráter mercadológico. Ribeiro (2012, p. 304) ainda completa que a “[...] emancipação da sociedade deduz-se da possibilidade de se romper a relação contraditória entre o trabalho alienado e a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência”.

Corroborando os apontamentos de Freire (2014), ressalta-se a importância do diálogo libertador para as ações dos oprimidos pelo sistema, que deve ser realizado sempre de forma coletiva, ao entender que ninguém se emancipa individualmente. Os sujeitos vivem em sociedade e é nela que devem encontrar o suporte para suas ações.

Ressalta-se, ainda, que o elemento variável em toda a organização é a forma como vai ocorrer o diálogo. A sua variação decorre do contexto histórico e da percepção da realidade pelos oprimidos (FREIRE, 2014). Por isso, a importância da motivação pela mudança é originária dos movimentos sociais, pois esses compreendem sua realidade, a

vivenciam, compreendem suas reais demandas e interagem com o seu meio social e ambiental, percebendo e criando ferramentas para superação dos possíveis problemas e conflitos locais.

Conforme afirmava Freire, (2016, p. 20) a “ação e reflexão” é a

[...] condição para que um ser pudesse exercer um ato comprometido era a sua capacidade de atuar e refletir. É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com as finalidades propostas pelo homem [pelos sujeitos], a qual está associada sua capacidade de refletir, o que faz um ser da práxis.

Nesses termos, é uma aproximação direta entre a construção da criticidade do “estar no mundo”, percebendo as contradições intrínsecas à nossa sociedade e da construção de suas ações para se mobilizar e transformar essa ótica estabelecida e imposta. Todavia as teorias são oriundas do campo científico e sua construção se dá basicamente no âmbito acadêmico – que já é sabido que se configura como um espaço excludente. De certo, é inegável que é essencial acontecer esse momento dialético entre o refletir e o atuar, durante o processo educativo, mas realmente fazem-se necessárias algumas problematizações acerca dessa construção na educação. Nessa perspectiva, propõe-se tecer uma crítica não só à educação formal, mas também uma autocrítica enquanto professora que, das experiências docentes até hoje, esteve imersa em programar e cumprir com o conteúdo mínimo do currículo, em face do cumprimento obrigatório das determinações institucionais e, depois, promover a criticidade.

Muitas vezes, a prática docente, o aluno, a comunidade e a escola têm dificuldade para estabelecer um diálogo mais próximo, principalmente diante da realidade socioterritorial na qual esses sujeitos estão inseridos no processo educativo, configurando-se como um desafio à educação libertadora. Esse distanciamento entre teoria-prática e “ação-reflexão” pode ser contornado a partir da ampliação da participação dos sujeitos sociais na elaboração dessa pedagogia universal como forma de resistir política e culturalmente para que não se torne ferramenta de alienação para o capital. Seguindo a citação de Freire acima, o ser humano, quando não passa pelo momento de construção da criticidade, não cria mecanismos para sua práxis que viriam como respostas às pressões verticais exercidas no grupo social do qual esse indivíduo faz parte.

De certo, produzir a criticidade demanda tempo, participação e militância. Esse tempo é formativo do sujeito participativo que muitas vezes não dialoga com o tempo infringido da lógica capitalista, o qual exige uma formação voltada apenas para o mercado de trabalho, acrítica e reprodutora de comportamentos hegemônicos, branco, heterossexual, masculino e europeu/norte americano. Mas é necessário reconhecer nossas limitações e elaborar uma prática

social que vise um rompimento de tudo aquilo que é oriundo dessa análise fragmentada da realidade socioterritorial, pela própria unidade social/comunitária dos sujeitos. Essas modificações na “estrutura social” (FREIRE, 2012, p. 63) demandam tempo, persistência, participação e compromisso da sociedade, por isso, “[...] o verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente” (MARX; ENGELS, 2008, p. 23) dos oprimidos.

Por isso, as práticas docentes, discentes e as ações educativas de cunho popular devem ser encaradas como manifestações de resistência diante desse processo dominação/opressão do sistema. Resistir às investidas e pensar possibilidades de superação das dicotomias que não deveriam se manifestar, principalmente, na educação. A educação torna-se um espaço em disputa.

Faz-se necessário perceber que estamos todas e todos no mesmo lado da trincheira e que a luta é coletiva, participativa, inclusiva e que, novamente, todas e todos nela podem e devem participar. Criar empatia com aquele trabalhador que vai para rua quando seus direitos trabalhistas são ameaçados; de ver o que sente atingido, quando a empresa que polui a localidade da escola onde você atua quer executar um programa de educação ambiental e você tem que auxiliar nesse processo; de se ver naquelas mulheres que estão nas frentes de luta pela igualdade de gênero e afirmação de seus direitos; ver no outro o potencial necessário para sua libertação individual e coletiva.

Nesse sentido, a estrutura textual encontra-se organizada para a compreensão de alguns desses processos que interferem e constroem a educação. Inicialmente, sobre o debate hegemônico do capital em associação direta com o Estado para conceber criticamente qual educação é produzida dentro dessa perspectiva, e qual a interferência delas na sociedade. Em seguida, pelas propostas contra hegemônicas produzidas pelos movimentos sociais como resposta às opressões externas. Mais adiante, um breve histórico da educação ambiental para pensar, desde a sua concepção até a sua vertente crítica (que é perspectiva aqui adotada), na construção de outras educações possíveis junto aos movimentos sociais.

Por definição, Loureiro (2011, p.73) afirma que a EA

[...] É uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

Nesse sentido, a construção da educação ambiental deve contar com a participação popular para que seja uma prática social de cunho emancipatório, crítico ou transformador, que vise contribuir de forma efetiva para relação – conflituosa – com o ambiente. Esse é o sentido da EA de base crítica, que surge através da

[...] politização e publicização das questões ambientais, [que são] entendidas como inerentemente sociais e históricas. Esta também se define pela valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos ambientais, em busca de alternativas que considerem o conhecimento científico, as manifestações culturais populares e uma nova ética nas relações sociedade-natureza pautada e construída em processos coletivos de transformação social, enquanto condição básica para se estabelecer patamares societários que requalificam nossa inserção na natureza. Pensa a relação cultura-natureza sem estabelecer dualismos ou diluições da natureza humana na natureza (enquanto totalidade). É um bloco normalmente inspirado na pedagogia freireana ou histórico-crítica, na dialética marxista, na Teoria da Complexidade, na Ecologia Política e no ambientalismo radical (LOUREIRO, 2004, p. 39).

Ou seja, um processo educativo construído com a participação social necessária à inclusão na realidade territorial a fim de que seja um instrumento crítico para atingir as necessidades objetivas e subjetivas dos sujeitos e da comunidade, (re)significando o contato do meio social com a natureza, valorizando culturas e particularidades locais e respeitando saberes, tradições e tudo aquilo que o coletivo julga importante para sua reprodução social. Nesse sentido, a EA rompe com a perspectiva hegemônica dominante sobre a compreensão de ambiente, propondo uma nova apropriação social na gestão do próprio território.

Não obstante, atualmente, a educação ambiental enfrenta dificuldades para sua efetivação na construção da criticidade junto aos movimentos sociais, que é um importante elemento de estratégias na ampliação da consciência (crítica) ambiental. Consciência essa, trabalhada por Freire (2014), como uma relação dialética entre a realidade crítica e a ação social de transformação na luta conjunta de enfrentamento.

A associação desses fatores aos movimentos sociais acarreta na quebra da unidade, na perda da representatividade de luta e na desterritorialização⁶⁸ dos movimentos e grupos existentes, destituindo-os de sentidos. Além da questão ideológica, as dicotomias

⁶⁸ De acordo com Haesbaert (2000, p.168), o território consiste no espaço em que se exerce domínio político e controle do acesso ao que o próprio espaço pode oferecer. Além disso, a desterritorialização consiste basicamente no processo que promove “[...] o acesso extremamente desigual às novas tecnologias e à informação [...] e de seu caráter excludente e fragmentador em termos da força de trabalho.”

encontradas nos espaços estão diretamente ligadas à redefinição territorial e social sobre a lógica do capital, ou seja, a se adequar à lógica do espaço enquanto mercadoria. Nesse sentido, seu uso passa a ser definido pelo valor de troca. A sociedade se encontra à margem desse processo e, diante disso, questiona-se sobre quem acarretará os ônus decorrentes dessa dinâmica produtiva.

De fato, ocorre uma adaptação (apropriação) da EA como mecanismo de manobra da sociedade, sobre uma percepção fragmentada do ambiente. Nos termos de Loureiro, é por isso

[...]que não é incomum observarmos projetos de Educação Ambiental promovidos por órgãos governamentais e instituições da sociedade civil com o objetivo de levar grupos sociais em situação de exclusão a aceitarem padrões culturais e comportamentais previamente estabelecidos e a assumirem certos problemas como prioritários (LOUREIRO, 2004, p. 39).

O que deveria ser um instrumento social para emancipação, torna-se um desafio quando apropriado do discurso do Estado e do capital (grupos empresariais privados, ONGs, consultorias). Tal situação implica na destituição/ quebra/ enfraquecimento das lutas de cunho socioambiental, da unidade dos atingidos e oprimidos, que recebem esses projetos massificadores.

As ações educativas e as políticas públicas, na verdade, possuem o propósito de remediar ou contornar os problemas, conflitos ou tragédias anunciadas (como o rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG), caracterizando e aprofundando ainda mais esse cenário de crise do meio ambiente – oriundo, principalmente, da demanda por recursos naturais fundamentais para a prática produtiva e para reprodução do capital.

Torna-se, então, sempre necessário criar novas formas de fragmentação nos discursos integradores socioambientais. Nesse momento, no campo teórico-metodológico, epistemológico e político-econômico, o discurso do desenvolvimento sustentável traz o ambiente (ser humano e natureza) como recurso que deve ter o seu uso/exploração regulado de forma racional, agregando uma lógica de “economia verde” que consegue agregar economia, sociedade e natureza na perspectiva de ambiente comum. Comum para o que compreende o capital, já que suas necessidades exploratórias se mantiveram inalteradas.

Nesse sentido, como define Loureiro (2012), o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como

[...] uma ‘ideia força’, um conjunto de princípios manifestos em busca de um desenvolvimento qualificado por uma preocupação, qual seja: crescer sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas e seus ciclos, garantindo a existência social e de outras espécies em longo prazo (LOUREIRO, 2012, p.55).

Tal ideia realmente foi naturalizada na sociedade em seus espaços de convívio, mídia, escola, nas relações de trabalho. Para isso, o capital adaptou e modernizou o modelo, estimulando, por exemplo, o investimento em tecnologias, energias limpas e des-centralização produtiva – uso do território pela economia para gerar desenvolvimento para uma determinada região.

Mas a sustentabilidade possui uma abordagem ampla em que o desenvolvimento vê na inclusão do termo um meio de trazer a sociedade para essa nova lógica na qual, além de consumidores, são apoiadores e participantes do ambiente mais equilibrado e preservado graças às ações empresariais de “responsabilidade social”. O conceito, para tanto, abrange que

[as] necessidades são vistas tanto no sentido material quanto simbólico – portanto, econômico e cultural. Assim fazem parte destas: subsistência (garantindo a existência biológica); proteção; afeto; criação, produção, reprodução biológica, participação na vida social, identidade e liberdade. Portanto não é o processo que apenas se preocupa com uma das duas dimensões, mas que precisa contemplar ambas, o que é um enorme desafio diante da sociedade que prima pelos interesses econômicos acima dos demais (LOUREIRO, 2012, p. 56-57).

Esse discurso também se assemelha com as estratégias do ecodesenvolvimento na qual, segundo Leff (2006), colocava-se

[...] a necessidade de se criar novas formas de produção e estilos de vida baseados nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na capacidade das populações locais para a gestão participativa dos recursos. O discurso do ecodesenvolvimento emerge em um momento em que as teorias da dependência, do intercâmbio desigual e da acumulação interna de capital orientam a planificação do desenvolvimento (LEFF, 2006, p. 135-136).

Como ambos os autores afirmam, há uma lacuna que distancia os reais interesses da proposta de desenvolvimento e o acesso que os grupos sociais possuem ao capital que é gerado da acumulação, lucros e outros. Os discursos não condizem com a prática, e o que vemos é a constante dificuldade de romper com essa lógica econômica,

além do enfraquecimento de movimentos sociais frente aos desafios socioambientais. Dessa forma, questiona-se se seria possível unir, de forma efetiva e/ou plena, “desenvolvimento” e “sustentabilidade”. Tornou-se algo naturalizado dizer “educação para o desenvolvimento sustentável”⁶⁹.

Além disso, pensar: desenvolvimento para quem e sustentabilidade para quem? Nesse sentido, faz-se necessário problematizar a real efetividade e os interesses por detrás desse projeto, pois o que se vê são os indivíduos acarretados pelos problemas que decorrem da exploração, encontrando-se em uma situação de vulnerabilidade e inseridos em constantes embates e conflitos socioambientais pela divergência de interesses, principalmente sobre o meio ambiente.

A globalização se insere nessa dinâmica como o fenômeno que vai aprofundar ainda mais as dicotomias na sociedade moderna, ao imprimir sobre os grupos a “violência estrutural”⁷⁰ do sistema. Desse modo, tal situação de torna um discurso facilmente absorvido, é uma retirada hipotética das fronteiras pelo meio técnico científico e informacional⁷¹ para o acesso aos bens de consumo; é um discurso que acentua as desigualdades. Como pontua Loureiro (2011), o consumo torna-se um instrumento de dominação da lógica imposta pelo capital de que

[...]o cidadão centrado na figura do consumidor livre e racional em suas opções enfatiza a liberdade de escolha e os direitos individuais e se apoia na concepção neoliberal de que a garantia dos direitos sociais pelo Estado gera passividade e dependência dos marginalizados (LOUREIRO, 2011, p.80).

Nesse cenário, a “liberdade” toma centralidade no sistema capitalista que aplica, no ilusório construído no social, o que tange ao exercício das relações subjetivas (espiritual, das necessidades inerentes à reprodução humana) e materiais – por exemplo, o prover sua própria existência pela sua realização/transformação no trabalho, que é apropriado pelo capital através da compra da “força de trabalho”.

⁶⁹ Para compreensão de como se deu esse processo, verificar em Rafaella Uchoa. A Década do desenvolvimento Sustentável da UNESCO: uma análise sob a ótica da Educação Ambiental Crítica. Dissertação de Mestrado do PPGEdu – UNIRIO.

⁷⁰ Como define Santos (2010, p. 55), a “[...] violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa era da globalização, do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, cuja associação conduz a emergência de novos totalitarismo e permite pensar que vivemos numa época de globalitarismos muito mais que globalização.”

⁷¹ Conceito de Santos (2006).

Portanto, é preciso ser um indivíduo livre para que a venda de sua “força de trabalho” (produção social) se dê no capitalismo, tornando-se sujeito preso ao sistema que, por sua vez, passa a prover sua existência através do valor do trabalho ofertado (IANNI, 1982). Assim como o espaço (território social) e natureza, o ser humano torna-se algo quantificável e dependente, pois o que ele produz, a ele nada pertence.

Em essência, homem é trabalho. Para viver, tem que trabalhar, ou apropriar-se do produto do trabalho de outro. [...] reproduzir-se biológica e socialmente são necessidades que o homem precisa atender sempre. Hoje como a milhares de anos, essas necessidades devem ser atendidas cotidianamente para que o homem possa viver. [...] em todas as suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais. As mesmas necessidades que induzem o homem a trabalhar e pensar, trabalhar pensando, pensar trabalhando, o levam a relacionar-se com a natureza e os outros homens, com os instrumentos de trabalho e os produtos de seu trabalho. São relações simples e complexas, nexos visíveis e invisíveis, aparências e essências, que constituem o homem como ser social, histórico (IANNI, 1982, p. 47-48).

Dessa forma, as relações de trabalho são partes fundantes do ser social. O trabalho se materializa através da projeção/programação mental, em que só o ser humano é capaz de antever suas ações para a realização dessa atividade (“trabalhar e pensar”). Essa é a teleologia do pensamento de Marx, em uma perspectiva ontológica.

O “trabalhador social” está imerso na estrutura social – histórica – e faz dela palco para suas relações, ações e opções desses sujeitos em suas dinâmicas de vida (com o território, com outros sujeitos, laços comunitários, culturais, econômicos e políticos, por exemplo). Toda essa construção auxilia na compreensão da realidade, buscando a mudança ou a estabilidade das relações. Freire (2012) afirma que

[...] a estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, sua transformação será também obra dos homens. Isso significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação. Tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objetos de atos contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la (FREIRE, 2012, p. 63).

Ainda segundo o autor supracitado, nesse sentido, essa tomada de consciência – não só do trabalhador, como da mulher, homossexuais, do (a) negro (a) e demais segmentos da sociedade – alerta para a necessidade dos oprimidos em reagirem contra o processo de dominação via capital que infringe sobre esses grupos ações que visam à

desarticulação e o enfraquecimento social na luta pela mudança. Diante disso, ocorre a construção de novos discursos que não almejam a criticidade dos sujeitos, evitando, assim, que esses se posicionem a favor da transformação, mas sim pela manutenção da estrutura presente.

A tomada de consciência desse processo de dominação é determinada pela realidade na qual o indivíduo se encontra, sendo esta a sua condição para a transformação. Nesse sentido, são a objetividade (material) e a subjetividade (espírito) unidas. A dificuldade de movimentação da sociedade se encontra no próprio cotidiano que se caracteriza como um “[...] espaço de dominação, de alienação” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 99).

Por isso, quando a educação adquire um caráter popular, ocorre a inserção e o diálogo entre a realidade vivenciada e as práticas (práxis) desses sujeitos organizados coletivamente, passando a incorporar novos aprendizados que visem ao rompimento com a educação de caráter mercadológico ou bancária (FREIRE, 2014). Nesse processo, a participação dos movimentos sociais tem sido fundamental para a construção de uma perspectiva crítica e emancipatória no processo de afirmação cultural, territorial e social diante do cenário político-econômico opressor que se apresenta.

Nesse contexto, os movimentos sociais são fundamentais para a luta frente à crescente alienação provocada pelas dinâmicas do capital. De acordo com Porto-Gonçalves (2013, p. 18), os movimentos sociais podem se constituir de “[...] operários, camponeses, indígenas, mulheres, negros, homossexuais, jovens, etc., que se organizam e lutam[...]”. Todos eles enfrentam determinadas condições e desafios em seus espaços, a exemplo dos camponeses constantemente ameaçados a perder seu meio de subsistência (a terra) para os chamados “grileiros”⁷² e o movimento negro que enfrenta os preconceitos e as opressões diárias a que são submetidos. Então, como esses sujeitos podem se apropriar de discursos que visem à quebra dessa ótica?

As demandas populares que emergem dos territórios estão relacionadas à forma (instrumentos e práticas) como se dá a apropriação social do espaço e, ao mesmo tempo, às dificuldades encontradas para que essa apropriação aconteça. A questão ambiental, nesse caso, está diretamente imbricada nesse debate, pois influencia na forma como esses sujeitos vão interagir e coexistir com a natureza.

⁷² Aqueles que possuem títulos falsos de terras a fim de tirá-las dos pequenos proprietários.

Por isso, no modelo capitalista, essa apropriação ambiental envolve impactos negativos nos territórios que recebem esses projetos econômicos, pois ocasionam a quebra das relações da sociedade com a natureza. Essa quebra compromete a maneira como os indivíduos vão se identificar, perceber, transformar, modificar os seus territórios, ou seja, além da própria interação com o meio natural, limita sua capacidade de se enxergar enquanto sujeito (crítico) da ação/transformação (por meio do trabalho, por exemplo) de seus espaços de vivência, o que o torna facilmente instrumento/produto da alienação do capital.

Nesse sentido, a educação ambiental se apresenta como alternativa importante dentro do campo educacional e passa a adquirir um caráter popular e comunitário ao inserir e contextualizar as dinâmicas territoriais emergentes, principalmente, das demandas levantadas pelos movimentos sociais.

Esses coletivos, dotados do debate socioambiental, buscam alternativas para emancipação e autonomia socioambiental através da educação ambiental, que carrega em “[...] seu bojo, além do aprendizado de novos modos e formas de conviver com a natureza, o aprendizado e a reflexão sobre o próprio homem e seu papel na sociedade” (GOHN, 2012, p. 67), sendo, portanto, uma ferramenta para alcançar seus objetivos e formar sujeitos para a constante luta social.

A criticidade, tanto para a educação quanto para educação ambiental, é fundamental para construir e efetivar a emancipação necessária para uma epistemologia do sul. O modelo atual é hegemônico e preza pela reprodução, sem ganho socioambiental e educativo. Nas palavras de Guimarães e Medeiros (2016)

É sairmos do círculo vicioso e inconsciente de agir (“no automático”), referenciado pelo paradigma disjuntivo da modernidade, nos abrindo para outras leituras de mundo que nos inspire na diversidade e vitalize a sermos e fazermos diferente. Esse é o compromisso de uma Educação Ambiental que vem se consolidando como crítica, transformadora e emancipatória (GUIMARÃES E MEDEIROS, 2016, p. 4).

Com essa breve discussão, pensando a educação como um processo emancipador e que consegue abarcar a educação ambiental de base crítica,⁷³ ela pode ser utilizada para romper com o pensamento (dominante) estabelecido na sociedade?

⁷³ Para o desenvolvimento da educação ambiental no Brasil, ver em: LAYRARGUES, P.; LIMA, G. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil**. Anais VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Ribeirão Preto, set. 2011.

CAPÍTULO III: “DA LAMA AO CAOS⁷⁴”: ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NA BACIA DO RIO DOCE INSTAURADA APÓS O ROMPIMENTO DE FUNDÃO (MARIANA-MG)

O capítulo em questão apresenta a análise da pesquisa que objetiva estabelecer conexões entre o debate teórico, feito no segundo capítulo, e a realidade empírica recolhida durante o campo – compreendido, interpretado e visualizado a partir da participação dos sujeitos atingidos⁷⁵, através das entrevistas e atividades⁷⁶ de cunho discursivo, participativo e popular-acadêmico sobre a problemática, sob direção do método crítico-dialético.

Sendo assim, a estrutura do capital, que parte dos pressupostos apresentados durante a compreensão teórica das determinações da lógica mercadológica e desenvolvimentista do capital global sobre os territórios e tudo aquilo que o compõe (sociedade, educação, cultura, trabalho e natureza, por exemplo), é o meio para apreender a realidade imposta na bacia do Rio Doce desde o rompimento da barragem. Tal desastre e conflito socioambiental destitui os sujeitos de seus próprios espaços de convívio, ameaçando diretamente as relações inerentes à “estrutura social” a qual pertencem que, por essência, deveria ser palco de suas apropriações, manifestações e transformações sociais.

Dessa forma, pensando essas problemáticas ao nível local, são elencadas as perspectivas dos atingidos sobre o conflito territorial, com as ações do poder público e do capital empresarial representado pela empresa Samarco S.A.

A mineração é alvo de interesse a nível mundial, assim como tudo aquilo que a natureza e o ser humano oferecem e que possam se transformar em mercadoria e lucro. As demandas internacionais pelo minério traduzem uma antiga – mas ainda presente – relação assimétrica entre os países fornecedores e beneficiadores dessa

⁷⁴ Título da música da banda Nação Zumbi (1994).

⁷⁵ A) Os entrevistados, descritos no capítulo de metodologia; B) Aqueles sujeitos que participaram de forma indireta – pelos diálogos estabelecidos em encontros, espaços de discussões (palestras), no contato pessoal com os atingidos, trocas de informações, nas visitas a campo (Mariana, Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo), entre outros.

⁷⁶ Como o “Seminário: balanço de 1 ano do rompimento da barragem de Fundão” em Ouro Preto (MG), nos dias 04, 05 e 06 de novembro de 2016 e o “Seminário: balanço de 2 anos do rompimento da barragem de Fundão” em Vitória (UFES – ES), nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2017 (acompanhado via streaming – link para o acesso <<https://www.youtube.com/channel/UCH92xf23ohZbHQd1bpBSu7A>. Esses espaços de discussão contaram com a participação direta dos atingidos, de profissionais, professores e alunos que, de forma conjunta, propuseram uma atividade que fosse capaz de unir a luta, o aprendizado e a denúncia do conflito instaurado após o rompimento de Fundão (Mariana - MG), levantando pontos que para dar maior visibilidade à resistência social na bacia do Rio Doce.

matéria-prima, confirmando uma presença marcante do colonialismo (a globalização como um novo colonialismo) e o imperialismo em pleno século XXI.

[A] sociedade matriz [países economicamente dominantes] fortifica-se e procura na outra sociedade a matéria-prima, e a transforma em produtos manufaturados, que vende às mesmas sociedades-objetos [países dominados economicamente]. O custo, a importação, a exportação, o preço etc. são determinadas pela sociedade-sujeito. Não cabe a sociedade dominada decidir. Por isso não há nela um mercado interno; sua economia cresce para fora, o que não significa crescer (FREIRE, 2016, p. 43).

O alto preço do minério no mercado externo, liderado pela China (com 70% das exportações de ferro⁷⁷), estimulou ainda mais o ritmo exploratório e os investimentos cada vez mais crescentes no setor, por empresas privadas nacionais e multinacionais, além da participação de órgãos públicos de fomento ao desenvolvimento que compreende um “[...] total, entre 2002 y 2012, la participación de los sectores de petróleo y gas, minería y energía pasó del 54% al 75% de la cartera del ‘BNDES Participações S.A.’ (BNDESPar)” (MILANEZ; SANTOS, 2014, p. 135), tornando o Brasil o maior exportador em valor monetário absoluto da América Latina. Vê-se, nesse momento, uma “[...] intensificação do modelo do desenvolvimento baseado na economia extrativista exploratória” (LAYRARGUES, 2017, p. 6), sendo alvo de interesse dos países ditos desenvolvidos sobre a produção (primária) da economia dos países ao sul global, propositalmente colocados na categoria de subdesenvolvidos.

A tabela I, a seguir, apresenta nominalmente as maiores empresas extrativistas do ramo da mineração que atuam na economia do Brasil. É importante destacar que das 15 empresas analisadas, todas correspondem a empresas de caráter multinacional e de capital privado, voltado, principalmente, à exportação. A Vale, com sede nacional e maior exploradora de ferro e cobre do país, possui projetos no Peru (fosfato) e Chile (cobre), assim como a Votorantim na Bolívia (níquel e zinco), Colômbia (ferro, carbono e pedra caliza) e Peru (zinco, bromo e prata) (MILANEZ; SANTOS, 2014). A colaboração sul-americana se deve à dependência que a economia/indústria nacional possui de outras *commodities* que não possuem autonomia produtiva.

⁷⁷ (MILANEZ; SANTOS, 2014, apud MDIC 2013a).

Imagem 5 - Tabela II - "Os minérios e as empresas no Brasil"

Cuadro 2: Los minerales y las empresas extractivas en Brasil

MINERAL	EMPRESAS
Hierro (<i>ferro</i>)	Vale (85%), Samarco (6%), CSN (5%)
Bauxita	MRN (44%), Norks (29%), CBA (17%), Alcoa (12%)
Cobre	Vale (46%), Yamana (39%), Caraiba (14%)
Níquel	AngloAmerican (59%), Votorantim (27%), Prometálica (10%)
Oro (<i>ouro</i>)	Kinross (29%), AngloGoldAshanti (22%), Yamana (17%), garimpos (12%)

Fuente: DNPM (2010, 2012); IBRAM (2012)

Fonte: MILANEZ; SANTOS, 2014, p. 136. (adaptado)

A organização mundial em prol da produção capitalista passa a transformar os territórios a partir da perspectiva do desenvolvimento econômico. O Brasil certamente não ficaria de fora e passa a se inserir no mercado externo enquanto potencial produtor de *commodities*⁷⁸. A demanda, sempre crescente, exigida pela produção, gera impactos diretos e indiretos às localidades que recebem esses megaempreendimentos. A resposta do meio socioambiental a esse processo destrutivo é o aumento dos conflitos entre o setor privado e empresarial e as comunidades atingidas.

El vasto territorio del país ha permitido la creación de grandes empresas mineras, que ahora operan como transnacionales, no sólo en América Latina sino también en América del Norte y África. En gran parte, esto se debe a la última coyuntura, particularmente la demanda asiática de minerales en todo el mundo. El escenario futuro es que esta tendencia se mantenga con el aumento de las inversiones (Instituto Global McKinsey, 2011) y, como consecuencia, las actuales tendencias que muestran una intensificación de los conflictos y los impactos asociados a los mismos [...] (MILANEZ; SANTOS, 2014, p. 138).

O capital privado e o Estado neoliberal buscam articular ações que visem à expansão espacial desses megaprojetos sem considerar os processos socioambientais existentes e as relações ali imbricadas. No caso brasileiro, o Estado é fundamental para a manutenção e o avanço (desenfreado) das capacidades produtivas da mineração, tanto

⁷⁸ Como as metas para o crescimento da capacidade de produção mineral no Plano Nacional de Mineração 2030 (Ministério de Minas e Energia, 2011), que busca alternativas para a superação das limitações encontradas pelas indústrias através das políticas públicas – como facilitador para a ampliação processo/capacidade produtiva, de forma a exercer uma soberania diante do mercado externo das commodities. (MILANEZ; SANTOS, 2014)

pelo seu apoio financeiro (BNDES) e de investimentos em infraestrutura (PAC – Programa de Aceleração do Crescimento I e II e IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, exemplo), quanto pela sua atuação através das políticas públicas (LAYRARGUES, 2017). Nas últimas décadas, houve uma mudança de ciclo econômico que foi dos EUA à China, voltando a atuação do mercado para o pacífico. A partir disso, fez-se necessário, também, principalmente no Brasil, reestruturar a infraestrutura para o escoamento da produção para atender a demanda do mercado no eixo oeste.

Sobre a importância da infraestrutura adequada, bem como frisa Harvey (2005, p.148), para que o capital possa se locomover pelos territórios globais (indo desde a exploração/produção ao consumo), tornou-se importante “[...] a anulação do espaço pelo tempo”. Essa circularidade geográfica cada vez mais rápida (e destrutiva na mesma medida) do capital exige condições de

[...] infraestrutura espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente. [...] Os produtores, portanto, podem melhorar sua capacidade, e atingir um nível no qual outros agentes (principalmente, o Estado) tornem-se responsáveis por parcelas cada vez maiores dos custos infraestruturais fixos e imobilizados [...] (HARVEY, 2005, p. 148).

Nesse sentido, compreende-se que os esforços do Estado em atender as demandas espaciais do capital contribuem para anular/destituir a sociedade do processo de apropriação espacial. Ocorre, assim, a retirada, dos setores sociais, do direito à participação nas atividades/decisões políticas que vão ameaçar diretamente os seus territórios. O impacto dessa ação, de negação do Estado diante dos anseios colocados pelas mobilizações sociais contrárias aos projetos minerários, só aprofunda a capacidade destrutiva do capitalismo sobre o ambiente e o afastamento da sociedade na relação com a natureza. Como reação a essas investidas opressoras, vê-se ampliarem (cada vez mais), os conflitos socioambientais que manifestam a denúncia e a resistência social diante da opressão ambiental infringida pelas empresas. Nessa perspectiva, o

[...] desenvolvimento e extrativismo são duas lógicas que estão intimamente associadas ao contexto latino-americano, ou seja, é a manifestação mais pura da ideia convencional de desenvolvimento nessa região, que corresponde fielmente ao papel geopolítico esperado e desempenhado pelo Brasil em particular pela América Latina em geral, na economia globalizada: território provedor de insumo e matérias-primas para o comércio exterior caracterizando um vínculo de subordinação periférica e dependente do capitalismo central (LAYRARGUES, 2017, p. 6).

A citação define como os territórios são (desde o período colonial) fonte de recursos primários – que quantifica/valoriza a terra, os sujeitos (força de trabalho) e a natureza – desqualificando culturas, tradições, vivências e resistência. Para se expandir e dominar cada vez mais espaço, o capital precisa expropriar (HARVEY, 2005),

[...] tais métodos baseiam-se na dominação e no predomínio da força bruta, cometendo atrocidades legitimadas pelo monopólio da violência presente no próprio aparelho estatal. [...] O tomar domínio de bens públicos, assenhorar-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda a história do capitalismo (BRANDÃO, 2010, p. 45).

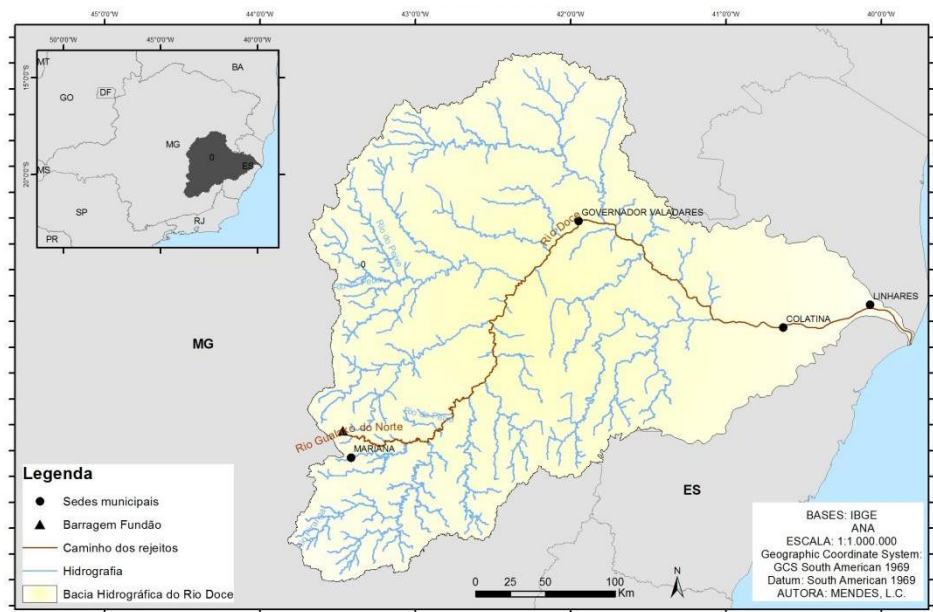
Essa violência estrutural do sistema sobre o território desencadeia impactos irreversíveis ao meio socioambiental, como o que aconteceu ao Rio Doce e seus afluentes. A operação de Fundão, iniciada em 2008, se dá no período em que o preço do minério de ferro atingiu o seu ápice. O licenciamento foi aprovado, mas com uma série de condicionantes que não foram sanadas. Possuía indícios de aumento do número de acidentes de trabalho, provocados pela sobrecarga do alto ritmo produtivo, o que já apontava para um despreparo em cumprir com os planos de segurança⁷⁹ e de ausência de investimentos nesse setor – principalmente após a queda no valor do minério no mercado financeiro na crise econômica.

Porém, Fundão não foi um caso isolado. Esses desastres ligados aos rompimentos de barragens fazem parte da dinâmica econômico-produtiva mineral e, infelizmente, vão continuar a acontecer (MANSUR et. al., 2016). As barragens são úteis para a contenção dos amontoados de rejeitos – materiais estéreis e sem qualquer utilidade – originários do processo de beneficiamento do minério. Para que isso aconteça, a água torna-se o elemento fundamental. Isso explica o porquê de como a sua construção se dá, “[...] sempre, nos leitos de rios e córregos, destruindo assim de forma irreversível estes cursos d’água” (JUSTIÇA GLOBAL, 2016, p. 7). O mapa 04, reproduzido abaixo, apresenta o percurso feito pela lama ao longo de toda a bacia hidrográfica do Rio Doce⁸⁰.

⁷⁹ Por exemplo: Plano de Ações Emergenciais da Samarco (PAE) – (JUSTIÇA GLOBAL, 2016).

⁸⁰ Foram “[...] 663 km nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até chegar à foz do último, onde adentrou pelo menos 80 km² ao mar” (MANSUR, et al., 2016, p. 32).

Imagem 6 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio Doce - caminho dos rejeitos



Fonte: (MENDES, 2017).

O mesmo acontece com os minerodutos onde o consumo de água também é extremamente alto⁸¹. Enquanto essa estrutura/padrão de produção se mantiver, as barragens vão continuar a ser o modo mais econômico de destino e depósito de rejeito, ocorrendo o risco permanente de rompimento e comprometendo todas as dinâmicas naturais e sociais dessas localidades que recebem os empreendimentos minerários.

As cidades ao longo do Rio Doce passaram por um caos hídrico,⁸² já que esse era a principal fonte de abastecimento para a grande maioria das cidades ribeirinhas. Para os atingidos de Mascarenhas (Baixo Guandu - ES), a água agora utilizada pertence ao Rio Guandu e chega em determinadas localidades via caminhão pipa que, de acordo com os entrevistados para esta pesquisa, não é de boa qualidade e não se sabe ao certo sobre o local da retirada. O local torna-se importante porque se trata de uma região que possui propriedades rurais que usam a água para o trato dos animais e para a irrigação – ponto problemático, pois há muitos relatos (dos entrevistados) de que o uso de agrotóxicos ocorre em demasiado, atingindo o curso d'água e o solo, causando contaminação.

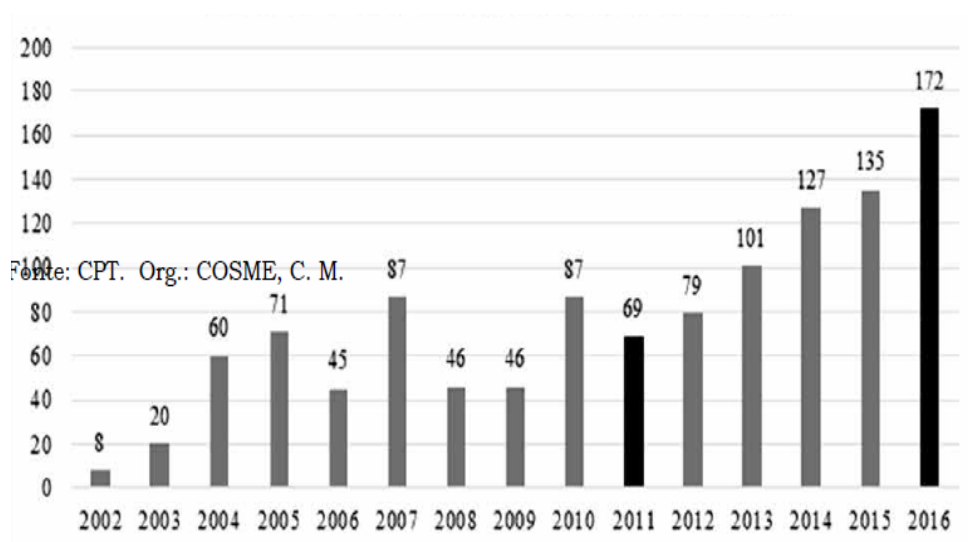
⁸¹No “[...] complexo da Samarco, três minerodutos transportam a polpa do ferro até as usinas de pelotização em Anchieta, no Espírito Santo. O meio condutor desta polpa é a água, e os minerodutos funcionam 24 horas [...] [e] consomem o total de 105,6 milhões de litros diários.” (JUSTIÇA GLOBAL, apud SAMARCO, 2016, p. 07).

⁸² Ver em: <<https://ferdinandesousa.wordpress.com/2017/08/23/os-problemas-de-abastecimento-de-agua-no-trecho-capixaba-do-rio-doce/>>. Acesso em: 23 de jan 2018.

É cada vez mais crescente o número de conflitos pelo uso comum da água. De acordo com o relatório de Conflitos no Campo da CPT (Comissão Pastoral da Terra), a partir de 2011, o número de conflitos e famílias envolvidas vem se elevando até o último levantamento de 2016, fechando a quantificação de 44.471 pessoas distribuídas em 1.153 conflitos pela água⁸³. Milhares de atingidos e impactados pelo uso indevido do capital sob os recursos naturais são indicativos das consequências de recentes ações de incentivo e de facilitação do Estado brasileiro no aumento da produção de *commodities* – principalmente sob influência da bancada ruralista no Congresso e Senado em ampliar os domínios do agronegócio –, e da crise econômica instaurada em 2008.

A Samarco também já vinha acumulando processos judiciais e denúncias junto ao Ministério Público por danos ambientais decorrentes, principalmente, da contaminação de cursos e fontes de abastecimento de água por vazamentos nos minerodutos, dos quais ela é responsável pela operacionalização. Isso se passou em Barra Longa⁸⁴ (MG – 2006), Anchieta (ES – 2008), Espera Feliz (MG – 2010) (MANSUR, *et. al.*, 2016), e também na comunidade quilombola de São Pedro de Cima⁸⁵ (zona rural de Divino MG – 2014).

Imagem 7 - Gráfico com o número de conflitos pela água 2002-2016 – Brasil



Fonte: CPT. Org.: COSME, C.M.

⁸³ Dado o somatório de todos os conflitos registrados entre 2002-2016.

⁸⁴ Município também diretamente atingido pela lama em 2015.

⁸⁵ Para mais informações, ver em: AQUINO, M.; GORETTI, G. R. Reconhecimento e participação social na comunidade de São Pedro de Cima (MG): um olhar da educação ambiental frente às problemáticas socioambientais. **Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA): “A questão agrária na contemporaneidade: dimensões dos conflitos pela apropriação da terra, da água e subsolo”**. Goiânia, 2015.

Este gráfico apenas comprova a afirmação que aponta para a necessidade extrativista [sem limites] do capital, que se sobressai às necessidades dos territórios locais que recebem esses megaempreendimentos. Na verdade, não importa o impacto decorrente da produção, desde que ela se mantenha e amplie seu potencial rentável, seu potencial de lucro e seja capaz de abastecer o mercado externo, na grande maioria. Para isso, ações da empresa estavam diretamente dependentes da “[...] elevação da produtividade (do capital, do trabalho e dos recursos naturais)” (MANSUR, *et. al.*, 2016, p. 24) no intuito de aumentar cada vez mais a extração, atrair investimentos e ampliar sua representatividade no cenário mercadológico mundial. É válido considerar que essa cobrança produtiva também recaia sobre os trabalhadores da empresa, em sua maioria terceirizados – impactados pela precarização das condições de trabalho e do descumprimento de leis trabalhistas⁸⁶ – pela Samarco.

Esse aumento constante anual dos conflitos pode ser aprofundado ainda mais com as ações do governo [ilegítimo] de Michel Temer e seus aliados. As recentes reformas nas leis⁸⁷ e supressões de direitos da população e do trabalhador, que só aprofundam os problemas, conflitos⁸⁸ e a distributividade desigual dos ônus da exploração mineral e da expansão das fronteiras agrícolas, leva a inferir que política e mineração andam lado a lado no processo exploratório. Além disso,

[...] a dependência local da IEM [⁸⁹] é reforçada por atitudes políticas pró-mineração nas escalas estadual e federal – o que pode ser compreendido, em alguma medida, através das práticas de financiamento de campanhas eleitorais por corporações mineradoras para os poderes Executivos e Legislativos (MANSUR, *et. al.*, 2016, p. 29).

⁸⁶ Há de ser lembrado aqui o processo da reforma da Previdência Social (leis trabalhistas), que só tende a piorar as condições de trabalho, legalizando a relação assimétrica (já existente, como colocado no texto), entre trabalho e capital.

⁸⁷ Reformas na educação: reforma do Ensino Médio, modificação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o sucateamento proposital das universidades públicas. [UERJ resiste!]; Reforma trabalhista (Lei nº 13.467 de 13/07/2017); PEC do fim do mundo ou PEC que limita o teto de gastos com saúde e educação (nº 241/55); “atualização” do Código de Mineração (MPs 789, 790 e 791); e a discussão recente sobre a retirada da Amazônia brasileira enquanto reserva natural (ver em: < <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/08/1912465-temer-extingue-reserva-na-amazonia-para-ampliar-exploracao-mineral.shtml>>.)

⁸⁸ Ver em: Folha de São Paulo <<http://m.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1921276-pautas-de-vies-conservador-avancam-na-gestao-de-michel-temer.shtml>>.

⁸⁹ Indústria Extrativa Mineral (IEM).

São cada vez mais explícitas as ligações entre as representações políticas e as empresas extrativistas⁹⁰ para assegurar a produtividade do setor. É importante lembrar que o atual governador do estado de Minas Gerais (PT) fez o pronunciamento sobre o rompimento de Fundão (dia 08/11/2015), na sede da empresa Samarco S.A., em Belo Horizonte⁹¹.

Durante a visita a campo em Mariana (MG – nov/2016), era possível ver cartazes espalhados pela cidade (no comércio, principalmente) que pediam a volta das atividades da empresa, com discursos perpassados de ódio e preconceituosos sobre os atingidos, dado o grau de dependência criada (desde a colonização) na economia local, sobre a mineração/exploração da terra. O território é marcado historicamente por retiradas (ou pelo extrativismo? Ouro, e agora de ferro), com poucos retornos positivos ao “desenvolvimento local”, mas gerando inúmeros impactos (cada vez maiores) ao meio socioambiental.

Fato este, que condicionou – historicamente –, toda uma “estrutura social” voltada a atender à lógica de apropriação da natureza enquanto recurso (valor), e não como parte fundamental para sua reprodução socioterritorial – cultura, tradições, memórias, saberes, conhecimentos, aprendizados, trocas, sentimento comunitário e na dinâmica do trabalho. Tudo isso impede uma unidade social sobre a percepção e possíveis medidas para a resolução do conflito e o próprio reconhecimento enquanto atingido/oprimido.

As condições cotidianas de vida e de trabalho destas populações, reproduzido socialmente nas comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária e povoados foram arruinados pela lama de rejeitos, comprometendo fontes locais de geração de renda e ameaçando a condições materiais e imateriais de permanência em seus territórios (MANSUR et al., 2016, p. 29).

A complexidade dos problemas oriundos dessa tragédia perpassa, principalmente, pelos aspectos sociais, ambientais, econômicos e territoriais, além de evidenciar o conflito direto entre os atingidos, a empresa e o Estado. Desde o início, a associação de duas grandes empresas retirava a responsabilidade operacional e das possíveis consequências jurídicas dos empreendimentos como a BHP Billiton, recaindo única e exclusiva-

⁹⁰ “Apenas o estado de Minas Gerais abriu mão de R\$ 135 bilhões nos últimos 20 anos, enquanto seu ex-governador se vê envolvido em investigações de corrupção que envolvem indicações políticas a empresas do setor e o atual defende abertamente os interesses das mesmas empresas em manobras políticas e legislativas e até ao se posicionar publicamente após o maior atentado socioambiental da história de seu estado, sob sua gestão. Detalhe: um é do PSDB, o outro do PT.” (AROEIRA, 2018, s.p.)

⁹¹ Ver em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Pimentel-da-coletiva-de-imprensa-na-sede-da-Samarco>>.

mente na Vale S.A.. Tal modelo de sociedade conhecida como “*non operated joint venture*” consiste na fusão de duas ou mais empresas em que só uma irá responder às questões relacionadas à operação. É válido ressaltar que as ações da Samarco estavam dissolvidas no mercado financeiro, o que evidencia toda uma rede de atores empresariais do ramo da mineração envolvidos “indiretamente” no caso (MANSUR, et al., 2016).

As cidades que dependem do Rio Doce (ver mapa 05 abaixo), viram-se no caos do abastecimento de água. Principalmente as localidades mais afastadas, nas quais os pequenos produtores rurais e pescadores ficaram sem quaisquer alternativas para manutenção de suas atividades de trabalho, a população permaneceu à mercê da tragédia instaurada, já que toda a água utilizada para os animais e irrigação se tornou imprópria para o consumo. Enfim, o rio já estava contaminado e, com ele, todo um território subjetivo de relações socioambientais foi diluído pela lama. Desse modo, não havia mais elos entre os sujeitos e o rio.

Imagem 8 - Mapa do percurso da lama da Samarco de Bento Rodrigues (Mariana – MG) a Linhares (ES)



Fonte: (SOUZA, 2017).

Além disso, o rastro destrutivo da tragédia está diretamente associado à situação de racismo ambiental em relação às populações negras que também compartilham, juntamente com as comunidades ribeirinhas e tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores), um extenso e problemático processo de injustiça, opressão, expulsão e negação

(cultural) pelo capital (e pelo Estado). Esses grupos, frequentemente colocados em situação de subalternidade no âmbito político, econômico e social, sofrem as consequências ao terem suas relações sociais e territoriais quebradas por empreendimentos e seus impactos decorrentes da exploração. Estas são questões graves de desrespeito e violação de direitos humanos (MANSUR, et al., 2016).

Esse fato demonstra explicitamente que as injustiças socioambientais recaem, de forma mais adensada, em cima daqueles que veem o ambiente não só como recurso, como as comunidades tradicionais ao longo do Rio Doce, mas como premissa para sua existência – enquanto grupos sociais ligados, principalmente, pelo viés cultural –, para a resistência – ao permanecerem no espaço constantemente ameaçado pelos interesses mercadológicos e produtivos – e de subsistência.

Essa questão do uso territorial pelos grupos sociais, de acordo com Little, está intimamente ligada a “contingências históricas”. Nesse sentido, as “[...] condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos [...]” (LITTLE, 2004, p. 253-254). Basicamente, isso diz respeito à forma como esses sujeitos imprimem, em seus espaços de relação coletiva, questões que são capazes de transformar o território para as suas necessidades. Tais questões muitas vezes são específicas e mantêm a existência ou resistência desse grupo. Decerto, tais diversidades de concepções ocasionam também uma diversidade de abordagens e transformações territoriais por parte desses sujeitos, que se organizam de forma plural e vão intervir no território da mesma maneira como são concebidos.

Como exemplo, comunidades indígenas e a sociedade urbanizada diferem drasticamente quanto à intervenção social no território. Enquanto os indígenas buscam alternativas para a resistência cultural junto ao seu território e ao meio ambiente, a parcela urbana absorve facilmente a lógica do espaço voltado para o capital. Em outros termos, vê-se a cidade inserida na dinâmica do desenvolvimento, do avanço social, do progresso pela transformação/planejamento do território para a construção de uma sociedade de consumo, trabalho alienado, tecnológica e afins. Percebe-se, então, como a múltipla abordagem do território pode ser complexa e, por vezes, esbarra em situações de conflito quando esses grupos convivem, ou estão interferindo (no sentido de apropriação) no mesmo território.

A própria lógica hegemônica mundial impede que esses territórios alternativos se mantenham autonomamente e coloca a necessidade de algo a ser superado (LITTLE, 2004). Se há resistência socioterritorial, o capital encontra dificuldades de ampliar

seus domínios e de exercer influência e interferência direta naquele espaço. Assim como a natureza⁹², a sociedade também é encarada como um desafio e como algo a ser dominado, principalmente, quando há resistências por partes dos grupos afetados, no caso desta pesquisa, pelos atingidos pela tragédia do Rio Doce.

Sendo assim, torna-se nítido que o processo conflituoso é desencadeado a partir desses jogos de interesses sobre a apropriação e uso do território, recursos físicos e humanos pela sociedade, capital e Estado. Além disso, o conflito explicita que há uma exposição desigual de uma parcela [significativa] da população aos impactos, riscos e ônus do desenvolvimento pregado pela economia neoliberal. Tal embate desencadeia uma quebra da relação ser humano-natureza, que retira a capacidade desses indivíduos de se reconhecerem enquanto parte essencial do meio ambiente e, por consequência, acaba por dificultar uma mobilização em prol da possível resolução e superação desse conflito. Se não há um reconhecimento da sua situação de oprimido, não haverá uma real mobilização contrária (LOUREIRO, 2004).

Fotografia 1 – Prédio parcial da escola de Bento Rodrigues (Mariana – MG)



Fonte: (AQUINO, 2016).

⁹² Como exemplo, não é à toa que o desenvolvimento de novas tecnologias também surge com o propósito de ampliação do capital para de superar barreiras e limites naturais (físicas) que fazem parte do ambiente.

Fotografia 2 – Segundo andar da Escola Municipal de Paracatu de Baixo (Mariana – MG)



Fonte: (AQUINO, 2016).

Ambas as fotografias – 01 e 02 – mostram, respectivamente, as escolas do município em Bento Rodrigues e em Paracatu de Baixo. Espaços que, por direito, eram ocupados por toda a comunidade escolar. Hoje – mais de dois anos depois – estão invadidos pelos rejeitos desde novembro de 2015. A violência socioambiental impressa desde então, não só nos distritos como em todo o território ao longo da bacia Rio Doce, acarretou na destruição de todo um ambiente⁹³, transformando esses espaços tanto em sua forma física/material quanto cultural, destituídos de sentidos depois da quebra das relações sociais e naturais ali imbricadas. Por isso, houve o fim das trocas e aprendizados que eram adquiridos de forma comunitária. Não é possível quantificar essas perdas para a sociedade, visto que são imensuráveis.

Em Paracatu de Baixo, a escola teve o primeiro andar tomado pelo material de rejeito, tornando difícil a respiração devido à pouca circulação de ar no interior do prédio e pelo cheiro forte e terroso, sempre presente em todo o percurso. No segundo piso, depositado somente no chão, permitiu visualizar os (resistentes) registros dos traba-

⁹³ Perspectiva integradora entre ser humano e natureza reunidos pelo viés do ambiente como um todo.

lhos dos alunos pregados nos murais, materiais didáticos espalhados e a mobília que caracterizam a antiga funcionalidade daquele espaço. Hoje, esses espaços contam com algumas intervenções dos (também resistentes) grupos de atingidos após o rompimento – fotografia 03 –, como forma de manifestar a indignação diante de toda opressão socioambiental que continua acontecendo desde então.

Fotografia 3 – Paredes do segundo andar da escola de Paracatu de Baixo (Mariana - MG)



Fonte: (AQUINO, 2016).

Em Bento Rodrigues, a escola conta apenas com a estrutura parcial do prédio anterior por conta da alta velocidade adquirida pelo rejeito após o rompimento. O mesmo aconteceu com as construções que se localizam na porção mais próxima à margem do Rio do Carmo. Outras, simplesmente deixaram de existir no fatídico momento. Já a parte posicionada topograficamente acima do percurso da lama, no mesmo distrito – onde as construções não tiveram qualquer dano físico aparente⁹⁴ – tiveram janelas, portas, telhas, estruturas metálicas “saqueados⁹⁵”, segundo a empresa Samarco, que monitora (24 horas) as duas únicas entradas de acesso à localidade. São itens pesados e difíceis de passar despercebido pelos vigilantes das guaritas. No entanto, esta foi uma estratégia final da empresa responsável pelo desastre para retirar qualquer subjetividade e materialidade que

⁹⁴ A presença da lama, por exemplo.

⁹⁵ Informações fornecidas pelos atingidos que tive contato de Bento Rodrigues e visualizado no campo no dia 05/05/2016.

resistia ali. Uma boa estratégia para evitar a reocupação, o que causaria impedimentos aos interesses que a empresa tem para localidade: o “Dique S4”.

Sua construção tem como intuito inundar o distrito com rejeito do Complexo Minerário de Germano (Mariana – MG), ignorando e desqualificando toda a mobilização social em prol da existência (e/ou resistência) de Bento, além de renegar o processo de reconhecimento da localidade como Patrimônio Histórico, que conta com a capela de São Bento datada do século XVIII da qual, após o rompimento, restou somente o altar. A fotografia 04 foi feita no dia 05/11/2016 – data em que foi embargada a obra de construção do “Dique S4”⁹⁶ de responsabilidade da Samarco –, localizada a jusante de Bento Rodrigues.

Fotografia 4 - Vista sobre o vale do Rio Gualaxo Bento Rodrigues (Mariana - MG) - Dique S4 e Igreja São Bento



Fonte: (AQUINO, 2016).

Com o Dique S4 – uma nova barragem para os rejeitos a jusante do distrito no Rio Gualaxo do Norte –, a empresa pretende submergir de lama o que restou de Bento

⁹⁶Para ver a notícia sobre o embargo da obra pelo Ministério Público de Minas Gerais: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/construcao-de-dique-pela-samarco-em-areatomba-da-causa-polemica-com-moradores>>. Acesso em: 19 de junho de 2017, às 11:17.

Para ver a versão da empresa sobre a obra: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/11/19-10-2016-Dique-S4-completa-o-sistema-principal-de-contencao-de-rejeitos.pdf>>. Acesso em: 19 de jun 2017.

Rodrigues, apagando qualquer vestígio da presença e ocupação social historicamente ocorridas ali, retirando, com isso, até o direito à memória dessas pessoas. Vivenciar esse silêncio vindo das ausências só foi possível porque não havia movimentação das obras, paralisadas no dia da visita. Mas, ainda assim, a empresa se mostrava presente. As entradas e saídas do distrito eram controladas; do alto, éramos observados por um grupo; nas ruas, carros passavam lentos; as casas que não foram atingidas (como já mencionado) contam apenas com a estrutura básica dos tijolos; Bento ainda existe, mas até quando a empresa vai permitir?

Ao escrever esse trecho, é imediata a recordação do cheiro e do silêncio⁹⁷, que diz que nem mulher/homem e natureza habitam mais aquele território. Nunca houve tamanha proximidade com a materialização do real (visível; palpável) potencial destrutivo do capital. Dessa experiência, viu-se a necessidade de inserção nesta problemática, visando inicialmente compreender como os sujeitos estão organizados para contrapor a opressão socioambiental, territorial, política e econômica infringida a eles – pela empresa e pelo Estado – e de como se dá esse processo formativo para as lutas sociais.

Não é o objetivo do trabalho adentrar nessa dinâmica “específica” do conflito desencadeado, mas parte-se dessa realidade posta (imposta), após o rompimento, para compreender como se deu a organização dos sujeitos locais a partir de uma reação à opressão ambiental que passou a ser existente, ou foi aprofundada desde então. Cabe, ainda, apontar para a relação e as ações dos sujeitos no processo de mobilização, na busca pela resolução de suas pautas internas (locais) e pautas externas (que emergem do contato com outros coletivos de atingidos que dialogam sobre as mesmas questões). Quais as práticas e aprendizados necessários para que os sujeitos (oprimidos) reconheçam suas condições enquanto atingidos?

Esses pontos listados influenciaram diretamente na construção da pesquisa, para pensar os movimentos sociais ligados à questão socioambiental diante da opressão (interminável) das grandes empresas extrativistas. Compreende-se essa participação como uma possibilidade de os sujeitos proporem novas perspectivas diferenciadas para superarem a realidade experimentada em seus espaços de vivência e de interação.

A consciência e a luta se fundem em um processo, ao passo que os sujeitos se reconhecem enquanto grupo (atingido, no caso), compreendendo a dinâmica assimétrica das realidades vivenciadas por eles como reflexo de uma conjuntura econômica ampla e

⁹⁷ Nenhuma obra pela empresa Samarco estava sendo feita naquele momento.

de escala global da produção e do mercado capitalista. A partir dessa conjuntura de integração ilimitada, emergem as resistências socioambientais diante da realidade (imposta) que se vê emergir as lutas populares contrárias às interferências, modificações e impactos do capital e do Estado nos territórios.

Tal ação de opressão torna-se um desafio quando os movimentos sociais se encontram fragmentados ou fragilizados, tanto politicamente quanto nas suas práxis. Por isso, ressalta-se a importância da construção de uma rede de solidariedade comunitária entre aqueles que se encontram excluídos e atingidos pelas ações verticais da sociedade burguesa capitalista. O sentido comunitário de ajuda e construção mútua/coletiva sobre uma questão socioambiental, que afeta coletivamente os moradores das localidades ao longo do Rio Doce, se faz necessário através do exercício do diálogo crítico entre esses sujeitos de identificar novas fontes e formas possíveis de mobilização e de transformação da sua atual condição social.

Essa condição de opressão ambiental fez com que os atingidos se organizassem para participar, de forma plena, das esferas de decisões políticas, daquilo que tange à problemática socioambiental pós-rompimento da barragem; com o intuito de integrar as demandas coletivas comuns em toda a bacia, mas sempre na tentativa de reconhecer e respeitar as particularidades de cada realidade social. Os fatores cultural, tradicional (elo simbólico) e das múltiplas quebras das relações de trabalho relacionadas ao rio – pescadores e produtores rurais, por exemplo –, foram recentemente discutidos com vistas ao retorno das atividades de agricultura e pecuária nas regiões mais afetadas pela lama, próximo a Mariana (MG). Já a atividade pesqueira se mantém sem retorno, dado o risco de contaminação, tanto pelo contato com a água quanto pelo consumo do peixe⁹⁸. Questiona-se: até que ponto a atividade rural está realmente segura para voltar ou apresentar-se como uma saída prática para a empresa (e Estado) a fim de facilitar as negociações locais, evitando mais indenizações (de maior valor) pelos danos permanentes às atividades familiares exercidas (historicamente) na região?

Para esse enfrentamento social, o Rio Doce conta com a participação direta de vários movimentos sociais que visam à indenização por todo o dano ocasionado pela lama.

⁹⁸ Nos relatos dos entrevistados para a pesquisa, na região dos atingidos de Mascarenhas e Maria Ortiz costumavam pescar: dourado, tilápia, biru, robalo, cascudo, lagosta, mandiaçu, pintado, traíra e outros.

3.1 A relação trabalho e educação na Bacia do Rio Doce: O que emerge desse território atingido?

O ser humano desenvolveu a capacidade de transformar tudo aquilo que seja necessário para atender às suas necessidades. O trabalho se manifesta em tudo que é essencial para a reprodução social no território, na condição de modificar, criar, pensar... ou seja, o que constitui, faz parte e é particular ao ser humano. Mas acima de tudo, “[...] é um processo que participam o homem e a natureza” (MARX, 1998, p. 211).

Torna-se, então, fundamental para a nossa existência a transformação dos recursos provenientes da natureza, sendo o principal objeto de interesse da ação humana para/pela a sobrevivência. O trabalho é a expressão da estrutura social e traduz – de maneira diferenciada para cada grupo –, as especificidades (cultura, por exemplo) locais e territoriais, tanto na forma dos sujeitos (se) enxergarem, no ambiente, a sua base para a realização social, como no plano subjetivo e objetivo das necessidades humanas.

Somos os únicos seres capazes de antever ou construir um pensamento capaz de transformar algo em real, material e concreto. Algo que seja produto oriundo da construção mental que perpassa, intimamente, pela forma como os sujeitos vão construir ou adquirir ferramentas (aprendizados através do contato com os outros, nas relações, experiências de trabalhos passados, conhecimentos... ou seja, os “[...] modos de trabalho”) que dão suporte à realização de determinada atividade (MARX, 1998). Como resume Ianni (1988, p. 47), “[...] em essência, o homem é trabalho”. Isto é o que o constitui como ser social e histórico na constante transformação e/ou manutenção de seu território pelo trabalho.

Nesse sentido, o trabalho, portanto, se modificou para os moldes capitalistas, e passou a operar a lógica em que o

[...] processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, [está] subordinada a um determinado fim, no objeto sobre o que atua o meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança da forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou (MARX, 1998, p. 214).

Sendo assim, na sociedade capitalista, o trabalho – juntamente com a capacidade intelectual do homem para a sua realização – foi apropriado pela lógica do valor de

uso, tornando-se objeto de troca⁹⁹ na relação produtiva do capital. Essa apropriação afasta (cada vez mais) o trabalhador do seu trabalho (nas relações mais primitivas), que vê no fim de sua ação um produto que não necessariamente atenderá às suas necessidades particulares, mas sim ao mercado. O trabalho torna-se, então, uma ação alienada e mecanizada do trabalhador.

No capitalismo mundializado, os trabalhadores devem cumprir, ou “bater” metas impostas, tendo em vista a otimização da produção e visibilidade dos serviços prestados. Essa é uma das formas atuais de mistificação do trabalho e da exploração. Alves (2014) a denomina como disputa pelo intangível, com o desenvolvimento de estratégias gerenciais capazes de captar a subjetividade do trabalho vivo. Tal perspectiva envolve valores fetichizados, anseios e necessidades utópicas que o autor denomina de “inovações sociometabólicas”, as quais ultrapassam o espaço da produção e alcançam o âmbito da reprodução social.

Alves (2014), ao analisar o toyotismo como uma estratégia gerencial do capital contemporâneo, compreende que o sociometabolismo do capital é configurado por artifícios de subjetividades que formam as individualidades de classe. O ser social, burguês, é produto, física e mentalmente, do fetichismo da mercadoria.

Na verdade, a subjetividade humana, imersa no metabolismo social do capital, é uma “subjetividade em desefetivação”, estressada pelas teias da manipulação social. Essa condição histórica da práxis social em sociedades do fetichismo da mercadoria, coloca imensos desafios à “negação da negação”. O fetichismo da mercadoria e a plethora de fetichismos sociais que se constituem a partir dele colocam constrangimentos cruciais à produção da subjetividade humana nas sociedades mercantis complexas (ALVES, 2014, p. 69).

Em outras palavras, para que o capital seja produzido, é necessário que haja também a produção da negação da subjetividade humana. Marx (2013), ao construir dialeticamente a categoria mercadoria, reconhece que o capital, ao comprar a força de trabalho humana, faz com que trabalhadores coloquem a seu serviço braços, pernas e cérebro.

⁹⁹ No sentido monetário da sociedade burguesa. Entendendo que as relações de trabalho também se davam a partir das trocas dentro da economia de diversas sociedades, caracterizadas pela “[...] cooperação, uma divisão do trabalho desenvolvida, etc., sem que exista qualquer forma de moeda: o Peru, por exemplo.” Como aponta Marx (1983, p. 220), sobre civilizações pautadas em trabalhos comunitários, que visavam atender as demandas e necessidades da própria comunidade/grupo social. Sem possuir quantificação/valoração do trabalho executado.

Adquire, pois, controle total sobre a existência dos trabalhadores, ou ainda, o que o pensador compreende como subsunção real do trabalho ao capital.

A partir desse momento, inúmeras relações são modificadas, entre elas: o afastamento entre a sociedade e a natureza e, automaticamente, do espaço de vivência. Primeiramente, os sujeitos deixam de enxergar na natureza o seu ponto de partida para existência e sobrevivência de seus modos de vida, ou seja, que dela provém os processos necessários para a vida material. Há uma desnaturalização do trabalho, dando espaço a uma concepção meramente produtiva e reprodutiva, além de um segundo ponto com o espaço, que também passa a ser inserido na dinâmica capitalista através da propriedade privada. Nesse sentido, a terra passa a ter valor, e pertence a quem tem condição de comprar (valor de uso e valor de troca).

No mundo burguês, as condições de criação material e espiritual estão determinadas pela propriedade. O princípio da propriedade privada está presente nas mais diversas relações sociais, [...]. Ocorre que, sob as condições burguesas de vida, os produtos do trabalho tanto se objetivam como se alienam no mesmo processo. São apropriados pelo outro. O proprietário da força de trabalho seja ele operário ou intelectual, camponês ou artista, vende sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção, do capital. O produto do trabalho e [...] A apropriação privada do produto material e espiritual do trabalho implica em condições, ou determinações, da produção, criação ou invenção. A rigor, são os próprios sentidos físicos e espirituais do homem que se acham determinados pela propriedade privada (IANNI, 1988, p. 49).

Ao mesmo tempo em que o ser humano continua se realizando através da execução do trabalho, agora ocorre a dependência direta dos sujeitos através da venda da força de trabalho ao capital. A capacidade física e mental do ser humano pertence a quem compra essa força de trabalho – aquele dará e fornecerá as condições (monetárias e materiais, no caso dos meios de produção) de sobrevivência ao trabalhador no capitalismo. O trabalho existe, mas voltado a atender à lógica produtiva: o trabalho valorado, quantificado, massificado e alienado.

Por sua vez, o espaço pautado no ideário da propriedade provoca significativas mudanças na territorialidade das relações socioambientais e culturais. Os jogos de poder (dentro dessas relações) se intensificam à medida que a necessidade expansionista do capital exige sempre novos territórios, provocando transformações antagônicas às almejadas pelos grupos sociais que ali existem (resistem). O resultado é o aprofundamento desses conflitos territoriais entre sociedade, natureza e capital.

Nesse sentido, o trabalho visto sob a forma homogeneizante do capital ameaça historicamente e cotidianamente diversos territórios que resistem a essa dinâmica produtiva. São exemplos as comunidades tradicionais, agro-familiares e ribeirinhos que se veem imersos (e, eventualmente, submersos) em uma lógica que destrói as especificidades e particularidades desses grupos.

Desse modo, o trabalho se torna, portanto, a materialização mental do homem sustentada a partir da ação-transformação e tem como premissa a participação direta da e/ou com a natureza. O que poderia ocorrer, por exemplo, em comunidades que estabelecem uma outra lógica com o território, como as citadas acima?

Trazendo para uma análise sobre impacto desses processos do capital globalizado nas instâncias locais, e pensando pelo lado expropriativo – abordado no primeiro item da discussão teórica, que transforma, muitas vezes de forma permanente natureza e sociedades – como é possível compreender novas formas de “expropriação do trabalho” ocorridas em duas comunidades no Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão (Mariana - MG)? De que forma a ausência do rio, nas relações de trabalho ali estabelecidas, foram impactadas pela lama? E o meio ambiente em torno deste processo?

Intimamente ligados ao Rio Doce, alguns destes ribeirinhos e pescadores dos distritos de Mascarenhas¹⁰⁰ (Baixo Guandu - ES) e Maria Ortiz (Colatina - ES), que participaram desta pesquisa, integraram a compreensão da realidade infringida na região desde a chegada da lama, que culminou no atual conflito socioambiental. Todos os entrevistados fazem parte direta ou indiretamente do MAB.

Foi durante a visita à casa de Rosa¹⁰¹, em Mascarenhas (jun/2017) que, em meio a seus afazeres domésticos, gentilmente se abriu para participar da pesquisa naquele momento. Ajudou a compreender como a relação orgânica com rio foi totalmente destruída e com ela todo um modo de subsistência (auto-subsistência) através da pesca, que durante gerações fez parte do trabalho desses atingidos. São aprendizados, conhecimentos e tradições que vêm se perdendo pouco a pouco desde o rompimento.

O modo de vida dos moradores, desde então, mudou radicalmente. Principalmente no que diz respeito à autonomia do trabalho e à relação íntima dos sujeitos com o ambiente. A pesca tradicional familiar sempre fez parte das duas comunidades. Todavia,

¹⁰⁰ Basicamente todos da comunidade pescavam. Uns como forma de trabalho/sustento, outros para alimentação e eventuais vendas (temporários ou em épocas boas para pesca). À jusante da comunidade também há muitos pequenos produtores rurais (BERTA/ ENTREVISTADA).

¹⁰¹ Nome fictício.

hoje não pode existir mais o que antes as comunidades conheciam como a base das suas existências e reprodução social – da vida material e espiritual –, com o ambiente (o rio) que se tornou uma ameaça. Como conviver com essa nova realidade? Como se mantém relações ou se constroem novas?

Ver ali, na casa de Rosa, os objetos antes usados na pesca (balança, freezer) e o lamento na sua fala pelo fim de seu sustento, que agora provém do cartão auxílio fornecido pela empresa Samarco, é caótico. Na casa, somente ela recebe. O marido, pescador, não. O lazer com a família, a diversão, alimentação e trabalho acabou repentinamente junto com o rio.

[...] era meu passeio durante a tarde, caminhava, sentava ficava olhando a água descer... agora para mim não existe nada ali. Existe um esqueleto. Ummm... Sabe? Que foi e não vai voltar mais? [pausa] Ai, quando cai a ficha, dá revolta, dá tudo. Você não tem o que deixar pros seus filhos, pros seus netos... que era nosso, sabe? A gente não precisava pagar pelo que a gente tinha, era de graça, saudável. E agora virou isso alí ó [aponta com a cabeça em direção ao rio], que ninguém sabe o que é, não sabe o que tem ali... só veneno, só veneno (ROSA).

[...] Ah numa tristeza só né, você não tem mais liberdade de entrar nessa água porque você não sabe se ela pode tá contaminada. Pode tá não, ela tá contaminada, se você entrar pode contrair uma doença né. Você tinha uma vida que você saia daqui e ia lá, pescar, agora você não tem mais nada. Você entrava e ah... Vou tomar um banho e agora você não entra mais. Tudo foi... (Sr. EMILIANO).

[...] Você não sabe como é você nascer com uma coisa e depois você saber que perdeu e não vai ter mais. Ai eles ficam falando que vão pagar... Não, não vai pagar. Eles iam pagar assim, se tivesse um jeito de tirar toda essa porcaria que eles puseram, todinha, limpar tudo e deixar vir água limpa. Né? Pra ter vida de novo... (ROSA).

Perder essa relação material e simbólica com o rio representa aos atingidos de que maneira perde-se todo um laço territorial que é simplesmente apagado pela ação (sem limites) do mercado, pela produção das *commodities*, com demandas cada vez maiores por recursos naturais.

Nesse ponto, identificamos que ocorre uma quebra das relações de trabalho a partir do momento em que a natureza deixa de fazer parte do processo de construção material do homem/mulher. Desse modo, tal situação destitui dos sujeitos o seu potencial de apropriação social do território e há uma ruptura brusca de parte de sua vivência na

qual laços históricos, ali construídos, não existem mais. Nesse sentido, os sujeitos são totalmente destituídos de qualquer contato com aquele ambiente.

Conforme já pontuado por Marx (1998), o trabalho só existe quando há a participação da natureza no processo/capacidade de transformação do ser humano. Com a quebra dessa relação socioambiental, ocorre uma reação em cadeia com as demais quebras das relações humanas estabelecidas dentro da estrutura social, isto é, com o território, cultura/tradições, vivências (aprendizados/conhecimentos/saberes locais e particulares), etc.

Com isso, desde o rompimento, uma série de impactos recaíram e continuam a recair sobre a bacia. Em debate no campo do trabalho, a perda do rio significou a retirada – por completo – da autonomia exercida pelos pescadores nas suas práticas laborais. Havia ali uma estrutura social intimamente ligada à terra e à água, que hoje se encontra condicionada a se manter economicamente (basicamente) com o valor do auxílio (R\$ 1.300,00) pago mensalmente pela empresa. Há muitos casos de depressão relacionados à perda do rio, seu modo de vida e também do trabalho – que, além de garantia financeira, fazia parte de sua identidade comunitária e cultural com a terra/água.

[...] Saia a família inteira de manhã para trabalhar, hoje não sai ninguém... a mulher permanece em casa e o marido no buteco, porque não tem para onde ir, não tem o que fazer... (BERTA).

Nesse caso, vê-se emergir cada vez mais a participação de forma efetiva das mulheres no movimento, que denota a necessidade de assumir essa centralidade no debate visando a construção de sua autonomia feminina no contexto pós-rompimento. Na maioria dos casos, elas possuem maior dificuldade para conseguir o cartão auxílio por não estarem configuradas na dinâmica de trabalho afetado, pois muitas trabalhavam em casa de forma indireta com a pesca (auxiliando no que for necessário a família/marido, na pesca para a subsistência ou na manutenção do material utilizado) e não de forma direta. Segundo relatos, os homens são mais acomodados do que as mulheres diante da situação enfrentada no conflito.

De forma intencional, a empresa cadastrou todos aqueles que foram atingidos pela lama para o recebimento do auxílio, mas nem todos são selecionados para receber. Deve-se cumprir alguns requisitos como: ser morador das localidades antes do rompimento e ter relações de subsistência com o rio. Mas há pessoas, dentro de uma mesma comunidade/família, que recebem (como Rosa) e outras não (seu marido).

[...] Tem que pensar que tem os pequenos agricultores aqui, pequenos comerciantes, tem as pessoas que ajudavam na pesca, fazer uma rede que vendia os equipamentos... Tem outros trabalhos, tem toda uma cadeia. (...) tem muito mais gente que tem direito [se referindo aqueles que não recebem o auxílio] e a gente vai lutar para que todo mundo tenha direito de ser reconhecido (ERNESTO).

Ao pensar em uma mesma localidade, onde normalmente encontramos relações comunitárias (cultura, tradições) e de proximidade (parentesco) entre os atingidos (antes mesmo de se tornarem atingidos, em alguns casos), essa interferência pelo viés econômico torna-se uma moeda de troca. O impacto disso está na possível quebra da unidade social dentro da própria comunidade¹⁰², ou seja, uma tentativa de desarticulação dos movimentos pró-atingidos.

[...] Nas primeiras semanas a gente ficou assim... sem saber o que ia fazer porque, por aqui ser uma comunidade pequena e a economia gira em torno da pesca né? Ficou mesmo um alvoroço muito grande. Aqui dentro da comunidade são 800 pessoas e só 22 tinham cadastro na capitania como pescador profissional (BERTA).

Para os que não receberam o pagamento, a maior dificuldade tem sido a comprovação, pela forma legal, da profissão de pescador – muitas vezes à margem de qualquer relação de trabalho como a que conhecemos pela lei, na forma regulamentada – com carteira assinada, participação com INSS, tempo diário, férias, etc.

Nesse sentido, há uma estrutura que comporta e se adapta aos momentos que da própria natureza provém. A época da pesca, por exemplo, varia ao longo do ano, assim como a localização de espécies que se distribuem ao longo do rio. Seu viés tradicional contemplava uma outra organização trabalhista. Hoje, tem-se a incorporação desses sujeitos na dinâmica (já conhecida) da sociedade urbano-industrial, que implica na inserção de uma lógica que os afastam cada vez mais do ambiente e que os condicionam a encarar uma outra estrutura social – muito diferente da qual viviam antes do rompimento.

Essa readaptação demanda tempo e organização por parte dos atingidos. Há uma nova conjuntura política, ambiental e econômica que exige muitas frentes de resistência diante das ações da Samarco por toda bacia. O MAB, por exemplo, chegou ao ES dias antes da chegada da lama em novembro de 2015. Nesses mais de dois anos, vem integrando, junto aos atingidos em todo Rio Doce, a construção de uma nova consciência

¹⁰² Há relatos de pessoas que não residiam em Mascarenhas antes do rompimento e hoje fazem parte do grupo beneficiado pelo auxílio.

de luta e de reconhecimento de sua condição junto ao movimento social; o que exigiu um esforço social enorme para buscarem uma nova maneira de se organizar nos seus territórios diante do conflito.

Nesse momento, aponta-se para a necessidade de buscar novas formas de fortalecimento e enfrentamento, através da formação crítica e política dos sujeitos atingidos que, até então, não havia ali. Buscou-se promover um novo aprendizado que dialogasse diretamente com a realidade enfrentada desde o rompimento, produzida pelos próprios atingidos para os atingidos.

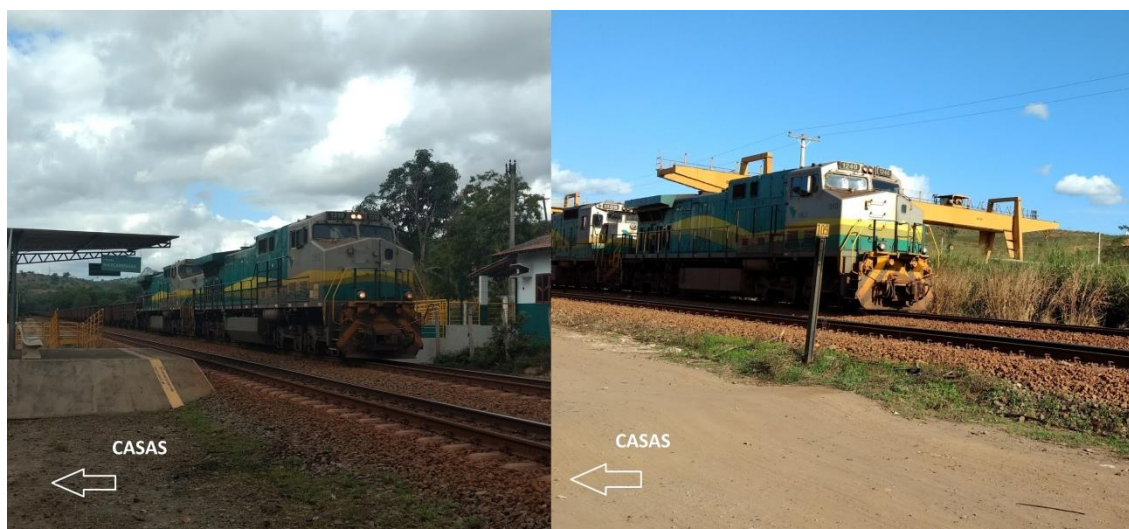
Para essa compreensão, parte-se do pressuposto de que todos os moradores entrevistados só tomaram consciência da sua condição enquanto atingidos socioambientais após o rompimento – concomitante à chegada do MAB no ES. A partir desse suporte, desenvolveram-se práticas de base educativa junto aos moradores para levar informação (por meio de mídia alternativa) e esclarecimentos sobre o ocorrido, criando – por esse viés popular – uma alternativa de compreensão crítica e de resistência às opressões infringidas pela empresa (representada pela Fundação RENOVA¹⁰³) durante o processo de negociação¹⁰⁴.

É válido ressaltar que Mascarenhas e Maria Ortiz possuem empreendimentos de grande porte nas suas localidades que datam de antes chegada da lama. Ambas são cortadas pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), com os trens (a cada 15 minutos, aproximadamente, no transporte do minério (da Vale), no deslocamento de mercadorias do porto de Tubarão (Vitória - ES) para o interior/litoral e como trem de passageiros (em horários mais específicos). Na fotografia 05, a única rua (de terra batida no canto inferior esquerdo da foto à direita) que dá acesso à Maria Ortiz não possui um metro de distância da ferrovia.

¹⁰³ “A Fundação Renova nasceu após a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre *Samarco*, com o apoio de suas acionistas, *Vale e BHP Billiton*, e o *Governo Federal*, os *Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo*, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH).” Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>>. Acesso: 16 fev 2018.

¹⁰⁴ Como explicita Freire (2016, p. 48), “As massas passam a exigir voz e voto no processo político da sociedade. [...] Começam a exigir e a criar problemas para as elites. [...] As massas querem participar mais na sociedade. As elites acham isso um absurdo e criam instituições de assistência social para domesticá-las. Não prestam serviço, atuam paternalisticamente, o que é uma forma de colonialismo.”. Seria esse o intuito da criação da RENOVA?

Fotografia 5- EFVM em Mascarenhas (à esquerda) e Maria Ortiz (à direita)



Fonte: (AQUINO, 2017).

Mascarenhas, que possui aproximadamente 400 famílias, abriga também a maior hidrelétrica do Estado do Espírito Santo (fotografia 06), a UHE Mascarenhas, que se localiza à montante do distrito, no Rio Doce. Construída durante o regime militar, em 1972, inicia-se como uma obra/empresa pública, mas atualmente está sob concessão até 2025 para a EDP Energias do Brasil (Portugal) e possui capacidade de 180 MW¹⁰⁵. O tamanho, particularmente, impressiona quando se compara com o tamanho do pequeno distrito. No período de sua construção, não houve qualquer processo de estudo prévio de impactos. A barragem realiza a transposição manual das espécies de 6 em 6 meses e no período da piracema (desova)¹⁰⁶. Por conta disso, ocorre muita concentração de diversas espécies de peixes e crustáceos na parte abaixo da barragem. Local conhecido pela comunidade como “pedra santa¹⁰⁷” que, em determinadas épocas, vira ponto de pesca para os moradores locais, mesmo sendo proibido frequentar o espaço. Nessa localidade participaram Berta e Rosa.

Em conversa com a pescadora Berta – que mora na localidade desde que nasceu e viu o pai trabalhar nas obras de construção da barragem –, nunca ouviu falar em

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://portugal.edp.com/en/news/energias-do-brasil-conclui-ampliacao-da-central-de-mascarenhas-0>>.

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://www.canalenergia.com.br/noticias/53050435/edp-inicia-transposicao-manual-de-peixes-na-usina-de-mascarenhas>>

¹⁰⁷ Um afloramento rocha no rio, compreendida dentro da área de segurança da barragem, local proibido para a pesca, nado e afins - desde antes do rompimento de Fundão -, dado ao risco de segurança aos moradores.

qualquer ação reparadora aos danos socioambientais e de qualquer processo educativo que tenha partido do Estado e agora da EDP, desde o início de sua operacionalização. Em 1979, após um intenso período de chuvas, Mascarenhas foi atingida pela água do Rio Doce que levou parte das casas que davam de fundos para o rio. As famílias nunca foram indenizadas.

[...] Com quatro anos de idade eu via o rio levando a minha casa, eu nunca esqueci essa imagem, quando desceu meu quarto eu quase morri de tanto chorar! As famílias que ficaram desabrigadas ficaram dentro daquele barracão, cercou de pano para ficar ali até para ver onde ia e o que ia fazer. Até então, era colocado na cabeça da gente que era obra da natureza né... A natureza levou a casa da gente, a gente não sabia que isso aí [aponta para a barragem] iria atingir a gente e que tínhamos direito (BERTA).

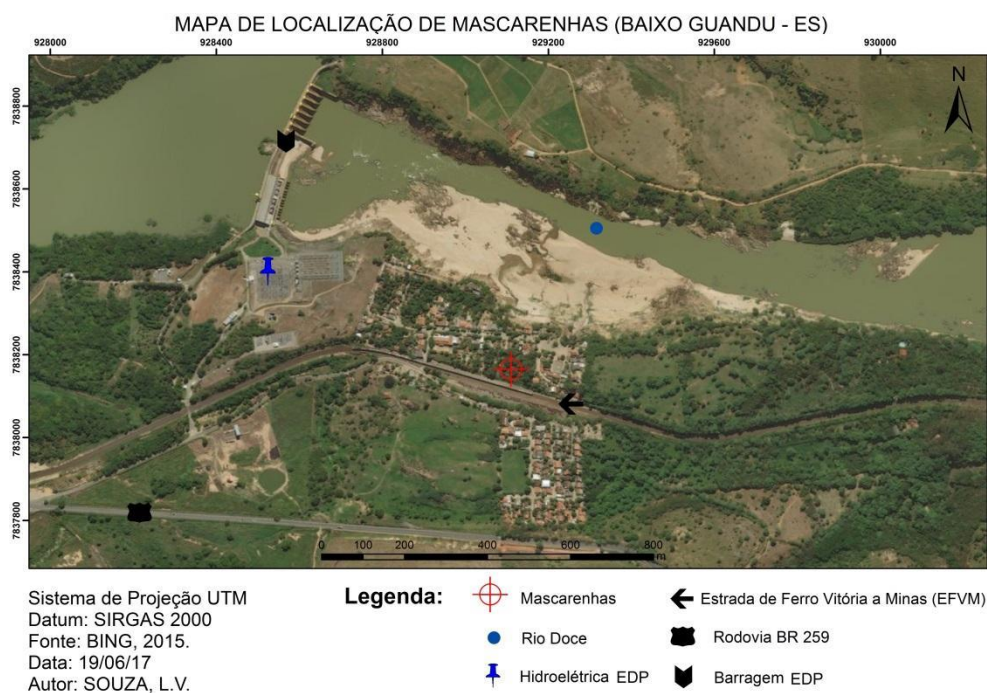
[...] Mascarenhas, tem uma hidroelétrica construída na década de 1970, ela tem 45 anos de operação e o povo não sabia que era atingido. E é assim, a barragem, a hidroelétrica tá aqui ó... E 50 metros do paredão começa a vila [comunidade], é no quintal do povo. A hidroelétrica começou a operar em 1973, em 1979 teve uma grande cheia, o Rio Doce nunca teve cheia? Teve ué, mas nunca tinha caído casa. Aí caíram duas ruas de casas e assim... 'Foi ação da natureza' e nunca indenizaram uma família. (...) A hidroelétrica não dá emprego para o pessoal da comunidade, não deixa um nada de imposto, não tem uma compensação. Só usa o que tem lá. A Vale é a mesma coisa, não tem um tipo de compensação para dentro da comunidade, mas de 15 em 15 minutos passa um comboio de trem, fazendo zuada. Tem casa que não dá 10 metros até o trilho (ERNESTO).

Fotografia 6 - UHE Mascarenhas



Fonte: (AQUINO, 2017).

Imagem 9 - Mapa de localização de Mascarenhas



Fonte: (SOUZA, 2017).

Maria Ortiz (fotografia 07 e mapa 07), comunidade ribeirinha pertencente à Colatina com aproximadamente 150 famílias, se formou paralelamente às margens do rio e da ferrovia e possui um porto seco que pertence à empresa de logística, armazenagem e transporte de carga Centronorte, também às margens da EFVM, com capacidade de armazenamento de 150.000 toneladas compreende uma área de 220.000 m² (quase do tamanho longitudinal do distrito – v. mapa 07). A localidade possui aproximadamente 180 famílias que basicamente viviam do que retiravam do rio. Na família do Sr. Emiliano – morador desde criança na localidade (1966) e membro ativo da colônia de pescadores de Colatina –, esposa, filhas(os) – uma delas, Simone também participou da pesquisa – e netos exerciam a profissão de pescador, mas atualmente vivem do cartão auxílio.

Fotografia 7 - Rua principal de Maria Ortiz (Colatina - ES) - Casas e Rio Doce, à esquerda



Fonte: (AQUINO, 2017).

Imagem 10 - Localização de Maria Ortiz (Colatina - ES)



Fonte: (SOUZA, 2017).

Durante a conversa na casa de “Seu” Emiliano, ele relembra sobre a antiga rua que dava acesso ao outro lado do distrito (v. mapa 07, símbolo de um sino) que deixou de existir após a duplicação da ferrovia e compra da área que hoje compreende o espaço da Centronorte. Durante toda a vida, a comunidade frequentou o espaço que era de uso público, mas que, com o cercamento de divisas – ação que culminou no isolamento da Igreja Nossa Senhora da Cabeça para o acesso aos moradores – passou a pertencer à Vale.

Maria Ortiz ocupa uma faixa compreendida entre o armazém/EFVM e o Rio Doce contaminado ou, como resume: “*Isso aí, a gente ficamos presos aí*” (Sr. Emiliano).

Nesse sentido, para os moradores dos dois distritos, a sua condição de atingido já era dada antes mesmo do rompimento de Fundão. Mas, de certa forma, era silenciada por todos os processos opressores que já incidiam sobre a região, ressaltando: os impactos da mineração no Rio Doce, que desde o Brasil colônia já apresentava sinais de contaminação (Saint-Hilaire, em seu estudo pelo rio em 1818); assoreamentos¹⁰⁸; contaminação da água por agrotóxicos das plantações; contaminação da água pelo esgoto doméstico. Mascarenhas, por exemplo, lança esgoto de forma “in natura” no rio, mesmo possuindo, há anos, uma pequena unidade para o tratamento de esgoto dentro da comunidade, que nunca funcionou (v. fotografia 08).

Fotografia 8 - Unidade de tratamento de esgoto inutilizada em Mascarenhas (Baixo Guandu)



Fonte: (AQUINO, 2017).

O processo de construção de uma nova racionalidade, diante do conflito socioambiental na região, reforça a necessidade de construir novos aprendizados e conhecimentos sobre a apreensão crítica da realidade que se apresenta para os atingidos. Nesse sentido, o processo educativo visa a inserção e participação dos sujeitos junto ao movimento social.

¹⁰⁸ Ver em: FELIPPE, et al. **A tragédia do Rio Doce a lama, o povo e a água**: Relatório de campo e interpretações preliminares sobre as consequências do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/VALE/BHP). Belo Horizonte, 2016, p. 11. Disponível em: <https://www.ufjf.br/noticias/files/2016/02/ufmg_ufjf_relatorioexpedicaoriodoce_v2.pdf>.

O MAB é composto por trabalhadores que, em sua maioria, está ligada à relação campesina em seus territórios, compreendendo uma luta pela terra, direito à permanência, ao trabalho, “[...] contra as injustiças, pelos direitos dos atingidos por barragens, por um modelo energético popular que leve em conta as necessidades do povo, e por um projeto popular para o Brasil” (MAB, 2011¹⁰⁹). A organização realiza trabalhos de base junto aos atingidos, através da comunicação e de ações/práticas formativas de base popular na busca pela autonomia e apreensão crítica da “real” realidade desses sujeitos, em que os próprios atingidos constroem essa pedagogia e educam os outros participantes do movimento.

Em uma constante dinâmica de conflito socioambiental, os atingidos

[...] se propõe a si mesmos como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu “ponto no cosmos”, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica, descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmo. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas (FREIRE, 2014, p. 39).

Reconhecer-se enquanto um oprimido socioambiental (pelo sistema) torna-se fator primordial para efetiva participação social na luta pela transformação da realidade, pela autonomia popular, almejando uma possível reapropriação/humanização de seus processos sociohistóricos da sua estrutura social, principalmente pelo viés do trabalho. “O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com os olhos alheios” (FREIRE, 2016, p. 45). Por isso esse é um momento de intensa construção e desconstrução de paradigmas, saberes, conhecimentos e aprendizados, dentro da comunidade/grupo social em que estavam previamente estabelecidos. Nesse sentido, faz-se necessária a construção de uma “pedagogia do oprimido”¹¹⁰ para os próprios oprimidos e que vise quebrar com esse olhar alienado dos sujeitos.

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/5-novas-perspectivas-na-virada-do-s-culo-mais-luta-popular>>.

¹¹⁰ “Aquele que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento na luta pela libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.” (FREIRE, 2014. 43).

Durante as entrevistas, foi possível compreender a ruptura de pensamento e de concepções da condição de atingido e a necessidade participação (protagonismo social) nas lutas pela manutenção (resistência) e/ou pela transformação de seus territórios impactados/ameaçados, envolvendo intimamente a relação comunitária do local.

Nesse cenário, foram criadas ações para reunir a comunidade em prol do Rio Doce, chamando para a participação através do “boca-boca”, de casa em casa, com uso de mídias sociais (grupos criados através do Facebook e Whatsapp) para chamar e informar as reuniões¹¹¹ e intervenções¹¹² (conhecido como “*dia de festa*” – diz Berta) do movimento na localidade. Um sentido de ajuda mútua e apoio do coletivo na luta, que vai se expandido à medida que o movimento vai aderindo cada vez mais integrantes.

Durante a entrevista, essa foi uma das pontuações feitas por Ernesto sobre a chegada no ES: a facilidade maior que o movimento tem de se inserir e de mobilizar os moradores em áreas com pequenas aglomerações e zonas mais afastadas do meio urbano.

[...] Conseguem se mobilizar mais, entendeu? As comunidades elas tem uma relação mais próximas, as pessoas conseguem conversar. Na cidade não. Alienado, todo mundo robotizado. Se nas comunidades a gente já tem isso... A disputa, ‘o meu’, ‘o seu’, ‘primeiro eu’... E na cidade isso é muito mais evidente, assim. Além do povo não sentar para conversar, aqui a gente não consegue ir num bairro e fazer uma reunião, juntar o povo para conversar. Nas comunidades você junta o povo e conversa (ERNESTO).

Muito disso se deve ao sentido comunitário de proximidade entre os moradores nesses locais (do contado direto, do conhecer um ao outro) que facilita a comunicação e difusão de informações alternativas – produzida pelo coletivo –, a menor influência da mídia (“*a mídia ela tem lado, que não é do povo*” – Ernesto, MAB-ES) e também a maior relação de proximidade com o território, já que normalmente possuem suas atividades diretamente ligadas à natureza/extração de recursos naturais, caracterizando-os como um

¹¹¹ Importante ressaltar que os atingidos utilizam de metodologias simples para informar os demais moradores da comunidade. Por exemplo: Após uma reunião com a RENOVA, eles/elas utilizam a ata como material explicativo do que foi debatido ali pela empresa com os demais moradores que não puderam participar naquele encontro. Explicam e discutem, em reunião interna do movimento, ponto por ponto de pauta e se preparam coletivamente para as próximas ações da empresa nesse processo de negociação.

¹¹² Principalmente o fechamento da EFVM, em forma de ato, deixando passar apenas os trens que carregam passageiros. Os atos são sempre acompanhados (ou reprimidos a partir de ordens judiciais de reintegração de posse) pela polícia militar e a “Trans-Seguro” empresa de segurança privada dos trilhos.

dos grupos que mais sofrem com as opressões socioambientais. Desse modo, a necessidade mais imediata para a luta e resistência, diante desses processos impactantes e conflituosos infligidos a eles/elas, é reconhecida a partir disso.

Nesse sentido, o “aprender a ser atingido” está no processo dialógico entre informação, comunicação e educação dentro ou para a militância, em que ambos se complementam no processo de luta por direitos socioambientais. Um processo que envolve diretamente o coletivo impactado no reconhecimento de sua “real” realidade. É uma forma de “*libertação*” (Berta – pescadora de Mascarenhas) para assumir sua identidade e modificar sua condição atual de atingido. Está nas conversas diárias entre os oprimidos pelo ambiente, pelo contato com o outro, nas situações de enfrentamento do problema e conflitos que recaem sobre esses sujeitos e, principalmente, dos aprendizados que emergem da luta diária, da resistência que educa e transforma a vida desses pescadores e demais envolvidos no movimento.

[...] Eu tiro o seguinte, a gente sozinho pé fraco né? A gente sozinho não consegue nada, mas se a gente coletivamente se juntar em grupos né, em bastante pessoas e todo mundo comunhar a mesma ideia a gente tem força para lutar...talvez obter algum resultado de algumas coisas né...de reparação de alguns prejuízos que a gente teve ao longo de nossas vidas. (...) Eu ajudo, tento entrar em contato com as pessoas, comunicação, eu tento ajudar elas da maneira e jeito que eu posso. Não tenho muita força para isso não mas tento ajudar! (Sr. EMILIANO).

[...] Menina, eu aprendi que só tem conquista com luta e que só quem resolve o problema do povo, é o povo. (...) Eu aprendi muito. Eu falo que essa é a parte boa dessa desgraça toda que a empresa cometeu, porque assim como eu, outros atingidos tiveram essa libertação de assumir a sua identidade legítima, ‘sou atingido e não aceito isso’. Toda a oportunidade que eu tenho, eu tento passar tudo que eu aprendi. (BERTA).

[...] Eu entendi que a gente tem que lutar mesmo pelos diretos da gente, que se a gente deixar quieto eles não estão nem aí, não quer saber de nada. (...) Eu sou parte disso e que a luta não é fácil não! Eles [MAB] ajuda a muito a gente (ROSA).

[...] O MAB a gente tem formação de luta, ai ali a gente aprende mais nas reuniões, (...) é interessante e fortalece a gente mais... No que a gente escuta e no modo de luta deles que vem de anos né, não é de agora... Muitas experiências e muitos resultados bons pela nossa luta também (SIMONE).

Em outras palavras, a construção de uma nova consciência que nega a naturalização dos conflitos ambientais se dá, e vê, na empresa (ou de uma forma mais ampla, o próprio sistema capitalista), o agente predatório da situação. Além disso, quem aprende

com a luta passa também educar outros sujeitos dentro do movimento, a medida em que se constrói um social olhar voltado para a tentativa de superação do conflito enfrentado.

O trabalhador que opta pela mudança não teme a liberdade, não prescreve, não manipula, não foge da comunicação, pelo contrário, a procura e vive. Todo seu esforço, de caráter humanista, centraliza-se no sentido da desmistificação do mundo, da desmitificação da realidade. Vê nos homens [sujeitos] com quem trabalha – jamais sobre quem ou contra quem – pessoas e não “coisas”, sujeitos e não objetos (FREIRE, 2016, p. 67).

Quando o MAB¹¹³ chegou ao ES, não havia qualquer articulação junto aos sujeitos afetados pela lama, mas com a inserção dos militantes, conseguiram formar uma relação mais próxima junto à Defensoria Pública do Estado e da União, além da criação de uma corregedoria de Direitos Humanos – originada das reivindicações dos atingidos. Houve também a participação da Arquidiocese de Colatina (Igreja Católica) junto aos atingidos¹¹⁴.

Os atingidos conquistaram o direito de uma verba emergencial (salário mínimo R\$ 954,00 + cesta básica + 20%). Porém, esse benefício foi usado como forma de desmobilização. Essa desmobilização é entendida através das ações da empresa pelo viés da dominação e controle econômico exercidos por ela na região, a partir da dependência do auxílio pelos atingidos que, no caso, tornou-se a única forma de sobrevivência dos pescadores.

[...] Comecei dentro dessas águas a trabalhar, pescando e trabalhando aí quando fiz 18 anos eu fui trabalhar empregado também, mas também não dei certo porque é cobrança demais e pagamento de menos e eu nunca gostei disso, sempre gostei de ser livre né? Voltei para cá de novo e continuei a pescando novamente... (Sr. EMILIANO).

O trabalhador, mesmo não tendo consciência do quanto o trabalho no capitalismo é opressor, sente essa opressão. Nos dizeres “trabalhar empregado” denota a sua percepção da condição subordinada da relação entre trabalho e capital que, enquanto pescador autônomo, encontra um pouco mais de liberdade em relação às demais profissões. Essa liberdade só não é plena porque ele ainda se mantém inserido nas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista.

¹¹³ Fala de Ernesto (nome fictício), representante do movimento na região. Também um atingido por barragem na sua cidade natal e, após a sua remoção para o novo assentamento, passou a compor o MAB (também por um processo de reconhecimento da sua condição de atingido) e indo para o ES quando houve o rompimento de Fundão. Passando a residir no estado desde então.

¹¹⁴ Informações retiradas das falas nas entrevistas de Berta e Ernesto.

Aponta-se que o não pagamento imediato deste valor de direito aos atingidos pode ser entendido como uma prática de desmobilização da empresa, pois divide a comunidade em dois grandes grupos: a) os que recebem o valor – não enxerga mais a necessidade de participação social na luta e também pelo medo¹¹⁵ de se inserir no movimento coletivo e sofrer ameaças (“*porque aqui a repressão é muito pesada*” Berta), retaliações e/ou a perda do auxílio, uma forma de silenciamento do movimento¹¹⁶. Há relatos de cooptação e trocas de favores entre representantes dos pescadores atingidos (colônia de Mascarenhas e também de infiltrados dentro do movimento¹¹⁷) e a empresa, que tem como principal moeda de troca a facilidade na hora de conseguir o auxílio para aqueles que querem ou já dialogam com esse grupo; b) e os que se encontram na luta para receber os benefícios (que são direitos) inseridos de forma coletiva e no enfrentamento direto com a empresa. Além disso, os atingidos tecem duras críticas às falhas do acordo (ou “acordão”) feito entre a empresa e estado durante a criação do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta.

O movimento busca ações que visam quebrar a hegemonia (controle) da empresa garantindo que os atingidos tenham o direito a uma assessoria técnica (Assessorias Técnicas Independentes) indicada pelos sujeitos que, nesse caso, os atingidos teriam um “time” – uma equipe –, trabalhando com e para eles/elas. O objetivo é retirar a centralidade da empresa nas informações que chegam até os atingidos (desde pesquisas à negociação de valores), buscando autonomia e emancipação, primando pelo protagonismo dos próprios atingidos nas instâncias de decisão, além de ensinar, auxiliar e informar (de forma independente) o que é deles/delas por direito¹¹⁸.

[...] Porque até agora, quem tá trabalhando com as vítimas é o próprio [119], é a empresa... ela que tá determinando. Ela e parte do Governo, boa parte é ela. O Governo deveria ser réu na ação igual ela. Porque ele que licenciou o empreendimento e foi ele que não fiscalizou. (ER-NESTO)

¹¹⁵ Do relato de Rosa, sobre uma das dificuldades enfrentadas por ela na participação de forma mais efetiva e combativa dentro do MAB. Citou ainda a falta de tempo dada as suas atividades domésticas como dona de casa, que cuida do pai com problemas de saúde, dois filhos e única fonte de renda fixa da família (pelo cartão auxílio).

¹¹⁶ Nos termos de Ianni (1988, p. 110), “[...] acontece que toda opressão econômica é também cultural e social, além de política. A terra não é um fato da natureza, mas produto material e espiritual do trabalho humano”, que se encontra destituído das relações de trabalho desses sujeitos que, após o rompimento da barragem, tornaram-se dependentes economicamente da empresa.

¹¹⁷ Vazamento de informações privadas do movimento para a empresa e estado.

¹¹⁸ Informações retiradas da fala do entrevistado Ernesto, MAB-ES.

¹¹⁹ O termo utilizado foi substituído a fim de evitar a exposição e problemas judiciais futuros ao entrevistado.

Sendo assim, a perspectiva adotada neste trabalho buscou compreender sobre as dinâmicas/estratégias/ferramentas de resistência dos atingidos em relação ao processo de aprendizado envolvido para a apreensão da realidade vivida por esses sujeitos. Nessa trajetória, foi possível compreender que, a partir da abordagem da relação “trabalho e educação”, pelo viés crítico de análise, a relação ser humano-natureza foi profundamente afetada ou destruída, resultando em um intenso distanciamento dessas pessoas/grupos sociais da relação com o rio, com o seu território. Uma violência de magnitudes incalculáveis que desestruturou relações socioambientais, em que a lama encobriu culturas, tradições, vivências, ao longo do rio.

O capital e o Estado não propõe e não são favoráveis à construção crítica dos sujeitos. Sendo assim, cabe aos movimentos sociais, sujeitos oprimidos ou em situação de subordinação, a responsabilidade de estabelecer outras relações que visem à criação de novos aprendizados para potencializá-los diante da realidade imposta.

Por isso, propõe-se uma apropriação social da educação em comunhão com a educação ambiental crítica para a resistência desses grupos ambientalmente atingidos. Para tanto, faz-se necessário utilizar-se desse novo olhar para estabelecer um aprendizado de base comunitária, que vise atender às suas demandas internas e externas ao movimento, que busque, na base da coletividade, sua transformação e/ou manutenção, que veja no outro a saída para sua atual condição. “Aos esfarrapados do mundo¹²⁰”, cabe a esperança de uma educação realmente social, alternativa, dialógica e colaborativa.

¹²⁰ (FREIRE, 2014). (Dedicatória).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, cabem algumas considerações do que foi apreendido durante toda essa experiência do mestrado e de discutir um assunto denso e com muitos desdobramentos pela frente. Construir esse material, reunir informações, participar de debates, estar em contato com os sujeitos e seus territórios atingidos, compreender uma pequena parte da enorme dinâmica do conflito socioambiental no Rio Doce e seus afluentes, todo esse processo foi fruto dos muitos aprendizados que fizeram parte constante dessa caminhada durante esses (poucos) dois anos. Foram muitas oportunidades de bons diálogos, de conhecer boas pessoas, bons militantes e pesquisadores que contribuíram para chegar ao fechamento dessa etapa da pesquisa.

Experiências que serviram como uma construção do envolvimento pessoal com a pesquisa e com o objeto, aprofundando debates pouco desenvolvidos na graduação em Geografia e que se fundamentaram parcialmente durante o mestrado em Educação. Pensar e articular toda essa macro conjuntura de atuação do capital, pautado na dinâmica das commodities, da exploração, produção, e trazendo para a compreensão desses impactos a nível local, não foi uma tarefa fácil.

Reconhecendo algumas limitações desse processo, coube analisar, a partir da realidade imposta após o desastre ocorrido com o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Mariana - MG), como a educação pode servir como ferramenta de “libertação” (fala de Berta) para os atingidos da bacia do Rio Doce. Para isso, cada momento de troca com esses sujeitos foi fundamental para os resultados parciais aqui colocados.

A distância geográfica se configurou como principal desafio para a comunicação e contato mais direto com as localidades que participaram desta pesquisa, minimamente contornado pelo contato através das mídias sociais, que possibilitaram o acesso às atividades e discussões desenvolvidas pelos atingidos de Mascarenhas e Maria Ortiz.

Desse modo, foi possível acompanhá-los muitas vezes por streaming (como a participação do MAB - ES, na audiência pública sobre a privatização da barragem de Miranda¹²¹, em Indianópolis (MG), somando-se a luta com o MAB - MG - fotografia 9; e o acompanhamento do Seminário de dois anos do rompimento

¹²¹ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/minas-gerais-diz-n-privatiza>>, link de acesso: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv_assembleia/>.

- Seminário Balanço de 2 anos do Rompimento da Barragem de Fundão (Vitória - ES, 06 a 08/11) - onde estavam presentes 4 dos 5 entrevistados. Foi possível acompanhar, também pelas transmissões “ao vivo” via Facebook, links compartilhados feito por Simone (entrevistada) das reuniões com a RENOVA, acompanhando essa fase de negociação e outras atividades do MAB.

Fotografia 9 - Ato do MAB contra a privatização da barragem de Miranda - Indianópolis (MG)



Fonte: Enviado por Berta. Autor desconhecido.

Outro momento importante foi a participação no 8º Encontro Nacional do MAB (01 a 05/10/2017, Rio de Janeiro - RJ), acompanhando as discussões internas do movimento sob o lema: “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”, que contou com a participação de mais de 3.500 trabalhadoras e trabalhadores atingidas/atingidos de todo o país. No encontro, estavam Ernesto, Simone e Berta. Como GEASur, contribuimos com a construção da “Ciranda Universitária¹²²” durante o “VIII Diálogos desde el Sur: Educação e Lutas Populares¹²³”.

¹²²Ver detalhes desse diálogo entre MAB e o meio acadêmico no link: <<https://www.facebook.com/events/1909819462593117/>>.

¹²³ O foco desse debate foi o papel da mulher no processo de resistência aos conflitos socioambientais na América Latina, com a exibição do filme “Arpilleras”. Link do evento: <<https://www.facebook.com/events/340066906433309/>>.

Fotografia 10 - Um dos atos realizados pelo MAB e apoiadores (05/10/2017), na Av. Presidente Vargas - RJ, durante o 8º Encontro Nacional



Fonte: (AQUINO, 2017).

Participar, junto ao movimento dessas atividades, conhecer distritos que foram atingidos pela lama no Rio Doce, conversar com essas pessoas impactadas, ter trocas de diálogos com pesquisadores da áreas, foram fatores que contribuíram para a materialização desta dissertação.

Além disso, perceber e vivenciar esses espaços de construção/troca coletiva liderados pelos movimentos sociais foi base fundamental para compreender a realidade local após a devastação de seus territórios e os mecanismos de resistência criados pelos atingidos na tentativa de superar as imposições que recaem sobre eles/elas.

Toda a construção deste trabalho está alicerçada sobre a compreensão desses aprendizados e novos conhecimentos que foram capazes de modificar a vida de muitos sujeitos que não reconheciam sua condição de oprimido/atingido diante do sistema político e econômico vigente.

Sendo assim, afirma-se que existe uma pedagogia oriunda dos movimentos sociais, que cumpre o papel de mobilizar, conscientizar e construir novas relações de aprendizados, saberes e conhecimentos, a partir da participação social e comunitária dos

sujeitos, ligados por laços territoriais, culturais, tradicionais, etc. Nesse sentido, compreender-se, enquanto atingido, é reconhecer o seu papel enquanto ser no mundo, reconhecendo em si e nos outros o potencial de modificação e/ou manutenção de seus territórios ameaçados. É uma “união de forças” (*Simone*) que luta pelos interesses dos atingidos; com e para os atingidos.

Essa educação de base popular rompe com a perspectiva neoliberal educacional e cria novas metodologias de enfrentamentos, além de realizar o letramento e a formação política a partir do reconhecimento desses atingidos enquanto classe trabalhadora, que luta pela reapropriação social de suas relações de trabalho. Tal educação se constitui como estímulo para “[...] que o educando reflita sobre a sua própria realidade” (FREIRE, 2016, p. 38), mobilizando uns aos outros através da consciência crítica e realmente transformadora.

Como uma medida mais emergencial e com o fim de seus meios de sobrevivência pelo trabalho, a questão econômica assumiu um maior protagonismo durante as negociações entre empresa, Estado e atingidos. O que não significa que esses sujeitos não compreendem a magnitude dos impactos ambientais irreversíveis que recaíram sobre o rio, até porque seu espaço de trabalho era a própria natureza, no contato direto com a terra.

O rompimento de Fundão exigiu uma reação muito rápida e brusca dos atingidos. Por isso, estão em constante processo de construção, desconstrução, articulação, desarticulação; com pequenos, mas constantes avanços. Reunir quase 4.000 pessoas em um encontro para discutir o protagonismo dos atingidos por barragens no cenário político (dramático) do atual governo golpista denota muita força e representatividade social na luta por direitos e emancipação comunitária dos afetados.

A educação e a educação ambiental críticas estão intimamente interligadas nesse processo do reconhecer-se atingido; são bases para pensar a autonomia dos sujeitos diante do conflito socioambiental. Natureza e ser humano foram destituídos de suas relações objetivas, subjetivas e históricas com o território que ocupavam, forçando-os a reagir e se apropriar do discurso crítico em defesa de suas pautas de luta. Essa é a proposta: fazer dessa ação pedagógica como uma das ferramentas de “libertação” coletiva.

Sendo assim, outros caminhos teóricos-metodológicos poderiam ter sido seguidos durante o processo de elaboração da pesquisa. Reconhecendo algumas limitações,

o direcionamento do estudo pautou-se nas categorias “educação” e “trabalho” para compreender e analisar as dinâmicas socioambientais instauradas na bacia do Rio Doce após a tragédia decorrente do rompimento de Fundão.

O encerramento do trabalho está calcado em pretensões de continuidade e aprofundamento das discussões travadas aqui. Cabem ainda alguns questionamentos e desdobramentos de determinantes da realidade pesquisada, mas não desenvolvida com maior profundidade, como: a) a participação e protagonismo da mulher na luta (como se dá esse processo construtivo/participativo da luta feminina em contextos de conflitos socioambientais?); b) a educação ambiental de base comunitária (como se dá a construção da EA crítica de base comunitária dentro dos movimentos sociais?); c) relação ser humano e natureza na sociedade do capital (como conceber essa relação pelo olhar materialista-histórico crítico?); e d) educação ambiental pautada na relação ontológica (quais os diálogos possíveis para a construção de uma EA crítica?).

Encaminhando para o fim, mas também um recomeço de um novo momento, cabe a felicidade de finalizar mais esta etapa acadêmica formativa, de muitos aprendizados e novas experiências construtivas nesses dois anos de mestrado.

“Quem vê assim, nem acha que o rio tá morto...” (Sr. Emiliano).

A nós, muita luta e resistência nesses tempos hostis, companheirada!

Fotografia 11 - Vista do quintal de Emiliano (Maria Ortiz - Colatina, ES)



Fonte: (AQUINO, 2017).

ANEXOS

ANEXO I - Roteiro de entrevista

CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO PROCESSO

QUEM É ESSE MILITANTE? (Percepção do militante na luta, sua perspectiva...)

Como se deu a inserção no movimento?

O que ele faz dentro do movimento?

Qual a(s) função(ões) dentro do movimento? O que faz dentro do movimento?

(Divisão de tarefas dentro do movimento / Centralidade na relação de trabalho)

SOBRE O MOVIMENTO/ENTIDADE QUE REPRESENTA (dia-dia do movimento)

Quais são as principais pautas de reivindicação do movimento? Qual é o objetivo?

Como reivindicam essas pautas? (assembleias, protestos/atos)

Como são as reuniões? Como se reúnem? Onde se encontram? Como ocorrem as discussões?

Os detalhes: como chamam as pessoas para participar? Como se mobilizam?

Qual a dificuldade encontrada hoje por esse movimento?

Como era antes do crime da Samarco? Havia uma mobilização anterior?

Se sim: Quais eram as pautas reivindicadas? Como se mobilizaram?

CARÁTER PEDAGÓGICO

O que aprendeu durante a inserção no movimento?

Como foi isso?

O que ensinou/passa para as pessoas dentro do movimento?

Obs.:

Participação do MAB nos movimentos locais - desde quando?

Havia mobilização antes do rompimento de Fundão?

ANEXO II - MODELO UTILIZADO PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ÁUDIO E IMAGEM**

Eu, _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____, CPF nº _____, autorizo a gravação em vídeo, áudio e veiculação de minha imagem e depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimentos científicos sem quaisquer ônus e restrições. Fica autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais revelam onde o desenvolvimento emperra**. *Justiça ambiental*, v. 1, n.2, p.2-3, nov. de 2003.

ALVES, G. **A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização**. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

AROEIRA, A. **Mineração não é um mal necessário**. Disponível em: <<http://conexaoplaneta.com.br/blog/mineracao-nao-e-um-mal-necessario/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In.: ALMEIDA, A. W. (et al.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Repensando a pesquisa participante**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O que é educação?** São Paulo: Abril Cultural/ Editora Brasiliense, 1985.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPRIO, M. & LOPES, E. C. P. M. **As influências do modelo neoliberal na educação**. *Revista eletrônica de política e gestão educacional*. n.05, p. 1-16, UNESP: 2º semestre 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Conflitos no Campo – Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232 páginas: fotos, tabelas Vários autores.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Terra e Paz, 2011.

_____. **Educação e mudança**. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 57 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2016.

GIRON, G. R. **Políticas Públicas, Educação e Neoliberalismo: O que isso tem a ver com cidadania?** *Revista de educação PUC-campinas*. N. 24, p. 17-26, jun/2018. Campinas, 2008.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: LOYOLA, 1997.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2012.

_____; MEDEIROS, H. **Outras epistemologias em educação ambiental**: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental – PPGA/FURG. Ed Especial. [s.l]: FURG: 2016.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. Ed Loyola. São Paulo: 2003.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2017.

JUSTIÇA GLOBAL. **Vale de lama**: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/01/Vale-de-Lama-Justic%CC%A7a-Global.pdf>>. Acesso em: 20 jun. de 2017.

LAYRARGUES, P. P.; Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F. Bernardo; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e Meio Ambiente**: a educação ambiental em debate. p. 87-155. v. 1. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <http://material.nereainvestiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_30.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

_____. Anti-ecologismo no Brasil: Reflexões ecopolíticas sobre o modelo do desenvolvimentismo. In: OLIVEIRA, M. M. D., MENDES, M., HANSEL, C. M., DAMIANI, S. (Orgs.). **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. p. 325-356. Caxias do Sul: EDUCS.

_____; LIMA, G. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. **Anais VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Ribeirão Preto: 2011.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**. p. 251-290. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf>. Acesso em: 19 ago 2017.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos**. Gest Ação, v. 7, n. 1, p. 37-50, jan/abr 2004. Salvador: 2004

_____. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política.** v. 19. São Paulo: Cortez, 2012.

_____ et al. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

_____. **Educação Ambiental Crítica: Princípios Teóricos e Metodológicos.** 66 p., v. 1. Rio de Janeiro: Hotbook, 2002.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Final da década de 70: os primeiros passos.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>>. Acesso em: 15 de jul de 2016.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MANSUR, M. S. et al. Antes fosse a mais leve carga: Introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, M. TROCATE, C. (Orgs). **Antes fosse a mais leve carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.** Marabá: Editorial iGuana, 2016.

MARTINELLI, M. L. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. In: **Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa.** São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. Revisão: Carlos Roberto F. Nogueira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O capital: a crítica da economia política: o processo de produção do capital.** Livro I, volumes I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Tradução: Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Minería en Brasil: Problemas, perspectivas y desafios. In.: GONZÁLES, M. G. (Org.). **Nuevos contextos de dominación y resistencias.** Cochabamba – Bolivia: 2014.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social; In: _____ (org.); GOMES, R., DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORROW, R.A. TORRES, C.A. Estado, Globalização e Políticas Educacionais. In: BURBULES, N.; TORRES, C.A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. p Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 27-44.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Lúcia Maria W.; SANT'ANNA, R. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: _____ **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: 2002. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>>. Acesso em 28 jun 2017.

ORGANON. Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. **Impactos socio-ambientais da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco no Espírito Santo**. Relatório preliminar. Nov-Dez. Mimeo: 2015.

QUINTAS, J. Os dez anos da política nacional de educação ambiental e de sua implementação na esfera da gestão ambiental federal. **Anais Seminário “10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental: Avanços e necessidades em busca da edificação de uma sociedade sustentável”**, promovido pelo GT de EA da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, em conjunto com a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/MMA, nos dias 27 e 28/04/09. Brasília, Senado Federal, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Marlene. Emancipação versus autonomia. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARMENTO, D. C. Da formação da nacionalidade à formação da cidadania. In: **Escola e Sistema de Ensino: memória, gestão e saberes**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. p.17-34.

ZACARIAS, R. **Memórias histórias da educação ambiental**; In: ZACARIAS, R.; PINTO, V. P. (Orgs.). **Educação Ambiental em Perspectiva**. Juiz de Fora: FEME, 2002. p. 87-98.